



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE
LITORAL, RIO GRANDE DO SUL.

SOLANE TRISCH KÖNIG

Tramandaí

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS REGIONAIS E
DESENVOLVIMENTO – PGDREDES

CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE
LITORAL, RIO GRANDE DO SUL.

SOLANE TRISCH KÖNIG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito ao Título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dra. Anelise Graciele Rambo
Coorientadora: Prof^a. Dra. Janete Stoffel

Tramandaí

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Trisch König, Solane
CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
COREDE LITORAL, RIO GRANDE DO SUL. / Solane Trisch
König. -- 2022.
149 f.

Orientadora: Anelise Graciele Rambo.

Coorientadora: Janete Stoffel.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Programa de
Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e
Desenvolvimento, Tramandaí, BR-RS, 2022.

1. Corede Litoral Norte do Rio Grande do Sul. 2.
Caracterização produtiva. 3. Agricultura familiar. 4.
Dinâmicas e Desenvolvimento Regional. 5.
Desenvolvimento. I. Graciele Rambo, Anelise, orient.
II. Stoffel, Janete, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

CARACTERIZAÇÃO PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE LITORAL, RIO GRANDE DO SUL.

SOLANE TRISCH KÖNIG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento - PGDEREDES da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito ao Título de Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dra. Anelise Graciele Rambo
Coorientadora: Prof^a. Dra. Janete Stoffel

Aprovada em: Tramandai, 27 de setembro 2022

Banca examinadora

Prof. Dra Alessandra Matte
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof^a. Dr^a Cidonea Machado Deponti
Universidade em Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Jairo Alfredo Genz Bolter
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aos meus amados pais, Edemina e Osmar, filhos da agricultura familiar da região. Com suas essências, carinho e amor incondicional me ensinaram a honestidade, o respeito e o mais importante de todos os sentimentos – o amor.

À minha irmã Alice, minha inspiração de vida e de coragem.

À minha filha Helena (*in memoriam*).

A vocês, meus amores, dedico este estudo.

AGRADECIMENTOS

Acessar o mestrado é fruto de um sonho pessoal e de uma jornada profissional a qual iniciei desde a minha graduação. A sua concretização é marcada pelo recebimento de ensinamentos teóricos e de aprendizados ao qual levarei com muita gratidão para a vida.

Assim como em todas as fases de minha vida, em que eu pude ter ao meu lado pessoas inestimáveis e seres incríveis, nesse momento não foi diferente, pois também estive cercada por indivíduos cujas essências me auxiliaram e transformaram esse momento em realidade e em uma riqueza de significados.

Inicialmente quero agradecer a Deus, que por sua supremacia e amor deu-me o sopro da existência, me protegendo nessa viagem chamada vida. Minha gratidão e amor por essa e por tantas outras oportunidades recebidas!

Aos meus amigos e guias espirituais, que dos planos universais têm me assistido e auxiliado nesta minha escolha e na minha jornada terrena. A vocês minha gratidão e amor!

A amiga Alessandra Matte, mulher e profissional incrível, e de um abraço marcante que, com sua sensibilidade, enxergou meus potenciais e resgatou em mim a confiança e a força feminina na pesquisa científica e na vida. Minha gratidão e meu espelho!

Ao meu “melhor amigo” Paçoca, cãozinho parceiro e de uma felicidade contagiante, que na sua genuína ação de trazer a bolinha para brincar, ou no latido incansável para passear, aliviava o estresse e as angústias dos momentos difíceis. Gratidão pela parceria e por todo o amor, alegria e leveza recebido - meu pelego, safado e filho com quatro patinhas!

À Karina Ferri, mulher incrível e “médica da mente humana”, que, com muito amor e carinho pela psicologia, nos momentos de muitas dificuldades, crises e de vendavais me auxiliou em (des)construir, em (re)significar e me auto amar, proporcionando também paz. Muito obrigada, “doutora”!

Às minhas amigas Márcia Mony Bueno e seus amados filhos, Laura Coimbra, Hannah Vieira, Marta Peixoto, Marisa Lima e Roselaine Fialho por incentivos, compreensões, carinhos e por momentos de muita alegria, o que tornou esse trajeto menos solitário e mais acolhedor. Vocês são maravilhosas. Obrigada!

Aos professores do curso pela oportunidade de acessar o programa e, mais que tudo, pelos ensinamentos repassados, os quais contribuíram e enriqueceram essa formação. Obrigada!

À professora Jaqueline Mallmann Haas, por todo o seu acolhimento, carinho, ensinamentos e por todo o seu engajamento, iniciando comigo esse sonho. Muito obrigada!

À minha coorientadora e professora Janete Stoffel, pelo exemplo de dedicação profissional, humildade e simplicidade, pelos ensinamentos transmitidos durante as orientações deste estudo e por toda a sua empatia, paciência, confiança em todas as etapas desse processo. Ficarás em meu interior como um exemplo de profissional, ao qual carregarei para minha vida. Agradeço imensamente por tudo!

À minha Orientadora e professora Anelise Graciele Rambo, por seu pronto atendimento e engajamento quando a vida impôs um grande desafio, e por todos os ensinamentos e palavras de otimismo transmitidos em todas as fases desse processo. Muito Obrigada!

Aos colegas da turma 1 do PGDREDES/UFRGS, pela convivência, pela troca de conhecimentos e pela consolidação de grandes amizades. Sem qualquer ordem de importância um agradecimento especial a Marialda Souza Bueno Ferraz, Deizi Giacomelli, Ronaldo Josué Faller, Saulo Barbosa Lopes, Pedro Leandro Scarparo Silveira, pelas parcerias em desenvolver reflexões sobre os conteúdos aprendidos, nas trocas de conversa fora, que ajudaram amenizar as angústias em cada fase desse processo. Muito obrigada!

À profissional técnica do IBGE Krishna Chiminazzo, agradeço por sua dedicação e gentilezas das informações prestadas.

À colega de trabalho da Prefeitura de Osório, Janine Zart, agradeço a parceria inicial nesse processo.

Aos colegas da Contabilidade da Prefeitura de Osório, meu agradecimento ao empenho e desdobramentos de todos enquanto precisei me distanciar para aprofundar os estudos. Tenho certeza de que essa parceria desenvolvida não foi apenas para o desenvolvimento unilateral, mas na certeza de que a qualidade do serviço público está atrelada às capacidades e inteligências desenvolvidos pela educação junto aos agentes que desenvolvem os trabalhos públicos. Sem ordem de importância, Maicon, Cristiano, Denise, Roberto, Carlos e Gustavo, minha gratidão!

Aos profissionais como a Rosana Clesar e Gabriel Amoretti Franco, pelos auxílios técnicos de revisões, formatação, normas, trabalhos de mapeamento etc. Muito obrigada!

A todas as pessoas que de alguma forma estiveram presentes e me auxiliaram nesse árduo e lindo processo, quero demonstrar a minha gratidão.

Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena.

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Neste estudo, buscamos por meio do Censo Agropecuário 2017 identificar as características dos estabelecimentos agropecuários e dos produtores familiares do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul. Para que isso fosse possível, nos orientamos em responder: Quais são as características dos estabelecimentos agropecuários e dos produtores familiares do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul? Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em caracterizar, com base no Censo Agropecuários 2017, a agricultura familiar no COREDE Litoral, estado do Rio Grande do Sul. Como objetivos específicos foram definidos: 1) Descrever a dinâmica histórica, social e econômica da agricultura familiar no COREDE Litoral; 2) Caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares quanto aos aspectos estruturais, produtivos e agroindustriais; e 3) Caracterizar os produtores agropecuários familiares no que se refere aos aspectos demográficos e ocupações de postos de trabalhos dentro das estruturas e arranjos produtivos existentes. Como fundamentação teórica trazemos autores renomados do desenvolvimento e desenvolvimento rural, destacando-se entre eles: Karl Polany (2003), Ricardo Abramoway (1992), Sérgio Schneider (2003, 2006 2014), Jan Douwe van der Ploeg (2006, 2008 e 2009), Zander Navarro (2001) e entre outros. Metodologicamente, esta pesquisa trata-se como um estudo exploratório descritivo, do tipo quantitativo e qualitativa, seguida da análise do universo. Os dados demonstraram que na região a agricultura de base familiar é predominante, pois está presente em 79,22% dos estabelecimentos agropecuários. Dentre as informações coletadas, o Censo revela uma agricultura de base familiar com características socioeconômicas heterogêneas. As agroindústrias existentes apresentam-se como alternativa de mercados aos agricultores. Por fim, considera-se que a agricultura de base familiar do Litoral do RS, dentro da perspectiva do desenvolvimento regional, é considerada como um forte agente propulsor do desenvolvimento. Assim como sua existência e manutenção são fundamentais para o desenvolvimento local e regional.

Palavras-chave: Corede Litoral Norte do Rio Grande do Sul; Caracterização produtiva; Agricultura familiar; Dinâmicas e Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

In this study, we sought, through the 2017 Agricultural Census, to identify the characteristics of agricultural establishments and family producers in COREDE Litoral do Rio Grande do Sul. For this to be possible, we guided ourselves in answering: What are the characteristics of agricultural establishments and family producers of COREDE Litoral do Rio Grande do Sul? In this sense, the general objective of this research consisted of characterizing, based on the 2017 Agricultural Census, family farming in COREDE Litoral, state of Rio Grande do Sul, from the perspective of regional development. As specific objectives were defined: 1) To describe the historical, social and economic dynamics of family farming in COREDE Litoral; 2) Characterize family farming establishments in terms of structural, productive and agro-industrial aspects; and 3) Characterize the family agricultural producers with regard to demographic aspects and job occupations within the existing productive structures and arrangements. As a theoretical foundation, we bring renowned authors of rural development and development, among them: Karl Polany (2003), Ricardo Abramoway (1992), Sérgio Schneider (2003, 2006 2014), Jan Douwe van der Ploeg (2006, 2008 and 2009), Zander Navarro (2001) and others. Methodologically, this research is treated as a descriptive exploratory study, of the quantitative and qualitative type, followed by the analysis of the universe. The data showed that family-based agriculture is predominant in the region, as it is present in 79.22% of agricultural establishments. Among the information collected, the Census reveals a family-based agriculture with heterogeneous socioeconomic characteristics. Existing agro-industries present themselves as alternative markets for farmers. Finally, it is considered that family-based agriculture on the coast of RS, within the perspective of regional development, is considered as a strong propelling agent of development. Just as its existence and maintenance are fundamental for local and regional development.

Keywords: Corede North Coast of Rio Grande do Sul; Productive characterization; Family farming; Regional Dynamics and Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
ARF	Agroindústrias Rurais Familiares
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não Governamental
PNAD	Programa Nacional de Amostra de Municípios
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
RS	Rio Grande do Sul
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPF	Unidade de Produção Familiar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ocupação do território brasileiro nos séculos XVI ao XIX	40
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares, por grupo de atividades econômicas, em que a direção é efetuada pelo casal, dentro da dimensão do COREDE Litoral em 2017.	87
Gráfico 2 – Curvatura do número de estabelecimentos agropecuários familiares dirigidos por casais no COREDE Litoral em relação ao grupo de área dos estabelecimentos, em 2017.....	88
Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral com irrigação, em 2017 – Por tipo de método adotado	111
Gráfico 4 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral RS com irrigação - Por Grupo de atividade econômica, em 2017	112
Gráfico 5 – Valor da produção agroindustrial rural (Mil Reais) da agricultura familiar no COREDE Litoral, em 2017	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número total de estabelecimentos agropecuários e da agricultura familiar por municípios do COREDE Litoral do RS, em 2017	63
Tabela 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários (total, familiar e não familiar) do COREDE Litoral do RS -por município.....	65
Tabela 3 – Estrutura fundiária da agricultura familiar no COREDE Litoral, em 2017	67
Tabela 4 – Número de pessoas ocupadas na agricultura familiar do COREDE Litoral, em 2017, trazendo as variáveis por sexo	68
Tabela 5 – Gênero do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral em 2017	70
Tabela 6 – Classe de idade do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral e do Rio Grande do Sul, em 2017.....	71
Tabela 7 – Classe de idade do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral, em 2017.....	73
Tabela 8 – Características dos produtores agropecuários familiares do COREDE Litoral por cor, em 2017	74
Tabela 9 – Demonstração da Heterogeneidade de cor e raças da agricultura familiar do COREDE Litoral do RS	75
Tabela 10 – Número de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, por raça e gênero, no ano de 2017	76
Tabela 11 – Escolaridade do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral RS, em 2017	77
Tabela 12 – Nível de escolaridade do Produtor Agropecuário familiar do COREDE Litoral, em 2017.....	77
Tabela 13 – Nível de escolaridade do (a) produtor (a) agropecuário (a) familiar do COREDE Litoral por sexo, em 2017.....	78
Tabela 14 – Condição do produtor agropecuário familiar em relação às terras dentro do COREDE Litoral, em 2017	81
Tabela 15 – Área dos estabelecimentos agropecuários quanto a condição do produtor em relação às terras	82
Tabela 16 – Condição do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral em relação aos trabalhos no estabelecimento, em 2017	84
Tabela 17 – Associação do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral e estado do Rio Grande do Sul à cooperativa ou à entidade de classe, em 2017	90
Tabela 18 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do COREDE Litoral do RS – por grupo de atividades econômicas, em 2017	91
Tabela 19 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no COREDE Litoral em relação à produção por lavouras permanentes, produção por lavouras temporárias, pecuária e criação de outros animais - por município, em 2017	92
Tabela 20 – Área dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, em 2017, ocupadas por lavouras permanentes, temporárias, horticultura e floricultura e por pecuária e criação de outros animais	93
Tabela 21 – Formas de plantios adotadas pelos produtores familiares do COREDE Litoral, em 2017.....	95
Tabela 22 – Nº de estabelecimentos Agropecuários familiares do COREDE Litoral, com uso ou sem uso de adubação, em 2017.....	96

Tabela 23 – Formas de adubação utilizadas pelo Agricultor Familiar do COREDE Litoral, em 2017.....	97
Tabela 24 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral associados à(s) entidade(s) de classe, associações e/ou cooperativas, e origem da orientação técnica recebida, em 2017.....	99
Tabela 25 – Demonstração do número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, NÃO associados à(s) entidade(s) de classe, associações e/ou cooperativas, quanto à origem da orientação técnica recebida, em 2017.....	99
Tabela 26 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral que utilizaram e não utilizavam agrotóxicos, em 2017.....	100
Tabela 27 –Tipos de associação do produtor(a) familiar do COREDE Litoral, que recebem orientação sobre o uso de agrotóxicos, em 2017.....	103
Tabela 28 – Origem da orientação técnica recebida pelo Agricultor familiar do COREDE Litoral RS que fez uso de agrotóxicos e ou pesticidas, em 2017.....	105
Tabela 29 – Área dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral em que o produtor fez uso de agrotóxico, em 2017.....	106
Tabela 30 – Área dos municípios que apresentaram maior número de unidades produtivas com o uso de agrotóxico no COREDE Litoral, em 2017.....	107
Tabela 31 – Municípios e número de estabelecimentos da Agricultura familiar com produção orgânica no COREDE Litoral RS, em 2017.....	108
Tabela 32 – Classe de idade do produtor da agricultura e ou pecuária orgânica familiar do COREDE Litoral, em 2017.....	109
Tabela 33 – Área dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral com irrigação, em 2017.....	110
Tabela 34 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral por tipo de recursos hídricos disponíveis, em 2017.....	114
Tabela 35 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares, do COREDE Litoral por grupo de atividade econômica em 2017.....	116
Tabela 36 – Número de unidades armazenadoras, da agropecuária familiar do COREDE Litoral RS, em 2017 - Por modelo de armazenagem.....	118
Tabela 37 – Potência dos tratores utilizados nas atividades agropecuárias familiares, do COREDE Litoral, em 2017.....	122
Tabela 38 – Número de Tratores por potência utilizados pelos grupos de atividades econômicas da agricultura familiar do COREDE Litoral em 2017.....	123
Tabela 39 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares no COREDE Litoral com veículos e/ou aeronaves em 2017.....	124
Tabela 40 – Quantidade de veículos utilizados na agricultura familiar do COREDE Litoral RS, em 2017.....	125
Tabela 41 – Número de veículos existentes nos estabelecimentos agropecuários familiares no COREDE Litoral, expressos por grupos de atividades, em 2017.....	126
Tabela 42 – Tipos de Produtos agroindustriais rurais processados nos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, em 2017.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	30
2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DO PEQUENO PRODUTOR AO AGRICULTOR FAMILIAR ENQUANTO ATOR DO DESENVOLVIMENTO	39
2.1 A agricultura familiar no Brasil	42
2.2 Agricultura familiar no território riograndense	50
2.3 Processo histórico e de estruturação territorial do Litoral Norte gaúcho	57
3. CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E PRODUTORES FAMILIARES NO COREDE LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL	59
3.1 Características dos estabelecimentos agropecuários	62
3.2 Características dos produtores familiares.....	69
3.3 Uso da terra nos estabelecimentos da agricultura familiar no COREDE Litoral Norte.	90
3.4 Irrigação e recursos hídricos nos estabelecimentos familiares da região	109
3.5 Infraestruturas de armazenamento dos estabelecimentos da agricultura familiar	117
3.6 A agroindustrialização como alternativa de mercado para os agricultores familiares	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

Segundo o Censo Agropecuário 2017, dos 5.073.000 milhões de estabelecimentos agropecuários existentes no país, 3.896.000 milhões são da agricultura familiar. Isso significa que 76,8% das unidades de produção existentes são pertencentes a agricultura familiar. No aspecto produtivo, conforme estudos de Neto Silva et al. (2020), a produção dessa categoria gerou 106,5 bilhões de reais, representando 23% da receita total agropecuária produzida no país. Além de predominar na maioria das regiões do país, a agricultura familiar exerce importante papel no desenvolvimento local e regional. Segundo Gazolla et al (2022), por exemplo, esse grupo social mantém 10,1 milhões de pessoas ocupadas no trabalho do campo, representando 67% do total dos trabalhadores ativos na agricultura.

Por se tratar de uma categoria inserida no contexto rural, a agricultura de base familiar é uma das formas de produção do setor agropecuário brasileiro, e tem importância social, econômica, cultural e ambiental para o desenvolvimento dos contextos rurais. Muito embora somente a partir dos anos de 1990 esse grupo passou a ter legitimidade, observa-se que essa categoria não nasceu nesse período, mas está naturalmente vinculada ao processo de ocupação e de formação territorial do Brasil.

Ademais, a agricultura de base familiar costuma ser diversificada, o que se evidencia pelas estratégias de autonomia desempenhadas pelo agricultor familiar em organizar sua propriedade para garantir o sustento próprio e de sua família, diante das instabilidades econômicas e preocupação com a sustentabilidade (GRISA; CHECHI, 2016). Nesse sentido, por disporem de uma estrutura agrária pequena e por manterem uma relação mais próxima com o meio ambiente, uma parcela importante dessa categoria socioeconômica tem adaptado sua produção aos aspectos ambientais e ecológicos aos estilos de produção agropecuários, como a produção orgânica, por exemplo.

Atualmente, conforme a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica - CIAPO¹, vinculada à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), até julho do ano de 2022, o número de produtores orgânicos cadastrados

¹A Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) foi criada pelo Decreto 7.794/2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). É integrada por nove ministérios e seis autarquias convidadas (MAPA, 2022).

junto ao ministério era de 25.448 em todo o país. Além da produção orgânica e/ou agroecológica, verificamos também a existência das Agroindústrias Rurais Familiares (ARFs) e os mercados consumidores, que também podemos considerar como estratégias de reprodução social e econômica desenvolvidas pelos produtores familiares. O dado é tão expressivo nacionalmente que, segundo o Censo Agropecuário 2017, soma a quantia de 720.644 estabelecimentos com ARFs (IBGE, 2019).

Ao mesmo tempo, verificamos que essa categoria vem recebendo apoio do Estado, com o desenvolvimento de programas e políticas públicas do tipo inclusiva para mercados de insumos e produtos, ainda que se percebam ser insuficientes. Paralelamente, é observável que essas ações do governo têm sido acompanhadas por estudos e pesquisas que buscam melhor descrever os atributos e as nuances desse segmento social e econômico, e assim, delimitar as abrangências, os beneficiários e desenvolver os instrumentos que possam subsidiar ações a serem adotados para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar (SAMPAIO; VITAL, 2020; VIDAL, 2011; FAO /INCRA, 2000; GUANZIROLI; SABATTO, 2011).

Nesse sentido, os dados do Censo² Agropecuário podem se tornar uma importante ferramenta para subsidiar ações de desenvolvimento rural e regional. Para o IBGE (2020), a agricultura familiar tornou-se objeto de investigação do Censo Agropecuário na edição de 2006, recorrendo à Lei Federal de nº 11.326, de 24 de junho de 2006, como base legal. Contudo, o novo censo agropecuário se balizou pelo Decreto Federal de nº 9.064, de 31 de maio de 2017, como ponto de partida para estabelecer sua metodologia, seguindo os parâmetros de comparabilidade internacional, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO*) (IBGE, 2020).

Além disso, podemos considerar que este estudo se trata de uma proposta inovadora, uma vez que, as informações disponíveis pelo Censo Agropecuária 2017 são recentes, e, no contexto regional essa abordagem além de ser pouco abordada nos estudos acadêmicos eles não possuem a robustez de uma pesquisa de mestrado.

² O Censo é um tipo de operação estatística desenvolvido pelo IBGE, que objetiva obter informações sobre a organização e estrutura do setor agropecuário, florestal e aquícola do país.

Discorrer sobre a agricultura familiar não é uma abordagem fácil e simples. Significa adentrar em um campo formado por debates políticos, sociais e acadêmicos, por análises que se manifestam de forma ambígua, contraditória, por vezes, e carregadas de heterogeneidades e especificidades. Todavia é a temática necessária aos debates que envolvem o desenvolvimento regional. Primeiramente, porque vive-se em um mundo com escalas econômicas cada vez mais globalizadas e em aceleradas mudanças, apresentando padrões de competência e eficiência crescentes, em que a atividade rural familiar tem reduzido sua autonomia e vem seguindo normativas impostas pelos impérios alimentares em constante mudança (PLOEG, 2008).

Em um segundo momento, compreendemos que é nos espaços rurais que se congrega a maior parte dos recursos naturais e primordiais para a existência da humanidade. A agricultura, em especial, a categoria familiar, por meio da sua dinâmica territorial, assume o protagonismo na manutenção e no aproveitamento dos recursos (SILVA, 2015), e, em muitos casos é responsável por grande parte da economia local, portanto, importante contribuinte do desenvolvimento regional. Tratar das características da agricultura perpassa considerar as novas trajetórias do desenvolvimento rural, cujas pautas consistem na diversidade e na multifuncionalidade da categoria.

Pelos aportes históricos, observamos que as formas adotadas com a ocupação dos territórios e os processos de Estado de desenvolvimento econômico estabelecidos desde a colonização do país favoreceram para que a agricultura familiar se diferenciasse entre as regiões, criando um cenário heterogêneo. No Sul do país, por exemplo, o processo de ocupação territorial aconteceu de forma mais tardia do que em outras regiões. Segundo os aspectos históricos, podemos perceber que iniciaram pelos povos açorianos, negros e posteriormente por imigrantes alemães e italianos. Esses povos, em sua maioria, consistiam em homens e mulheres que trabalhavam na agricultura, e que trouxeram consigo o formato camponês de produção agrícola e de criação de animais, assim como a mão de obra familiar. Quanto à administração da produção do campo, era efetivada pelos próprios produtores, com o auxílio de seus familiares.

Além de heterogênea, entendemos que a agricultura de base familiar é diversificada, cujos elementos de diversidades são resultados das políticas de

crescimento econômico, da racionalidade produtiva, da especialização das tarefas e da modernização dos espaços rurais (Abramoway, 1999; Shneider, 2003; Ploeg, 2006; Mior, 2011; Spanevello, Matte et al, 2017; Santana e Santos, 2020; Silva et al, 2021; Degeroni e Schneider, 2022). E é sobre os elementos como heterogeneidade, diversidade e diversificação na agricultura familiar que direcionamos nossas energias nesta pesquisa, buscando investigar as características dos estabelecimentos agropecuários familiares e de seus produtores.

Para isso, utilizamos como recorte espacial do estudo a região do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul³, que é formada pelos municípios: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-Lá.

Posicionado geograficamente ao Leste do Rio Grande do Sul, o Litoral é um dos segmentos de zona costeira do estado. Caracteriza-se pela sequência de ambientes longitudinais que se estendem até as bordas dos terrenos do Planalto Meridional. A área de interface com o Oceano Atlântico identifica-se como uma planície sedimentar costeira, formada por dunas, seguida por cordão de lagoas litorâneas que se estendem até o contato com a escarpa do Planalto Meridional, e esculpadas pelos vales dos rios Maquiné e Três Forquilhas (FUGIMOTO; STROHAECKER et al., 2005).

O Litoral Norte do RS está localizado a aproximadamente 100 km da capital gaúcha, abrangendo um conjunto de balneários e praias, e tendo sua identidade reconhecida e consolidada pelo turismo de veraneio. Todavia, sua dimensão histórico-geográfica também demonstra que existe uma intensa diversidade social, econômica, ambiental e cultural, relativamente desconhecida. Suas paisagens são carregadas de significados e, em alguns locais, a arquitetura das casas e os moinhos de farinha guardam os modelos históricos dos colonizadores e imigrantes europeus e orientais que no Litoral Norte chegaram.

³ A constituição dos COREDEs no Rio Grande do Sul se fundamenta na Lei Estadual nº 10.283 de 17 de outubro de 1994, regulamentada pelo Decreto Estadual de nº 54.574 de 14 de abril de 2019, os quais criam os COREDEs. Estes espaços são fóruns de discussões para a promoção de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional.

No setor agropecuário, em especial na agricultura familiar da região, ao se fazer um passeio, por exemplo, é possível encontrar o agricultor com seu carro de boi e as máquinas rudimentares de plantar. Além de ser possível observar a seleção e guarda de sementes, as tradições familiares, as festas religiosas e da colheita, entre outras características desenvolvidas desde os povos nativos (índios), bem como aquelas que foram trazidas pelos camponeses europeus, africanos e orientais.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, o Litoral Norte do RS se caracteriza como diverso e dinâmico. De acordo com Strohaecker (2007), podem ser encontradas quatro microrregiões formadas por municípios que se caracterizam como: a) urbanos permanentes; b) outros locais utilizados como segunda residência; c) aqueles com população permanente ocupada com atividades agroindustriais; e d) municípios rurais.

Além disso, sobre espaço rural, importa salientar que, conforme o extinto Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)⁴, o rural é uma dimensão representativa no Litoral Norte gaúcho, tendo em vista que, até o ano de 2010, era composto por uma população de 345.449 habitantes (MDA, 2015).

De modo geral, observamos, por meio do Censo Agropecuário 2017, que a agricultura familiar se mostra predominante entre os estabelecimentos agropecuários existentes na região. Em relação a isso, as atividades que se apresentam como predominantes entre os estabelecimentos agropecuários familiares são a agricultura e a pecuária.

Segundo o Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar do COREDE Litoral tem uma área de 74.359 hectares, o que equivale a 20,34% da área total da região (IBGE, 2019). Além disso, a agricultura familiar do COREDE Litoral apresenta como característica própria uma organização interna dinâmica, constituída por uma diversidade produtiva e socioeconômica, como, por exemplo, a pecuária, a produção permanente, a produção temporária, a horticultura, dentre outras.

Dessa forma, buscamos por meio do tema desta dissertação analisar como a agricultura familiar e seus atores do desenvolvimento, os agricultores familiares, se

⁴ Vinculado à Secretaria Nacional do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA.

caracterizam no COREDE Litoral, refletindo ainda, sobre seu papel no desenvolvimento regional.

Diante da contextualização apresentada, e considerando o conjunto de informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário 2017, a presente pesquisa se norteia na seguinte questão acerca da agricultura familiar: Quais são as características dos estabelecimentos agropecuários e dos produtores familiares do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul? Para tal, investiga, por meio do Censo Agropecuário 2017, as características dos estabelecimentos e dos agricultores agropecuários familiares pertencentes ao COREDE Litoral do Rio Grande do Sul, acessando os dados secundários disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em caracterizar, com base no Censo Agropecuários 2017, agricultura familiar no COREDE Litoral, estado do Rio Grande do Sul. Para que se pudesse alcançar esse objetivo, foram definidos três objetivos específicos, sendo eles: 1) Descrever a dinâmica histórica, social e econômica da agricultura familiar no COREDE Litoral; 2) Caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares quanto aos aspectos estruturais, produtivos e agroindustriais; e 3) Caracterizar os produtores agropecuários familiares no que se refere aos aspectos demográficos e ocupações de postos de trabalhos dentro das estruturas e arranjos produtivos existentes.

Nesse sentido, observamos que estudos e debates sobre a agricultura familiar e sua importância para o desenvolvimento rural e social no Brasil tem se intensificado nos últimos anos. Primeiro, tendo em vista a necessidade de renovação das discussões já conhecidas, como a modernização agrícola e a sua relação indutora do desenvolvimento rural atribuídas e defendidas em estudos anteriores. Posteriormente, a renovação se apresenta por meio da ampliação dos interesses pela ruralidade e suas relações com outros temas, que se deram por meio da aproximação de diferentes áreas do conhecimento, na forma multidisciplinar.

Assim sendo, entendemos que para o COREDE Litoral o estudo se faz relevante, pois traz à luz da ciência as informações estatísticas colhidas sobre a agricultura, a agricultura familiar, os estabelecimentos agropecuários e os produtores agropecuários familiares dos 21 municípios que compõe a região, permitindo, por sua

vez, por meio da reunião desses dados num único estudo, oferecer uma visão sistematizada e atual de como a agricultura familiar se configura nesse COREDE.

Os dados fornecidos pelo IBGE, por meio da base Censo Agropecuário 2017, podem, especialmente por meio das variáveis como população rural, idade predominante dessa população, renda per capita e tipos de produtos produzidos pelos agricultores, externalizar a existência de possíveis processos de diferenciação social, econômica e produtiva desta agricultura, assim como destaques produtivos ainda desconhecidos.

Além disso, acreditamos que a pesquisa pode contribuir com reflexões e ações que buscam a melhoria de indicadores de desenvolvimento como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵, uma vez que, em 2010, se apresentou abaixo da média estadual no COREDE Litoral⁶, especialmente naqueles municípios em que a agricultura se apresenta como predominante economicamente. Desse modo, acredita-se que a pesquisa poderá auxiliar o COREDE Litoral, no sentido de caracterizar a população rural, fornecendo subsídios que auxiliem no mapeamento desse fenômeno e no levantamento de hipóteses acerca do que pode estar influenciando esses resultados.

Outrossim, por apresentarem índices de desenvolvimento baixos, esses municípios carecem de agendas e de políticas públicas que induzam o seu desenvolvimento. De posse do presente estudo, as instituições públicas podem conhecer melhor a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do seu município, propiciando ações mais assertivas para esse ramo.

Sob o prisma do espaço acadêmico, em primeiro lugar, o presente estudo pode ser considerado inovador, uma vez que não há estudos publicados acerca da agricultura familiar no COREDE Litoral com base em dados do Censo Agropecuário,

⁵ O IDH-M trata-se de uma metodologia de medida que considera três dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e de ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas especialmente pela saúde, educação e renda (PNUD, 2020).

⁶ De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional 2015-2030, do próprio COREDE, a média IDH-M (2010) dos municípios que compõem a região ficou abaixo da média estadual, sendo esta de 0,746. O referido documento mostrou ainda que se esse indicador for comparado ao IDH-M nacional, a média no COREDE Litoral fica mais distante ainda, uma vez que a nacional é de 0,727. O índice, quanto mais se aproxima de 0, menores são as condições de desenvolvimento humano que as populações estão submetidas e vivenciando. Além disso, o mesmo relatório aponta que os nove municípios da microrregião rural do referido COREDE (assim categorizados pelo Plano) apresentaram IDH-M menor, destacando-se nessa situação, os seguintes municípios: Mampituba (0,649), Caraá (0,652), Três Forquilhas (0,662), Mostardas (0,664) e Itati (0,669).

tampouco da última edição ocorrida em 2017. Há diversos estudos sobre a região, mas nenhum deles abarca esta categoria social como um todo, muito menos que a relacionem com o desenvolvimento regional. Em segundo lugar, esta pesquisa permitirá à academia conhecer a agricultura familiar no COREDE Litoral com base em dados mais atualizados. Isso poderá servir de base para análises de contextos políticos, sociais e econômicos dessa categoria sob o olhar do desenvolvimento regional, podendo subsidiar e estimular futuros debates.

Por fim, este estudo adquire relevância pessoal para a autora, pois sua trajetória de vida está relacionada ao espaço rural. Influenciada inicialmente pela origem, sendo filha de agricultores familiares residentes no município de Itati, o qual é território integrante do COREDE Litoral, sendo que esteve em contato com a realidade dos produtores rurais da região até o ano de 2009. Além disso, seus esforços acadêmicos tiveram por motivação a relação familiar e as percepções vividas no espaço urbano e rural.

A partir das observações vivenciadas, a autora percebeu o desenvolvimento da agricultura familiar no município e as dificuldades enfrentadas por essa comunidade tais como a ausência dos serviços básicos (saúde, educação, habitação, energia elétrica, transporte, entre outros), acrescidos de vulnerabilidades financeiras relatadas pela população rural, muitas vezes em decorrência da precariedade das condições de produção, de comercialização e de gestão desses recursos.

Esse contexto ensejou o desejo de investigar a agricultura familiar da região no intuito de poder elaborar subsídios que possam contribuir para o desenvolvimento e à melhora da qualidade de vida dessa população.

Em síntese, esta pesquisa propõe apresentar, com base nos dados do Censo Agropecuário 2017, uma caracterização da agricultura familiar no COREDE Litoral, de modo que se possa evidenciar elementos marcantes dessa categoria, frente a uma identidade regional construída em torno do turismo de veraneio. Por sua vez, importa apresentar os elementos metodológicos que embasaram esta pesquisa, assim como os procedimentos e identificar a área de abrangência.

Sendo assim, de acordo com Silveira e Córdova (2009), a pesquisa científica é a atividade nuclear da ciência. Sobretudo, a ciência tem por atividades principais a busca por explicações verificáveis das coisas e o uso da realidade. Dessa maneira, a pesquisa científica abraça, em sua estrutura, uma ordem de investigação sistemática,

naturalmente processual e controlada, não podendo ser considerada como uma fonte esgotável de conhecimento. Com isso, a coesão na definição do método de pesquisa, dos procedimentos de coleta e de análise são instrumentos e fases fundamentais para se construir um estudo confiável e bem-sucedido.

Dados os objetivos propostos, essa pesquisa pode ser definida como um estudo exploratório descritivo, do tipo quantitativo e qualitativa, seguida da análise do universo, uma vez que esses métodos se mostraram como a melhor forma de estudar o tema em questão, dada a amplitude e a sua transversalidade.

Quando o assunto é a escolha do tipo de pesquisa por parte do pesquisador, faz-se necessário trazer ao debate as importantes contribuições de Santos (2009). Segundo a autora, o pesquisador, em específico o cientista social, ao classificar uma pesquisa entre qualitativa, quantitativa ou até como mista, precisa, inicialmente, se questionar e refletir se os dados que objetiva pesquisar irão representar magnitudes ou conceitos e categorias. Assim sendo, Santos (2009) explica que, quando as abordagens dos objetivos propostos conotam tanto o interesse em trazer dados numéricos e estatísticos, seguido de análise descritiva, em que busca descrever ou explicar sobre algum dado numérico, estamos diante de uma pesquisa mista ou híbrida.

Nesse sentido, e considerando que a presente pesquisa objetivou, por meio de dados secundários, disponíveis no Censo Agropecuário 2017, caracterizar a agricultura familiar no COREDE do Litoral, paralelamente, ela utilizou da pesquisa qualitativa como estratégia para explicar determinadas informações estatísticas.

Na fase exploratória da pesquisa, o objetivo foi investigar o ambiente de estudo, a fim de possuir informações que indicassem caminhos a serem seguidos na pesquisa (VERGARA, 2003). Desse modo, considerou-se como fase exploratória a execução dos objetivos específicos, os quais estão apresentados por meio dos títulos dois e três deste estudo.

Para o primeiro objetivo específico, buscamos, por meio da pesquisa bibliográfica, descrever a dinâmica histórica, social e econômica da agricultura familiar no Litoral Norte gaúcho. Para essa fase, foram utilizados acervos como livros e trabalhos científicos de bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul e do Litoral Norte.

A pesquisa empírica, baseada no segundo e terceiro objetivos, apresenta informações, seguidas das técnicas e abordagem da estatística descritiva, como ferramentas de descrição das informações coletadas e análise dos dados sobre os estabelecimentos agropecuários e produtores familiares no COREDE.

Para Larson e Farber (2015), em estatística é possível verificar que informações e dados assumem definições distintas. Segundo esses autores, o termo dados consiste em informações, essas por sua vez, são provenientes de observações, contagens medições ou respostas. Assim, explicam os autores, que os dados estatísticos remontam aos censos. Os censos, por sua vez, consistem em obter dados⁷ de interesse de uma determinável população.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é órgão coordenador e produtor de informações estatísticas no país. Dentre as múltiplas atividades e pesquisas desse instituto, destacam-se os processos de identificação e análise territorial, assim como a contagem da população, identificando como a população vive, e demonstrando a evolução da economia por meio do trabalho, produção e renda, de modo que esses dados possam auxiliar o Estado e a sociedade nas tomadas de decisões (IBGE, 2017).

O Censo Agropecuário é um tipo de operação estatística que objetiva a obter e disponibilizar informações sobre a organização e estrutura do setor agropecuário, florestal e aquícola do país. Especificamente o Censo Agropecuário 2017, na busca por retratar a realidade agrária do país, levou em consideração as interconexões e as interrelações com os mais diferentes atores, cenários, modos de produção e instrumentos de ação dos estabelecimentos rurais visitados por parte dos recenseadores. Todas essas informações foram registradas como parte das declarações dos agricultores entrevistados (DEL GROSSI, 2019).

A metodologia adotada pelo IBGE considera o estabelecimento rural como a unidade de coleta do Censo Agropecuário 2017. Segundo Del Grossi (2019), ela é diferente do imóvel rural utilizado para registro das propriedades agrícolas e para o cadastro ambiental rural (CAR), uma vez que uma unidade produtiva pode incorporar vários imóveis rurais, ou até a possibilidade de um imóvel rural não possuir quaisquer atividades produtivas, podendo não ser considerado como um estabelecimento.

⁷ Os dados podem ser classificados em dois tipos: os quantitativos e os qualitativos. Os dados quantitativos consistem em medidas numéricas ou contagens. Já os dados qualitativos consistem em atributos, rótulos, entradas não numéricas (LARSON E FARBER, 2015, p.9).

Por fim, para o IBGE, um estabelecimento agropecuário é toda a unidade de produção ou de exploração dedicada, tanto de forma total ou parcial, às atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, ou forma jurídica, localização (urbana ou rural), desde que tenha como objetivo a produção, seja ela para comercialização ou subsistência (IBGE, 2018).

A partir da contextualização do tema, problema e objetivos, da apresentação da justificativa e metodologia adotada na pesquisa, cabe apresentar a estrutura da dissertação. Além da introdução, a pesquisa está organizada em outros quatro capítulos, além das considerações finais e referências bibliográficas.

No capítulo dois dissertamos sobre a agricultura familiar no Brasil. Nesse espaço consta a abordagem desde o pequeno produtor ao agricultor familiar⁸ enquanto ator do desenvolvimento. Neste capítulo trazemos também a narrativa de formação territorial do Brasil e de povoamento do estado do Rio Grande do Sul.

No capítulo um realizamos uma reflexão sobre o desenvolvimento em termos amplos, desenvolvimento rural e desenvolvimento regional. No capítulo três encontra-se a descrição histórica da agricultura familiar existente no Litoral Norte gaúcho, por meio do processo de formação e ocupação territorial da região.

Ainda no capítulo três constam os dados levantados e discorre-se sobre eles. Nessa fase, são apresentadas as informações coletadas junto ao Censo Agropecuário 2017 sobre as características dos estabelecimentos agropecuários familiares e de seus produtores.

Por fim, encontram-se as considerações finais, em que buscamos desenvolver uma compreensão sobre a importância da agricultura familiar no desenvolvimento da região, bem como demonstrar como essa categoria atualmente está reconhecida no setor agropecuário do litoral, entendendo-a como resultante da conjuntura histórica da economia e da estrutura agrária. Quanto a todo o aporte teórico que embasou essa pesquisa, pode ser encontrado no último capítulo deste estudo, em Referências Bibliográficas.

⁸ Neste estudo, o termo produtor foi utilizado, tendo em vista a própria análise que o Censo Agropecuário 2017, traz como uso dessa nomenclatura.

1. REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Pinto, Cardoso Júnior e Linhares (2010), desenvolvimento deve ser entendido em inúmeras e complexas dimensões, todas elas socialmente determinadas, devendo ser flexíveis com o tempo, com os costumes e as necessidades da sociedade.

No Brasil, a partir dos anos de 1930, a promoção do desenvolvimento passa a contar com a forte atuação do Estado brasileiro e com o surgimento de um novo aparato estatal, que permitia, de forma gradual, romper com o modelo imediatista e característico da República Velha (1891-1930) implantando, assim, o Estado moderno.

Segundo os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA publicados no ano de 2010, é possível compreender que a atuação do Estado ocorreu mais incisivamente no desenvolvimento que se delineou de forma mais clara no período Vargas (1933-1954); com a transição de uma ordem predominantemente agrícola para a formação de uma sociedade urbano-industrial (PINTO, et al., 2010).

Nesse sentido, a década de 1940 é marcada pelo avanço do processo de industrialização do país e pelos conceitos do planejamento e de desenvolvimento, tanto por parte do Estado como da sociedade brasileira. Segundo Pinto et al. (2010, p. 23), o desenvolvimento pela via da industrialização foi induzido pelo Estado, como pauta para delinear os caminhos que o Brasil iria seguir a partir desse período.

Nessa sequência, os anos de 1950 são caracterizados pela alavancagem da indústria pesada, voltada à produção de bens não duráveis, intermediários e de capital. Esse projeto de desenvolvimento se consolidou até o final da década de 1970 e o Estado, nesse período, assume papel central no processo de desenvolvimento do país (PINTO, et al., 2010). A dinâmica industrial do período (1950 -1970) se apresenta principalmente sob o tripé *Estado-Capital estrangeiro - capital privado* e sob amplos planos de expansão da industrialização, como o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (PINTO, et al., 2010).

Ao nível da América Latina, a linha teórica da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), nos anos 1970, motivou mudanças no contexto brasileiro de desenvolvimento sobre a perspectiva de crescimento

econômico, cujo desafio dos países periféricos era de superar a dependência aos centrais. As abordagens trazidas pelos pesquisadores da CEPAL apontaram que a agricultura dos países latino-americanos apresentava baixos índices de produtividade, que necessitavam de mudanças produtivas e de novas tecnologias para a produção, atentando ainda para a redução das divisas econômicas para os países periféricos (subdesenvolvidos). Deste modo, o órgão propunha que seria necessário aumentar a produtividade na agricultura como forma de produzir mais alimentos para combater a fome, entretanto a modernização implementada em nada atendeu aos preceitos da Cepal (DELGADO, 2001).

Os anos 1980 apresentam baixo crescimento e elevada inflação, demonstrando o esgotamento do padrão do desenvolvimento adotado no país. Nesse período não existia uma definição clara de como o país iria traçar ou seguir os caminhos do seu capitalismo.

De acordo, com Pinto et al. (2010), os governantes brasileiros estavam em dúvidas se reformulariam o modelo desenvolvimentista ou buscariam aderir ao modelo neoliberal associado ao processo de globalização. Muito embora essa insegurança tenha estado presente durante o governo Sarney (1985-1989), esse período também foi marcado pelas estratégias de desregulamentação e de desarticulação do poder estatal, as quais foram aprofundadas no governo Collor (1990-1992), especialmente seguindo os preceitos do Consenso de Washington.

Todavia, segundo Pinto et al. (2010), a inserção mais aprofundada no neoliberalismo veio a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC (1994-2002). O governo de FHC representou, além da estabilização dos preços, um amplo ajuste na estrutura governamental do Estado, em que configurou a redução do papel Estatal na abertura econômica comercial e financeira. Esta alegada como alternativa para fomentar a competitividade de preços, estruturando assim a estabilidade da moeda do país (com o Plano Real), mas ao mesmo tempo expondo à concorrência internacional atividades econômicas nacionais que não estavam preparadas para a competição.

Por fim, Pinto, et al. (2010) abordam, por meio da fala de Celso Furtado junto a abertura da mesa redonda do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em junho de 2004, os efeitos do pensamento até então adotado para o projeto de desenvolvimento do país:

A hegemonia do pensamento neoliberal acabou com a possibilidade de pensarmos um projeto nacional; em planejamento governamental, então, nem se fala (...). O Brasil precisa se pensar de novo, partir para uma verdadeira reconstrução. Para mim, o que preza é a política. Essa coisa microeconômica é um disparate completo. (...) Não espero que haja o milagre da superação desse pensamento pequeno, pois hoje em dia não tem ninguém que lidere essa luta ideológica. Todo mundo foge dessa confrontação ideológica. Planejar o presente e o futuro do país passou a ser coisa do passado. Como se pode dirigir uma sociedade sem saber para onde vai? O mercado é que decide tudo! O país passou a ser visto como uma empresa. Isso é um absurdo! (CDES, 2004, p. 7-8 apud. PINTO et al., 2010, p. 24).

De modo geral, conforme Pinto, et al. (2010), compreende-se que toda essa trajetória do desenvolvimento nacional demonstra a importância do desempenho do papel do Estado nas questões do desenvolvimento em diferentes momentos sociais e econômicos do país. Evidencia-se que a estruturação e a institucionalização do Estado brasileiro possibilitaram a projeção de mecanismos importantes para o desenvolvimento em todas as suas esferas.

No Brasil, se por um lado os estudos sobre o desenvolvimento ganharam destaques a partir dos anos de 1930, por meio da perspectiva de crescimento econômico, por outro, os debates em torno do desenvolvimento rural se apresentaram décadas mais tarde. Todavia, as abordagens sobre esse último tema eram tratadas de forma singular com as perspectivas gerais do desenvolvimento (NAVARRO, 2001).

Em Oliveira e Mello (2006), podemos entender, por meio da perspectiva histórica do desenvolvimento do país, que o período de 1930 a 1990 é marcado por dois momentos: o de despertar ao desenvolvimento, e por conseguinte, o desenvolvimento rural. Segundo esses autores, esses dois momentos adquiriram um espaço individualizado, posicionando-se como um daqueles modelos que atraem grande diversidade de interesses e de atores.

Assim, os debates e discussões relacionados ao desenvolvimento rural no Brasil têm início a partir dos reflexos negativos ocorridos no ambiente rural, e são marcados pelo Pós-Guerra, polarização da Guerra Fria, expansão do capitalismo no campo, modernização da produção agrícola e pelos impactos do crescimento econômico (OLIVEIRA et al., 2015).

Verifica-se, por meio de Oliveira et al. (2015), que até os anos de 1950 uma parcela significativa da população estava envolvida com a agricultura e com a

pecuária do país, assim como habitando as áreas rurais. Paralelamente, segundo a mesma fonte, era notável a participação da agricultura nas contas econômicas nacionais, e a produção agrícola ocorria apenas em decorrência da expansão da área cultivada.

Para Oliveira et al. (2015), na década de 1960 ocorreram mudanças estruturais na economia do país, o que resultou na alteração das formas de produção, as quais passaram a se guiar em aumentar a oferta de alimentos e de matérias primas para equilibrar as contas das exportações. Com isso, compreendeu-se que nesse período é dado início às transformações nas estruturas de produção agropecuária, as quais passam a fazer uso de máquinas, implementos mecanizados, adubos e defensivos, por força do processo de modernização da agricultura do país (OLIVEIRA et al., 2015).

O processo modernizante da agricultura brasileira, segundo Oliveira et al. (2015), esteve intimamente ligado ao processo de substituição das importações, por meio da internacionalização de indústrias produtoras de bens de capital e de insumos modernos. Essa internacionalização de empresas é fato conhecido na história do país como a entrada de multinacionais produtoras de tratores, fertilizantes e herbicidas.

Observa-se, então, que a partir da introdução tecnológica, a agricultura não pode mais ser vista como autônoma, e as famílias passam a adotar as formas racionais de produção, cuja dinâmica industrial passou a nortear o desenvolvimento agrícola e da pecuária brasileira, e em alguns casos, convertendo-a em ramos da indústria (Oliveira et al., 2015).

O enfoque do desenvolvimento econômico pela expansão das fronteiras agrícolas, por meio da modernização dos espaços rurais, segundo Oliveira et al. (2015), alimentaram esperanças e estimularam o surgimento de muitas iniciativas em todas as sociedades. O desenvolvimento rural tornou-se de forma inevitável uma das grandes iniciativas de políticas de governo e de interesses sociais.

Desse modo, as necessidades sociais e econômicas, assim como o bem-estar das populações mais pobres, foram, na visão de Oliveira et al. (2015), compreendidas como um resultado natural do processo modernizante da base produtiva agrícola familiar, o que por sua vez acarretaria o aumento da produtividade e da renda para essa população (OLIVEIRA et al., 2015).

Já nas décadas de 1970 e 1980, esse processo demonstrava indícios de fracassos, tanto no sentido amplo do desenvolvimento, quanto na redução da pobreza nos ambientes agrícolas do país.

As emergentes estratégias modernistas atingiram diretamente o pequeno produtor rural e familiar, acentuando as disparidades sociais, econômicas, ambientais e culturais pré-existentes do país. Houve transformações ocorridas nos sistemas produtivos, provocando uma série de alterações nas relações sociais e colocando, em muitos casos, agricultores e familiares em situação de vulnerabilidade social, econômica e ambiental (TEIXEIRA, 2005).

Além disso, observa-se, com o auxílio de Oliveira et al. (2015), que o processo de modernização da agricultura brasileira gerou um agravamento da questão agrária e dos problemas sociais do campo. Pelos aspectos sociais, verificamos o aumento nas desigualdades sociais e da pobreza nos ambientes rurais, o que acarretou o êxodo rural, inflando os ambientes urbanos (TEIXEIRA, 2005).

Com o estancamento da fase econômica de expansão, ocorrida no pós-guerra, e com a ascensão de políticas inspiradas no neoliberalismo econômico, esse modelo começa a apresentar sinais de esgotamento no final dos anos de 1970 e início de 1980. Para Navarro (2001), o avanço do enfoque neoliberal, segundo o qual a noção de Estado forte foi subordinada pela noção de Estado mínimo enfraqueceu fortemente o papel do Estado na condução de suas políticas.

Esse momento acabou desencadeando uma enorme crise na agricultura do país, o que, segundo Lamarche (1986 apud Oliveira et al., 2015), pode ser explicada por três dimensões: econômica, social e ambiental.

Pela dimensão econômica, a agricultura produziu efeitos de superprodução ao buscar a autossuficiência pela eficiência tecnológica e comercial. No campo social, com o processo de modernização e a elevação da produtividade, derivaram na redução da força de trabalho ocupada nas tarefas agrícolas, o que gerou uma onda geral de desemprego.

No aspecto ambiental, o uso intensivo de insumos químicos industriais estimulados pelos modelos produtivistas proporcionaram nos ambientes rurais uma enorme crise ambiental em razão de desgaste dos recursos naturais, enquanto, de forma paralela, a sociedade despertava a consciência para a preservação e renovação desses recursos (LAMARCHE, 1986, apud OLIVEIRA et al., 2015).

Portanto, a partir da segunda metade da década de 1990, em virtude de mudanças na gestão do Estado, esses resultados negativos vindos pela modernização da agricultura, impulsionaram, segundo Oliveira et al. (2015), revisões conceituais sobre o modelo de desenvolvimento rural adotado no país.

Essas três dimensões (econômicas, sociais e ambientais), que Lamarche (1986) apresentou, expressaram a necessidade de repensar e de reorientar as formas de intervenção do Estado e sobre as políticas públicas, de modo que, a própria população rural ganhasse espaços públicos e legitimidade (OLIVEIRA et al., 2015).

Desse modo, verifica-se que esse período dá início ao que Navarro (2001) e Schneider (2004) denominam como sendo o segundo momento do desenvolvimento rural brasileiro. Segundo Gazolla e Pelegrini (2014) e Oliveira et al. (2015), é nesse período que o tema desenvolvimento e desenvolvimento rural são retomados. Segundo Oliveira et al. (2015), é na década de 1990 que surgem as motivações para o reaparecimento do debate acerca do desenvolvimento de uma forma geral, e do desenvolvimento rural, assim como o período é marcado pela modificação radical entre ambos.

A necessidade de uma nova roupagem para a perspectiva do desenvolvimento ganha força e novos espaços, assim como questões sobre a globalização das economias, interdependência financeira, enfoque local e territorial, alterações e inter-relações rural-urbano, entre outras que passam a ser abordadas nesse período. No desenvolvimento rural, Segundo Oliveira et al. (2015), esse momento é marcado pela reflexão das transformações que os processos de liberalização e globalização impactaram nas economias, e em especial na agricultura.

Na agricultura, conforme Gazolla e Pelegrini (2014), os impactos refletiram sobre múltiplas dimensões, principalmente com: a) o reconhecimento legal da agricultura familiar e da sua importância como um segmento social, econômico e agroalimentar; b) a abertura dos mercados, o que modificou as formas de mercantilização dos agricultores em razão das acelerações das trocas comerciais – o que, por sua vez, intensificou a competitividade por meio do surgimento das cadeias agroalimentares; c) a retomada do Estado pela regulação e governança das políticas de investimento a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) e de segurança alimentar e de reforma agrária; d) o aparecimento da dualidade entre agricultura familiar e agronegócio; e) a crescente

preocupação em todo o território nacional e institucional com a sustentabilidade ambiental das atividades agropecuárias e de produção de alimentos, as quais são focos centrais no que envolve os processos de desenvolvimento rural; e f) a promoção da intensificação do progresso tecnológico.

Há ainda, durante esse período, a crescente retomada dos movimentos sociais. Esses, fortemente liderados pelos sindicatos rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e à constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que haviam sido reprimidos pelo regime militar. Para Gazolla e Pelegrini (2014), as contribuições e os fatores citados acima são base dos elementos que estruturam o debate em torno do desenvolvimento rural no tempo presente.

Com a retomada do debate sobre o desenvolvimento rural, Gazolla e Pelegrini (2014) e Oliveira et al. (2015) citam elementos-chave que preconizaram o repensar das abordagens analíticas e os enfoques até então utilizados, como: a) a erradicação da pobreza no campo; b) o protagonismo dos atores sociais e a participação na política; c) o território como uma unidade de referência; d) preocupação ambiental e a sua sustentabilidade; e) o papel da agricultura familiar; e e) o enfoque na diversidade dos meios de vida e nas formas de produção, o que se contrapõem a uniformização de projetos.

Dessa forma, quando se busca uma compreensão sobre o desenvolvimento rural, não se menciona apenas o desenvolvimento econômico no meio rural, mas também é preciso considerar o desenvolvimento de aspectos sociais, culturais e ambientais. Segundo Toquetto e Pelegrini (2014), o enfoque do desenvolvimento rural possui uma dimensão integrada sobre esses aspectos, de modo que, quando esse dinâmico e complexo processo é discutido, necessita que os atores envolvidos sejam incluídos nessa sistemática.

Para que isso seja possível, constata-se a necessidade de chamar a atenção e afirmar que é preciso conhecer o contexto para que os atores saibam agir sobre e em busca das melhores estratégias que poderão lhes proporcionar o desenvolvimento.

Logo, as estratégias de desenvolvimento, que buscam valorizar essas dimensões, firmam-se cada vez mais como alternativas viáveis para a reconstituição de vínculos produtivos entre os agentes e atuam para o resgate dos valores humanos

ainda presentes nas comunidades, conforme Toquetto e Pelegrini (2014) abordam em suas teses.

Dessa forma, esses autores tratam o desenvolvimento rural como uma estratégia que considera o desenvolvimento de comunidades por meio da diversidade e da atuação de seus atores como agentes capazes de dar sentidos a suas vidas. Para isso, Toquetto e Pelegrini (2014), quando abordam o desenvolvimento rural, relacionam a esse aspecto o desenvolvimento dos atores e das atividades praticadas e desenvolvidas por estes em sua região.

Nessa mesma linha de pensamento, Gazolla e Pelegrini (2014) identificam o agricultor familiar como um ator do desenvolvimento. Da mesma forma, dentro das populações rurais e não agrícolas, os autores retratam as organizações sociais coletivas e de representação políticas como atores. Destaca-se, nesse sentido, os sindicatos, os movimentos sociais, as cooperativas, as associações, o poder público, as agências de pesquisas, entre outros que surgem como forma de aglutinar forças locais ao processo de desenvolvimento.

Dessa forma, o objetivo central do desenvolvimento é criar e elaborar condições para que os atores potencializem suas habilidades, conhecimentos e experiências, de modo que possam aproveitar oportunidades e satisfazer necessidades, desenvolver mecanismos de resolução de problemas e promover a qualidade de vida da população local-regional (TOQUETO; PELEGRINI, 2014).

Assim sendo, Toquetto e Pelegrini (2014), abordam que o desenvolvimento rural objetiva planejar de forma coletiva, buscando integrar os diferentes atores da sociedade com planos que permitem uma dinâmica econômica capaz de promover o desenvolvimento social e econômico, preservando o meio ambiente.

Além disso, o desenvolvimento rural na atualidade considera a relação que é estabelecida entre cada um dos integrantes de uma região, de modo que possa proporcionar condições para a definição e a criação de um planejamento de futuro e de inclusão de indivíduos em situação de pobreza e ou vulnerabilidade (TORQUETO; PELEGRINI, 2014). Nesse sentido, destaca-se também a importância de que esses atores sociais se sintam como elementos fundamentais para a promoção do desenvolvimento dos seus ambientes.

Segundo esses mesmos autores, é isso que os torna ativos, já que é nesse lugar que realizam a maior parte de seus trabalhos e estabelecem suas relações

sociais, econômica, culturais e ambientais, por isso, precisam sentir-se incluídos e responsáveis nesse processo constituinte de desenvolvimento (TORQUETO; PELEGRINI, 2014).

Ainda acerca do conceito de desenvolvimento rural, Oliveira et al. (2015), por meio do pensamento de Navarro (2001), abordam que se trata de uma ação previamente pensada e articulada que induz ou visa a induzir mudanças em um determinado local, por isso o Estado é o agente principal nesse processo.

Nisso, Veiga (2001) nos permite observar que o desenvolvimento rural possui interfaces e vínculos com o desenvolvimento geral da economia. Isto posto, podemos entender, por meio desse mesmo autor, que o processo de desenvolvimento rural está entrelaçado e é dependente das abordagens do desenvolvimento local-regional.

Nesse sentido, Oliveira et al. (2015) explicam que esses pontos que se entrelaçam se traduzem em desenvolvimento da agricultura familiar, que, impulsionada pelo empreendedorismo, iria dinamizar o território. Isso promoveria a diversificação das economias dos territórios com estímulos dos setores de serviços e a pluriatividades.

Além disso, esses pontos se imbricam com a atuação ativa do Estado por meio da formação de arranjos institucionais locais e pela promoção da diversidade local. Seriam esses alguns dos fatores importantes à dinamização das regiões rurais (OLIVEIRA et al., 2015). Em outras palavras, podemos entender que, para que haja o desenvolvimento em si, os diferentes atores precisam conhecer e agir a partir da diversidade de suas regiões.

2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DO PEQUENO PRODUTOR AO AGRICULTOR FAMILIAR ENQUANTO ATOR DO DESENVOLVIMENTO

Para que se possa compreender como a agricultura de base familiar se situa na conjuntura histórica da economia e da estrutura agrária do Brasil, é preciso entender o processo histórico de ocupação territorial e como ocorreu o processo de formação do tecido social brasileiro. Todavia, não cabe aqui remontar toda a trajetória histórica do país, porém buscaremos, mesmo que sinteticamente, evidenciar por meio dos aspectos históricos do desenvolvimento territorial do Brasil, a existência dessa categoria. Para essa etapa, utilizou-se como base de literatura as contribuições de Kageyama (2008), Silva Neto e Oliveira (2008), Schneider e Cassol (2013) e, leituras complementares de Jaeger (1943), Pesavento (1984), Permagnani (1999) e Ely (1999).

De acordo com Kageyama (2008) e Prado Jr. (1987), a formação do território brasileiro foi iniciada pelos povos portugueses por meio do processo de colonização do país. De acordo com esses autores, a dinâmica colonizadora implantada no século XVI teve como ponto de partida a faixa costeira brasileira com o Oceano Atlântico. Além disso, esse processo de colonização territorial tinha como objetivo desenvolver a agricultura tropical, a qual sustentaria a base econômica e se tornaria o ponto estratégico da difusão da colonização.

Após a rápida decadência da atividade de exploração do pau-brasil nas matas costeiras, a ocupação efetiva das terras brasileiras por parte da colônia teve início com a divisão do território em 12 capitanias hereditárias (núcleos de povoamento). Nelas, a produção se deu a partir da cana-de-açúcar, que, durante um século e meio, representaria a única base econômica do país. Mais tarde, nos séculos XVII e XVIII, inicia-se o processo de ocupação do interior do país. Em virtude do alto custo do desbravamento, acrescidos da grande disponibilidade de terras que o país oferecia, e, ainda, seguidos de uma economia concentrada nos engenhos de açúcar, houve a associação entre a grande propriedade e a monocultura, implicando na expansão da escravidão e na apropriação de terras devolutas, que até então eram utilizadas pela população indígena (PRADO JR., 1987).

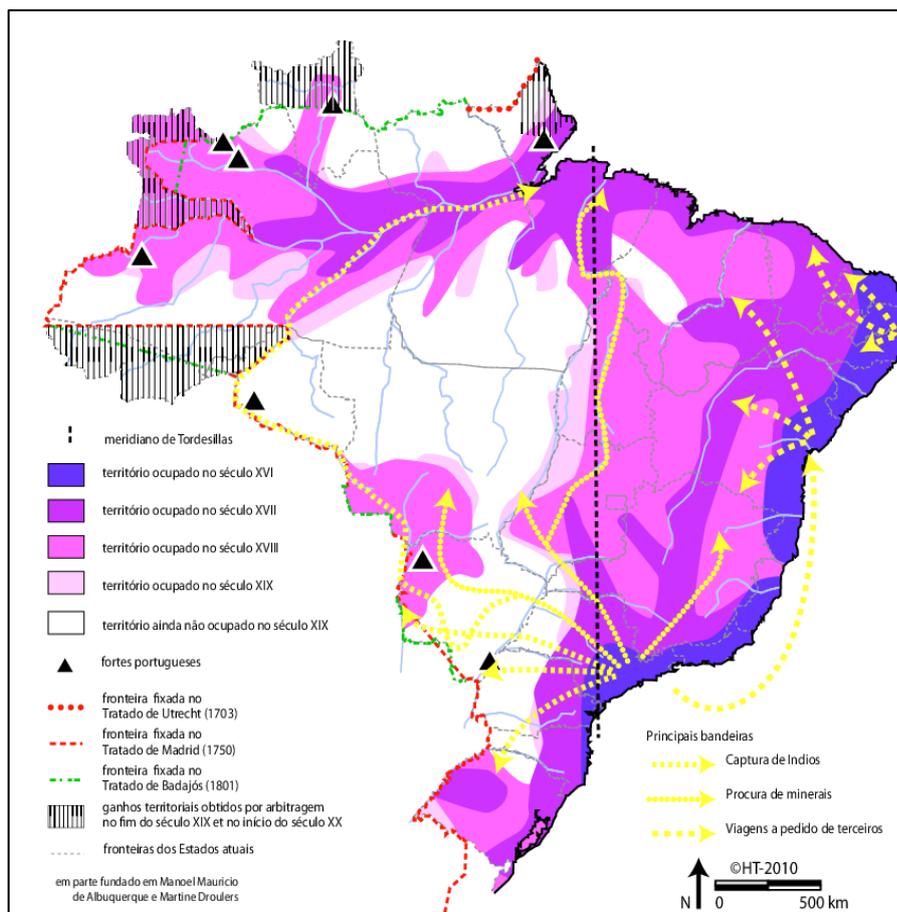
Kageyama (2008) observa que a natureza da economia colonial (empresa mercantil voltada à exploração e exportação de gêneros tropicais) impunha suas características nos diferentes aspectos da vida da colônia, e os povoamentos

aglomeravam-se especialmente onde era possível produzir aqueles gêneros que pudessem ser exportados com maior facilidade.

Outra importante afirmação que auxilia na compreensão e construção de uma leitura atual sobre a diversidade regional brasileira está contida na história sobre como ocorreu a ocupação territorial e a sua interrelação com os ciclos econômicos que o Brasil veio vivenciando ao longo dos séculos. Segundo Kageyama (2008), a forma como se deu a ocupação territorial nos períodos coloniais e os diversos “ciclos econômicos” foram os responsáveis pelo advento de “um conjunto de elementos constitutivos agroexportadores adequados” (p.96), formando assim um mosaico de regiões quase que autônomas, configurando os espaços do país em diferentes regiões: o açúcar, no Nordeste (século XVII); o ouro, em Minas Gerais (fim do século XVII e início do século XVIII); o café, no Sudeste (séculos XIX e XX); a borracha, na Amazônia (início do século XX), a pecuária no Brasil Meridional. Desde este período histórico pode-se observar dinâmicas regionais estabelecidas entre espaços rurais brasileiros e espaços urbanos europeus.

Na figura 1, está apresentado o mapa da ocupação do Brasil com o propósito de demonstrar como o processo de formação do território e do povoamento do país veio ocorrendo com o passar dos séculos e compreender que a formação da economia do país é ao mesmo tempo a formação do território.

Figura 1 – Ocupação do território brasileiro nos séculos XVI ao XIX



Fonte: Théry e Mello, 2005.

Observa-se que, desde o início da colonização, a base produtiva esteve alicerçada na grande plantação. O reconhecimento da pequena propriedade rural era praticamente inexistente, pelo menos até o início do século XIX (KAGEYAMA, 2008; PRADO JR, 1987). A colonização açoriana não conseguiu constituir os tão almejados núcleos regionais de densidades demográficas, e a preocupação constante da Corte Portuguesa com os números populacionais do extremo Sul do país, que estavam cada vez mais rarefeitos, conduziram o poder público na introdução de novas correntes de povoamento (BERNARDES, 1997).

Todavia, a estratégia mais importante e que condicionaria a ação estatal, consistiu no estabelecimento de um novo tipo de organização agrária, com a imigração europeia do século XIX, seguida da asiática, especificamente pelos japoneses no século XX (PRADO JR, 1987).

2.1 A agricultura familiar no Brasil

A crise do modelo produtivista e suas contradições provocaram em diferentes campos inquietações em relação às formas de produção agrícola e à condição social e econômica dos indivíduos envolvidos (OLIVEIRA et al., 2015). Isso, segundo esses mesmos autores, contribuiu no surgimento e organização de movimentos sociais, preocupados com os diferentes segmentos marginalizados ou excluídos, que passaram a demandar e a demonstrar sua importância tanto na formação social como na geração de riquezas (OLIVEIRA et al., 2015).

Tais movimentos tinham como propósitos a valorização de camadas da população rural e de regiões menos favorecidas, as quais haviam entrado num processo de exclusão e de vulnerabilidades em virtude da ação homogênea da modernização e das forças da globalização. Segundo Schneider (2004), Teixeira (2005), Oliveira et al. (2015), esses movimentos buscaram traduzir as demandas e necessidades da pequena propriedade rural, de base familiar.

Dessa maneira, o termo agricultura familiar emergiu no país a partir da década de 1990, e sobre um contexto de debates acerca dos malefícios que o processo de modernização da agricultura trouxe para a população do campo. Além disso, havia o desejo de reestruturação das bases produtivas por meio da promoção de ferramentas políticas capazes de viabilizar um desenvolvimento rural mais homogêneo e igualitário. Segundo Oliveira et al. (2015), as discussões em volta da agricultura familiar concentraram-se primeiramente no campo político e, posteriormente, no acadêmico.

Já em Schneider e Cassol (2013), verificamos que esse período é marcado pelo surgimento e o reconhecimento legal/oficial da agricultura familiar no Brasil, decorrente de três importantes aspectos: a) a retomada dos movimentos sociais; b) a inclusão do tema nos espaços acadêmicos e intelectuais; e c) o papel do Estado e das políticas públicas na legitimidade dessa categoria.

Acerca dos primeiros aspectos, cita-se a retomada do papel dos movimentos sindicais ligados à CONTAG, que provocou grandes impactos no meio rural. Ainda conforme a fonte mencionada, o segundo aspecto se relaciona à mediação acadêmica e intelectual, em especial aos esforços dos cientistas sociais que incluíram o tema nos debates no início dos anos 1990. O terceiro fator está relacionado ao papel do Estado

e as políticas públicas que passaram a reconhecer o setor e a dar visibilidades aos programas e políticas governamentais desenvolvimentistas.

Além das lutas por legitimação da agricultura familiar, Schneider (2006) menciona que os movimentos desenvolveram várias outras manifestações de interesses e em defesa da categoria, das quais, destaca-se o “Grito da terra” (LEI 4504/1964), que é ativo até os dias atuais.

Decorrente disso, em 1996, o Estado cria o PRONAF. Conforme Schneider (2005), o programa nasceu das pressões sociais estabelecidas desde o início dos anos 1990, tendo por objetivo oferecer créditos e apoio institucional aos pequenos agricultores, que não vinham sendo atendidos pelas políticas públicas de planejamento e produtividade estabelecidas pelos complexos agroindustriais criados na época.

Para Schneider (2006), o programa teve por objetivos oferecer créditos e apoio institucional aos pequenos agricultores, que não vinham sendo atendidos pelas políticas públicas de planejamento e produtividade estabelecidas pelos complexos agroindustriais criados na época.

Além dessas forças, destacam-se àquelas desenvolvidas pelos ambientes institucionais acadêmicos. Dentro dos movimentos acadêmicos, uma nova ordem nos debates sobre o rural e o agrícola surge: “voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural lato sensu” (SCHNEIDER, 2003, p.100).

Para o autor, a academia voltou a estudar e a conhecer o contexto rural além das temáticas relacionadas aos aspectos produtivos e abrangentes da agricultura como um todo. As novas dedicações/atividades passam a ser abordadas. Emerge assim a ênfase dada sobre a heterogeneidade do contexto rural e as suas inter-relações com os fatores que a determinam.

Wanderley (2004) explica que com o aparecimento dessa nova categoria, ficou mais latente o conhecimento sobre suas forças produtivas e sobre os processos de modernização das suas atividades, além da integração com mercados globais.

Segundo essa a autora, isso exige um olhar para a diversidade e a heterogeneidade da categoria, não permitindo a imposição de modelos engessados:

[...] O desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social

de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial [...] (WANDERLEY, 2004, p. 43).

A questão da mercantilização gera influências nas dinâmicas e comportamentos na agricultura familiar, ou seja, a produção orientada para o mercado (PLOEG, 2008).

Conforme Gazzola e Schneider (2006), com a externalização das etapas do processo produtivos, advindas da modernização da agricultura, muitos agricultores familiares passaram a coordenar suas dinâmicas produtivas por meio dos contratos mercantis, o que contribuiu para a perda da autonomia produtiva do produtor rural em virtude da fragmentação dos processos produtivos e maior necessidade de especialização das atividades.

Silva et al. (2013) reafirmam esse pensamento, e acrescentam que a mercantilização promoveu alterações nos modelos técnicos-produtivos das atividades agrícolas. Acredita-se que isso contribuiu para as mudanças e formação de tecidos sociais rurais familiares cada vez mais heterogêneos e peculiares com cada local e região.

Esse pensamento nos permite situar o rural dentro do desenvolvimento regional. Assim como Veiga (2001) já propunha, o rural não está identificado como aquele local que está distante ou fora dos contornos urbanos, e tampouco pode ser identificado pelas atividades de exclusividade do setor agropecuário. O rural, para Veiga, conforme Oliveira et al. (2015) explicam, é necessariamente territorial, e não setorial, como é abordado em políticas e programas públicos.

Delgado e Leite (2011) complementam e reforçam nosso entendimento de que o rural se fundamenta e se entrelaça em discussões mais amplas sobre o desenvolvimento. O rural pertence e complementa um local. Logo, é preciso conhecer a região para promover ações de desenvolvimento nos espaços rurais, uma vez que este não é constituído por dinâmicas isoladas, mas interage com espaços urbanos e rurais de múltiplas escalas. Isso é o primeiro passo para começarmos a entender o lugar e o papel do rural nas dinâmicas regionais de desenvolvimento.

De fato, atualmente, a agricultura brasileira, em especial o segmento familiar, trata-se de uma estrutura social heterogênea e economicamente diversificada, dadas as constantes mutações e interfaces internas e externas que influenciam suas dinâmicas. Essa nova configuração tem despertado interesses políticos e

econômicos, além de diversificada participação social, intelectual e governamental para o desenvolvimento rural.

Com a Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar é caracterizada por meio do agricultor e pelas características dos meios de produção por ele utilizadas. Dentre àquelas apresentadas no art. 3º da Lei, destaca-se: i) Possuidor de uma área de terras até quatro módulos fiscais; ii) a mão de obra utilizada no seu estabelecimento ou empreendimento agrícola deve ser realizada somente pela própria família; iii) uma mínima parte da renda familiar deve ter origem das atividades econômicas do próprio estabelecimento ou empreendimento (nova redação dada pela Lei Federal 12.512 de 2011); e iv) a gestão do estabelecimento ou empreendimento é realizada pelos integrantes da própria família.

No entanto, o Decreto Federal nº 9.064, de 31 de maio de 2017, além de regulamentar a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e suas alterações, passa a considerar a agricultura familiar por meio da Unidade Familiar de Produção Agrária - UFPA. Da mesma forma, apresenta novas diretrizes aplicadas à administração pública e aos diferentes atores para o processo de formulação de Políticas Públicas voltadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais.

Recentemente, o Decreto nº 10.688, de 26 de abril de 2021, altera o Decreto nº 9.064 de 2017. A nova norma modifica o artigo 1º, e pondera que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar deverão considerar, também, os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF (BRASIL, 2021).

Também não é difícil encontrar na literatura outras terminologias associadas à agricultura familiar. Para Wanderley (2001), muitas terminologias foram empregadas, historicamente, para se referir ao homem do campo, que desenvolve esta economia como camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência, agricultor familiar. Nesse sentido, Stoffel (2013), ressalta que a agricultura familiar como categoria não possui um consenso de conceito entre os diferentes autores que a tornam como objeto de estudos.

Entretanto, na sua obra podemos verificar que existem algumas disputas de espaços com a categoria, como: o colono, o camponês, o pequeno produtor /proprietário familiar e a exploração familiar. Segundo a autora, o termo colono, se

tornou popular durante o período de colonização do estado do Rio Grande do Sul, e ainda se faz presente em algumas regiões, cujos agricultores se autodenominam com essa expressão.

Para Bernardes (1997), a expressão colono é assinalada pelo povoamento das matas do estado do Rio Grande do Sul, a qual trouxe como características a base da pequena propriedade, explorada diretamente pelo colono e por sua família. Dessa forma, esse autor define que no Sul do Brasil, colono significa pequeno proprietário agricultor em terras de mata (BERNARDES, 1997, p. 92).

Destarte, o termo colono, está intimamente ligado às características dos produtores rurais europeus que imigraram ao país, e que “recebiam terras nos processos de colonização público ou privado, ocorridos durante o século XIX”, na região Sul do Brasil (STOFFEL, 2013, p.29).

A segunda categoria que podemos identificar, e que é bastante utilizada, é o camponês. De acordo com Stoffel (2013), essa designação tem suas origens no feudalismo, a qual seguiu por séculos, e que nos anos finais do século XIX foi empregada por Marx, e por Chaynov nos primórdios do século XX. Atualmente, essa categoria continua presente em diversos autores do desenvolvimento rural, destacando-se entre eles Wanderley (1996; 2004; 2009b) e Ploeg (2008).

Wanderley (2004) aborda, primeiramente, que o campesinato possui características próprias, que são atribuídas de sua natureza, não sendo, porém, um conjunto isolado da sociedade, e sim um modelo autônomo que mantém laços e interdependência com a “sociedade englobante” e estabelece seus próprios fluxos e meios. Em um segundo momento, a autora aborda que o campesinato deve ser visto como uma forma social de organização da produção, pois apresenta relação imediata entre a propriedade, trabalho e família.

De acordo com Ploeg (2008), o termo camponês está relacionado à forma camponesa de se fazer agricultura. Desse modo, Stoffel (2013) explica que esse modo de fazer agricultura que Ploeg traz está enraizado na condição camponesa e provém dela.

Para Ploeg (2008), as principais características dessa forma de se fazer agricultura consistem na condição camponesa de produção, as quais podemos entender como sendo a luta pela autonomia dentro de um contexto de marginalização, dependência e de privações. Segundo o autor, dentro dessa condição existem formas

de coprodução que são estabelecidas entre o homem e a natureza, essas, por sua vez, interagem com o mercado, permitindo a autonomia e reduzindo as dependências.

Assim, Stoffel (2013), com base as ideias de Wanderley (1996) e de Ploeg (2008), esclarece que a agricultura familiar carrega em si as características que se originam do camponês, as quais “estão ancoradas na concepção da autora, como uma forma social, e pela necessidade de autonomia diante do sistema”, (STOFFEL, 2013, p. 30).

A terceira definição que mencionamos é a do pequeno produtor. De acordo com Stoffel (2013), esse termo provém da história da agricultura brasileira, mais especificamente do discurso desenvolvimentista estatal estabelecido nos anos de 1970, momento em que a modernização e a mecanização predominaram sobre a agricultora. Essa definição, segundo a autora, continha o juízo de valor e por isso era utilizada para contrastar à grande produção, uma vez que, naquela época “os camponeses eram considerados como produtores de baixa renda ou de pequena produção” (STOFFEL, 2013, p. 30). Por fim, a quarta definição, se refere à exploração familiar. Segundo Stoffel (2013), é caracterizada como uma unidade de produção em que o trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família.

Neste contexto, Schneider e Cassol (2014), explicam que a substituição de termos obedece, em parte, à própria evolução do contexto social e às transformações sofridas por esta categoria, mas é resultado de novas percepções sobre o mesmo sujeito social. Tais percepções são encontradas na literatura do desenvolvimento rural, por meio das compreensões sobre as suas características e seus significados, inclusive no sentido do reconhecimento de que se trata de um grupo diversificado economicamente e socialmente heterogêneo.

Em Fornazier e Vieira Filho (2011), verificamos que atualmente o país apresenta uma heterogeneidade estrutural no setor agrícola e pecuário. Por um lado, o Brasil configura-se como um *agribusiness*, por possuir significativa produção de alimentos e de matéria prima que abastecem tanto o mercado interno quanto o mercado externo.

Por outro lado, existem, de modo paralelo, regiões rurais que sofrem com a pobreza e com uma produção destinada, primordialmente, à subsistência das famílias, que na maioria das vezes carecem de muitos recursos, como acesso à terra e a determinadas tecnologias que poderiam auxiliar na produtividade como na melhoria

das condições de vida da população do campo.

Nesse sentido, Fornazier e Vieira Filho (2011) explicam que essas desigualdades existentes entre as regiões podem ter suas origens construídas com o processo histórico de concentração fundiária e por políticas agrícolas como as de crédito rural, destinadas especialmente a grupos de produtores mais desenvolvidos. Além disso, os autores destacam outros fatores que desencadeiam essas desigualdades, tais como as mudanças climáticas, que provocam perdas em muitas regiões, deixando os agricultores mais expostos às flutuações exógenas de produção e disparidades da adoção da tecnologia.

Nesse modo, vislumbra-se a necessidade de se conhecer as especificidades tecnológicas da agricultura familiar das regiões, para que se possa promover o desenvolvimento rural de uma determinada região mais adaptado às suas necessidades sociais, ambientais e econômicas.

A agricultura familiar no Brasil é considerada uma forma de produção e trabalho presente no espaço rural em todo país, assumindo uma multiplicidade de funções na sua trajetória econômica, assim como pode abranger desde produtores capitalizados até uma enorme gama de produtores periféricos.

Outrossim, entende-se que a diversidade econômica dos espaços rurais no Brasil difere do padrão “litoral-interior”, adotado pelo processo colonizador do território brasileiro. Atualmente, segundo Kageyama (2008), a forma como essa diversidade econômica ocorre traz o padrão “norte-sul”, coincidindo como o modelo urbano-industrial e de infraestrutura de transporte adotados no século XIX.

Em outras palavras, a zona rural modernizada articula a agricultura familiar com os espaços onde se concentram as indústrias, as rodovias e ferrovias, as grandes agroindústrias e as maiores cidades. O contexto reafirma, então, que a articulação rural-urbano está no centro da questão do desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

Sobre a forma familiar de produção, Kageyama (2008) nos faz perceber que tanto a agricultura moderna, como a pecuária, são fatores de dinamismo do desenvolvimento, pois se inserem no setor agropecuário. Além disso, entendemos que a forma rural de produção familiar, dentro de seus arranjos produtivos, ao se apoderar das atividades agropecuárias, torna-se cada vez mais dinâmica e importante, principalmente quando abordada sobre o desenvolvimento regional. Nesse sentido, Polanyi (2000) e Becker (2010), ao discorrerem sobre os agentes do

desenvolvimento, suscitam o entendimento de como a agricultura familiar, dentro da agropecuária, nesse contexto, pode ser compreendida como um agente econômico.

Atualmente, podemos verificar que tanto a perspectiva da agricultura familiar, quanto os aspectos regionais, são singulares e interligados entre si, uma vez que, os traços gerais e característicos de comunidades como: necessidades, hábitos de trocas, costumes, normas, leis, aspectos territoriais, dentre outros, são, por um lado, aspectos inerentes de cada região, e por outro, elementos do entorno organizativo do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, Xavier et al. (2013), na pesquisa em que realizaram análise sobre a estrutura de um consórcio intermunicipal, abordam uma percepção mais ampla sobre o tema de seus estudos, no qual consideram que nos processos endógenos de desenvolvimento regional,

são os atores da própria localidade que, ao adotarem estratégias, a partir do potencial desenvolvimentista existente em seu território, controlam o processo de transformação local visando aumentar o bem-estar da comunidade da qual fazem parte (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001). O que leva à percepção de que o conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais regionais constitui o ponto de partida para o desenvolvimento de uma comunidade territorialmente localizada (XAVIER et al., 2013, p.1043).

É, na verdade, o pensamento de Polany (2000) de que não basta apenas olhar para os aspectos econômicos, é preciso submergir para como as regiões estão organizadas, buscando no interior de cada região identificar e avaliar como as dinâmicas ocorrem.

Portanto, a conexão entre desenvolvimento rural e desenvolvimento regional se dá na medida em que se consideram as especificidades regionais, sejam elas econômicas, ambientais ou socioculturais, na medida em que se analisa a história regional, as dinâmicas da agricultura familiar em determinado recorte espacial, buscando compreender como estas reverberam sobre o rural e seu desenvolvimento.

Recentemente, Theis (2019), ao escrever sobre o desenvolvimento regional enquanto um novo campo em construção, afirma que a existência de desigualdades regionais em diferentes dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas) é o que motiva ações e reflexões sobre o desenvolvimento regional, em favor da redução das desigualdades. Estudar a agricultura familiar na perspectiva do desenvolvimento

regional exige, portanto, que se reconheça as especificidades da região em estudo e que se analise como estas influenciam e são influenciadas pela agricultura familiar.

Reforçam Gazolla et al. (2022) que a AF não contribui somente com os mercados agropecuários, mas com o conjunto do desenvolvimento regional. Isso se dá a partir das atividades rurais não agrícolas e da pluriatividade. Essas atividades, por um lado, incrementam os processos econômicos de geração de renda e de ocupações das famílias rurais. Por outro, produzem vínculos mercantis e empregos entre os espaços rurais e urbanos, que agem no sentido de aproximar agricultores e pessoas urbanas em atividades econômicas e sociais, bem como na defesa do ambiente.

No caso do Rio Grande do Sul, o processo de ocupação e de povoamento não se efetivaram diferentemente do que aconteceu no resto do país, todavia, ocorreu de forma mais tardia, combinada com a imigração de povos europeus e orientais.

2.2 Agricultura familiar no território riograndense

De acordo com Bernardes (1997), utilizando as contribuições de Leo Waibel (1949), o pensamento estatal da época, fundamentava-se no entendimento de que o Brasil necessitava de novos tipos de colonos⁹. Além disso, esse pensamento era combinado às características de pequenos proprietários livres que cultivassem as terras da mata, contando com o auxílio dos integrantes da família, assim como não poderiam estar interessados no trabalho escravo e nem na criação de gado.

De acordo com essas contribuições e observando as análises de Kageyama (2008), no caso da imigração europeia, a região do país que mais sentiu as repercussões dessa nova ocupação agrária foram os estados do Sul do país, especificamente o Rio Grande do Sul, tendo como primeiros imigrantes a população de origem alemã.

⁹ Observa-se que a denominação de novo colono sugerida por Léo Waibel (1949) junto à obra de Bernardes (1997), assim como as denominações de imigrante europeu e o colono encontradas nas obras de Ely (1999) e de Permagnani (1999), trazem como referência as características do homem do campo, pertencente à categoria da Agricultura Familiar, apresentadas por Abramovay (1997), Wanderley (2004) e Schneider (2013).

O discurso do historiador Jacob José Permagnani, realizado no IX Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha¹⁰, no ano de 1999, no município de Terra de Areia, no Litoral Norte, reforça o que Prado Jr (1987) e o que Leo Waibel (1949) em Bernardes (1997) já abordavam. Permagnani (1999), diz:

Em 1824 teve início a imigração alemã no Rio Grande do Sul. Mas os imigrantes foram se estabelecendo nas terras ribeirinhas dos Rios dos Sinos, Caí e Taquari, valendo-se mais do transporte fluvial. Diferente foi, porém com os imigrantes italianos, a partir de 1875, enviados às encostas e em cima da Serra Geral, ao Campo dos Bugres (Caxias do Sul), Conde d'Eu (Garibaldi), D. Izabel (Bento Gonçalves) e a colônia Silveira Martins a nordeste de Santa Maria. Eles muitas vezes tiveram de abrir a facção e foice as picadas no mato, para chegar aos lotes a eles destinados. Foram aos poucos abertas estradas rumo à serra, mas anos a fio, ficaram mal e mal transitáveis (p. 357).

As contribuições de Permagnani (1999), além de retratarem com riqueza de detalhes o cenário que os primeiros imigrantes europeus encontraram em terras gaúchas, demonstram que as dinâmicas adotadas por essa população ao se estabelecer no extremo sul do país, contribuíram para o processo de formação das regiões dentro do Rio Grande do Sul. Além disso, o novo colono que aqui chegava trazia os atributos cultivados na Europa Central, devendo ser tanto um soldado como um agricultor, de modo que pudesse tanto defender a sua terra como cultivá-la (BERNARDES, 1997).

Observa-se também que no Rio Grande do Sul, tal como em toda região Sul, os processos de ocupação territorial e de desenvolvimento econômico não tiveram a mesma dinâmica que foi adotada no restante do país durante o período colonizador. Assim e conforme a figura 1 visualizou-se que o povoamento no Rio Grande do Sul foi um dos últimos a ser implementado no país (BERNARDES, 1997).

A ocupação do território gaúcho teve seu início ainda no século XVII, com a implantação das reduções jesuíticas pelo sul de Laguna (atualmente pertencente ao estado de Santa Catarina), e a leste, pelo Rio Uruguai, seguidos da investida dos bandeirantes paulistas na captura de índios na região Sul do país (JAEGER, 1943). Somente após a inserção e multiplicação da pecuária - por parte dos jesuítas - é que o território do Rio Grande do Sul se tornou um atrativo econômico para o Império.

¹⁰ De acordo com o Historiador Permagnani (1999, p. 356), é difícil precisar cronologicamente a data e o lugar que os jesuítas chegaram no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Porém, o autor considera 1809 o período de criação do município de Santo Antônio da Patrulha, sendo o quarto município instituído pelo desenvolvimento territorial do estado do Rio Grande do Sul.

Além disso, a Corte Portuguesa almejou por meio desse processo uma alternativa para dar continuidade aos projetos de ocupação do território brasileiro. Desenvolveu-se, assim, a política de distribuição das sesmarias.

Tal política de ocupação territorial teve seu início no ano de 1732, e objetivava, a partir da distribuição das sesmarias, assegurar de forma efetiva a ocupação territorial por parte do Estado Português. Todavia, essas deliberações garantiriam a posse da terra e do gado, e se associariam à formação de “estâncias”, cujas estruturas se apresentavam pela formação de grandes estabelecimentos rurais, dedicados à pecuária extensiva com uso da mão de obra assalariada (PESAVENTO, 1984).

Bernardes (1997) explica que, até o ano de 1737¹¹, o Rio Grande do Sul tinha o litoral como uma zona de passagem e o interior um grande campo de praia, cujos habitantes eram tribos indígenas. Apenas no noroeste do estado os jesuítas haviam dado início ao aldeamento dos índios na região das Missões.

Todavia, a razão econômica do pastoreio no século XVIII já não se restringia mais ao abastecimento de carne e animais de transporte às populações do centro do país, nem apenas no abate de animais para o simples aproveitamento do couro, destinados aos mercados mais distantes. Junto às margens da Lagoa dos Patos, em 1780, surgem as charqueadas, representando uma grande revolução no sistema de pastoreio gaúcho, integrando, por sua vez, a região Sul às demais regiões do país pelo abastecimento das populações coloniais (BERNARDES, 1997).

Em 1824 ocorreu a chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, e, na sequência, ao Litoral Norte do estado, como será abordado com mais detalhes no capítulo 2.

Observa-se que tanto os aspectos político-econômicos levantados pelo poder público na época, quanto as estruturas sociais, econômicas e culturais, trazidas por esses colonos, figuraram entre as circunstâncias principais ao favorecimento e eclosão de uma nova economia de caráter camponesa, assim, calcificando-se a pequena propriedade¹² (KAGEYAMA, 2008). Além disso, já em terras brasileiras, o que estimulou a pequena propriedade foi a formação de centros e de aglomerados

¹¹ De acordo com Bernardes (1997, p. 54), o início do povoamento oficial do Rio Grande do Sul, deu-se em 1737, quando foi fundado um posto fortificado (Presídio Jesus, Maria, José), na margem do canal de desaguamento da lagoa dos Patos, o que passou a constituir a vila do Rio Grande de São Pedro, a atualmente se denomina como a cidade e o porto do Rio Grande.

¹² No capítulo dois essa temática é melhor apresentada e dissertada.

urbanos e industriais. Segundo Prado Jr. (1987), a produção de gêneros alimentícios como verduras, frutas, flores, aves e ovos e outros produtos destinados ao abastecimento desses centros, não era compatível com os padrões clássicos da grande propriedade extensiva e de monocultura.

Outrossim, a agricultura especializada, trabalhosa e de pequena margem de lucros que caracteriza esse tipo de produção não era possível de ser efetivada em grande escala e tampouco era atraente para o grande proprietário brasileiro (PRADO JR., 1987).

Em síntese, a natureza da economia do período colonial (empresa mercantil voltada para exploração e exportação de gêneros tropicais) estabelecia suas características sobre os diferentes aspectos da vida da colônia e os povoamentos tornavam-se mais densos nos locais em que era possível produzir e exportar esses gêneros com maior facilidade (KAGEYAMA, 2008).

No entanto, observa-se que desde o período de chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808, até a abolição da escravatura, transcorre uma fase de transição, de modo que diversas reformas e circunstâncias políticas e sociais - incluindo-se a Independência - transformam a colônia em um Estado soberano e aberto à livre concorrência internacional (PRADO JR., 1987).

Nesse período, constata-se por meio das contribuições de Kageyama (2008), que todas as atividades estabelecidas nos espaços brasileiros apresentaram crescimento. Empresas comerciais, indústrias e financeiras passam a se instalar no país, assim como a circulação monetária começa a ganhar amplitudes, por meio da possibilidade de emissão de moeda interna.

Após os anos de 1850, o cenário econômico brasileiro continua em transformação e adentra, a partir desse período, em um grande processo de expansão econômica, adaptando-se ao mundo capitalista que em outras partes do mundo já se havia iniciado (KAGEYAMA, 2008). A implementação do trabalho assalariado, a atividade agrícola e industrial, o desenvolvimento de mercados (por meio do desenvolvimento do comércio), as finanças e comunicações, seguidos das implantações de ferrovias e de navegação a vapor, exemplificam esse novo cenário.

Três décadas mais tarde, com a participação do Estado, ocorrem os programas de expansão rodoviária, cujos ideais se justificavam na necessidade de superar barreiras no comércio e em estimular a competição inter-regional. Diante desse

contexto, constata-se que o período colonial foi, no Brasil, o suporte para a formação territorial do país, no entanto, a forma com a qual se promoveu essa ocupação do território construiu ao mesmo tempo o modelo econômico agroexportador, com a produção de monoculturas voltadas para a exportação, utilizando grandes extensões de terra, o que tem caracterizado a nação até os dias atuais (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Com o advento do século XX, o capitalismo se consolida junto aos espaços rurais e inúmeras mudanças vieram a ocorrer na agricultura do país, especialmente no que diz respeito aos padrões e às técnicas de produção agrícola. Paralelamente, o período é marcado pelos debates em torno do tema desenvolvimento¹³ e do desenvolvimento rural.

Em síntese, os estudos em torno das temáticas sobre o desenvolvimento regional e as dinâmicas sociais da agricultura familiar no Brasil estão entrelaçadas com as abordagens mais amplas do desenvolvimento e desenvolvimento rural no país.

Passamos a conversar sobre o processo de modernização da agricultura. O processo de desenvolvimento econômico do país influenciou diretamente as formas organizativas da agricultura. Nesse sentido, cabe destacar as influências e interferências do capitalismo sobre a agricultura, de modo específico, sobre a categoria familiar, por meio do processo modernizante. Os anos de 1960 e 1970 foram significativos na história da agricultura do Brasil. O período é marcado pelo acentuado processo de modernização dos espaços rurais do país, dadas as novas necessidades produtivas e econômicas impostas pelas dinâmicas capitalistas.

Estudos sobre o desenvolvimento rural brasileiro, como os de Abramoway (1992), Wanderley (2004), Damasceno e Bezerra (2004), Teixeira (2005), Conterato (2008), Weissheimer (2009), Pandolfo (2012), Schneider e Cassol (2013), apontam que as influências do capitalismo, por meio dos processos de modernização da agricultura brasileira, provocaram mudanças significativas nos arranjos produtivos, contribuindo para o surgimento de diversas temáticas na agricultura familiar.

¹³ Para Gazzola e Pelegrini (2014), a abordagem do desenvolvimento, especificamente o desenvolvimento rural, emergiu na América Latina com base na preocupação com as populações privadas das suas liberdades.

Segundo Kageyama (1990, 1996), a modernização da agricultura consistiu basicamente na mudança da base produtiva com “[...] a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos e etc), mudanças de ferramentas, de culturas ou novas variedades” (KAGEYAMA, 2008, p. 190).

De acordo com Teixeira (2005), com a modernização da produção, o espaço agrário brasileiro passou a assumir novos contornos. O autor explica que o modelo de produção agrícola artesanal e rudimentar, até então utilizado, não conseguia produzir o volume necessário para atender às dinâmicas internas de consumo de alimentos por parte da sua população, principalmente a urbana em crescimento.

Além disso, a balança comercial do país necessitava que a produção de *commodities*, em especial de alimentos, obtivesse aumentos significativos, de modo a viabilizar a exportação, facilitando assim o controle e o equilíbrio das contas com as importações (TEIXEIRA, 2005).

De um modo mais abrangente, pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura no Brasil consistiu em desenvolver e disponibilizar um aparato mecânico e tecnológico, tais como tratores, máquinas agrícolas, sementes e insumos modernos, como formas de impulsionar a alta produtividade e atuar como coadjuvante da indústria.

De fato, a agricultura incorporou significativas transformações, e de toda forma, o desenvolvimento das forças produtivas criou um patamar para agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global (WANDERLEY, 2004). Entretanto, as condições pré-existentes tenderam a gerar um processo de desequilíbrio, tanto no sentido econômico, como social e ambiental no país, como Neto, Alves e Souza (2007) ressaltam.

Nesse sentido, Wanderley (2004) ressalta que o processo histórico de modernização¹⁴ da agricultura está fundamentado nas relações entre capital e trabalho. Como reflexos, contrapuseram-se a categoria camponesa/familiar

¹⁴ Segundo Teixeira (2005, p. 24), a modernização da agricultura brasileira tem origem na década de 1950, com as importações dos meios de produção mais avançados, a qual, pretendia modificar o modelo de agricultura tradicional (dependente da natureza e de uso de técnicas rudimentares) para o modelo mecanizado (com uso de equipamentos, técnicas modernizadas e uso de insumos modernos), que permitisse a elevação da produtividade e dos rendimentos.

(tradicional)¹⁵ ao agricultor moderno¹⁶ e, nesse processo, verificou-se como reflexos negativos a exclusão social e a degradação ambiental (WANDERLEY, 2004).

Assim, o contexto social, o processo de mecanização e a modernização da agricultura promoveram mudanças tanto nas relações sociais da ruralidade, quanto proporcionaram a formação dos centros urbanos, com intensificação das disparidades regionais. O elevado êxodo rural, por exemplo, aumentou os problemas de moradia, de saneamento, do desemprego e, conseqüentemente, da miséria e violência nas cidades. No contexto ambiental, esse processo operacionalizou grandes impactos em virtude do uso demasiado de agrotóxicos, do desmatamento florestal e queimadas na natureza (TEIXEIRA, 2005).

Outra questão, apontada por Graziano da Silva (1998), está relacionada aos impactos gerados por esse comportamento econômico agregado, o qual além de favorecer a monocultura, gerou na agricultura uma interdependência com a indústria, bem como ao favorecimento de novas temáticas, e que por Neto, Alves e Souza (2007, p. 2) são apresentadas

[...] adquirindo, de acordo com Graziano da Silva (1998), uma grande interdependência em relação à indústria, além de uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada, constituída por vários segmentos: os complexos agroindustriais (CAIs).

Nas formas de mercantilização, a modernização e a tecnologia nos arranjos produtivos também se modificaram, por meio da produção orientada para o mercado (PLOEG, 2008, p. 17). Conforme Gazzola e Schneider (2006), com a externalização das etapas do processo produtivo, advindas da modernização da agricultura, muitos agricultores familiares passaram a coordenar suas dinâmicas produtivas por meio dos contratos mercantis. Isso interferiu para alguns produtores familiares na autonomia produtiva, virtude da fragmentação dos processos produtivos e maior necessidade de especialização das atividades.

¹⁵ Wanderley (2004) aborda primeiramente, que o campesinato possui características próprias, as quais são atribuídas de sua natureza, não sendo, porém, um conjunto isolado da sociedade, e sim, como um modelo autônomo que mantêm laços e interdependência com a “sociedade englobante” e estabelece seus próprios fluxos e meios. E em segundo momento, Wanderley (2004) aborda, que o campesinato deve ser visto como uma forma social de organização da produção.

¹⁶ Wanderley (2004), traz a definição de agricultor moderno (agricultura familiar), como sendo a dupla referência entre a continuidade e a ruptura da agricultura campesina, após o processo de modernização da agricultura.

2.3 Processo histórico e de estruturação territorial do Litoral Norte gaúcho

Conforme Ely (1999), por provisão real de Dom João VI, em 07 de outubro de 1809 foi, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, dividida em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Segundo essa mesma autora, o então município de Santo Antônio da Patrulha se estendia entre o território do Arroio Miraguaia (na divisa com Porto Alegre), até o rio Mampituba (divisa com Santa Catarina).

Abrangia desse modo todo o litoral norte do estado, assim como era composto pela encosta nordeste, os campos de cima da serra, estendendo-se até o rio Pelotas, tendo uma área de 34.184 km² (ELY, 1999). De acordo com a autora, no interior desse espaço físico foi instalada a segunda colonização alemã do estado, tendo como localidade São Domingos das Torres, pertencentes à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio.

A chegada dos alemães, junto ao município de Torres, no norte do Litoral do Rio Grande do Sul, tem como registro o ano de 1826, em que esses imigrantes formaram duas colônias distintas: I) a dos católicos em São Pedro de Alcantara (atualmente município de Dom Pedro de Alcantara), localizado entre a lagoa da Itapeva e a borda do planalto, próximo a Torres; e II) a dos evangélicos luteranos no Vale do Rio Três Forquilhas, tendo como limite oeste e norte o divisor de águas nos penhascos da Serra Geral, no município de São Francisco de Paula, e a leste e sul a lagoa da Itapeva e as terras de areias, hoje município de Terra de Areia (ELY, 1999).

Todavia, antes desse processo, mais precisamente no ano de 1824¹⁷, conforme Ely (1999) discorre, é possível verificar que o desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro visconde de São Leopoldo, em passagem ao Litoral Norte do estado, gostou da região e das terras que encontrou, assim como julgou-as propícias para a agricultura.

A partir desse momento, inicia-se e viabiliza-se o processo de colonização do Litoral Norte gaúcho. Esse processo tinha como objetivo do império garantir a defesa

¹⁷ De acordo com Ely (1999), essa passagem do desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro, no início do ano de 1824, ocorrera em virtude do seu deslocamento do rio de janeiro, capital do império, para a cidade de Porto Alegre, com o objetivo de assumir o governo da província do extremo sul do país.

contra os espanhóis e supostas incursões de Portugal, após a independência do Brasil, recentemente ocorrida (ELY, 1999).

Desse modo, em outubro de 1826 foram embarcados em iates, em Porto Alegre, diversas famílias que viajaram até Palmares. De lá seguiram em carretas de bois em direção aos campos de Tramandaí, onde levaram diversos dias para efetuar a travessia e seguir pela antiga estrada de Laguna, aproximadamente onde hoje está localizada a Estrada do Mar, e, em 17 de novembro de 1826, chegaram, finalmente em São Domingos das Torres (ELY, 1999).

Assim, os primeiros imigrantes alemães, caracterizados como colonos, que chegaram no que hoje é denominado de Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul, tiveram como atividade primeira o desmatamento e a construção de suas casas, as quais eram cobertas com folhas de uricana.

Observa-se que esses imigrantes trouxeram consigo hábitos e culturas com as quais estavam habituados no continente de origem, ou seja, como estavam acostumados a produzir em pequenas propriedades na Europa, tão logo se sentiram como proprietários de terras, e iniciaram o cultivo do solo por produtos variados o que lhes permitia destinar o excedente para a venda (ELY, 1999a; 1999b).

3. CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECIMENTOS E PRODUTORES FAMILIARES NO COREDE LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Este capítulo consiste em identificar e demonstrar a partir das tabelas de resultados do Censo Agropecuário 2017 as características dos estabelecimentos e dos produtores da agricultura familiar no COREDE Litoral. Para tanto, utilizou-se como fonte de coleta os dados definitivos disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), no ano de 2019, junto aos temas: I) características dos estabelecimentos; II) características dos produtores; III) extração vegetal; IV) floricultura; V) horticultura; VI) lavouras permanentes; VII) lavouras temporárias; VIII) pecuária; IX) movimentação financeira; e X) pessoal ocupado (IBGE, 2019).

Todavia, antes de adentrar à demonstração das informações coletadas, se faz necessário apresentar algumas conceituações estabelecidas pelo IBGE. Sendo assim, o conceito de estabelecimento agropecuário é compreendido pelo Instituto como:

Toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família) (IBGE, 2019, p.9).

Baseado em Del Grossi (2019), entende-se que o Censo Agropecuário 2017 abrange todos os produtores rurais ativos localizados pelos recenseadores durante a pesquisa, independentemente de serem ou não proprietários das terras. Além disso, o autor enfatiza que os pesquisadores necessitam ficar atentos às mudanças metodológicas que ocorrem entre os Censos.

De fato, na série 2017, o Censo Agropecuário trouxe uma mudança quanto à contagem dos estabelecimentos agropecuários com duas ou mais áreas não contínuas. No Censo Agropecuário 2017, nos casos em que a área dos estabelecimentos ocupava os espaços em mais de um setor censitário¹⁸, levou-se em

¹⁸ É a unidade de controle cadastral formada por área contínua, situada em uma única tabela urbano ou rural, com dimensão (área) e número de domicílios ou de estabelecimentos agropecuários previamente estipulados, cujo perímetro compreende os limites territoriais legalmente consagrados e àqueles estabelecidos pelo IBGE para fins estatísticos. Sendo que no interior de um setor pode ocorrer três tipos de situações: área urbanizada, área não urbanizada e rural. Uma área urbanizada possui no

consideração o lugar no qual a sede administrativa dos trabalhos de produção estava localizada. Todavia, quando no estabelecimento agropecuário não havia sede, ele foi recenseado no setor em que estava situada a maior parte das terras (IBGE,2019).

Essa nova metodologia estabelecida pelo IBGE para o referido Censo, além de propor mudanças na contagem dos estabelecimentos, promoveu mudanças nos resultados dessas contagens, excepcionalmente se comparadas às séries de anos anteriores.

Nesse sentido, Del Grossi (2019) explica que nos censos agropecuários de períodos anteriores era considerado um único estabelecimento se as áreas estivessem no mesmo setor censitário de coleta. Já no Censo Agropecuário 2017, os estabelecimentos são considerados como uma única unidade de produção se estiverem no mesmo município (DEL GROSSI, 2019). A nova metodologia tende a reduzir o número de estabelecimentos agropecuários, o que contribui para explicar parte da redução nos estabelecimentos apurados entre os censos agropecuários de 2006 e 2017.

Outra importante alteração observada na metodologia do Censo Agropecuário 2017 em relação à série anterior compreende o período de referência das informações. No ano de 2006, por exemplo, o período de referência esteve compreendido entre 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006. Já na série 2017 o marco temporal compreendeu datas de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017 (IBGE,2019).

Para Del Grossi (2019), essa alteração no período de referência pode afetar a contagem dos estabelecimentos que são considerados como descontínuos. Por isso, o autor explica que o IBGE, desde a versão 2006 do Censo Agropecuário, realiza a contagem dos “produtores sem área”.

Del Grossi (2019) justifica e explica que essa forma de contagem pode ser prejudicada, tendo em vista, que nesses estabelecimentos provisórios, especificamente em períodos de safras, se instalam temporariamente os parceiros, pequenos arrendatários, varzeteiros, entre outros. Para o autor, ao buscar embasamento em Hoffmann e Graziano da Silva (1999), o Censo Agropecuário de

mínimo 250 e no máximo 500 domicílios. As áreas não urbanizadas, como as áreas rurais, podem, além de possuir domicílios, apresentar também número de estabelecimentos. Assim, essas áreas dentro de um setor censitário precisam apresentar no mínimo 150 e no máximo 250 domicílios, e ter entre 100 e no máximo de 200 estabelecimentos agropecuários (IBGE,2019).

1995/1996 tendia a subnumerar esses estabelecimentos provisórios decorrentes dos períodos de referência.

Por sua vez, o IBGE traz aos seus aspectos metodológicos a definição de agricultura familiar estabelecida pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017 e que regulamenta a Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006 (IBGE, 2019).

Desse modo, considerando o significativo número de dados e informações levantadas pela operação censitária, buscou-se estabelecer para esta pesquisa uma metodologia de coleta de dados baseada na criação de um banco de dados estatísticos sobre a agricultura familiar do COREDE Litoral. Este banco de dados necessitou ser construído por meio da seleção dos 21 municípios dentro da dimensão do COREDE, porém, foram organizados a partir das bases do IBGE.

A partir das temáticas do Censo Agropecuário 2017, buscou-se delimitar o espaço de pesquisa em conformidade aos objetivos propostos. Para isso, investigou-se sobre as características dos estabelecimentos agropecuários, dos produtores familiares e, sobre as lavouras desenvolvidas pela agricultura de base familiar no COREDE.

Para esse último, adotamos como critério de investigação os grupos de atividades econômicas que apresentaram maior número de estabelecimentos familiares envolvidos, como: lavouras permanentes, lavouras temporárias, pecuária e criação de outros animais e a horticultura e floricultura.

Portanto, e de forma sistemática, este capítulo busca demonstrar a heterogeneidade e a diversidade da agricultura familiar da região por meio das seguintes informações: características dos estabelecimentos agropecuários; características dos produtores familiares; uso da terra; irrigação e recursos hídricos; armazenagem, localização e capacidade de armazenamento; mecanização e tecnologia; agroindústria; pessoal ocupado.

Como forma de organização desse banco de dados sobre a agricultura familiar do COREDE Litoral, adotou-se a aglutinação dos dados por tema. Utilizou-se as mesmas dinâmicas e nomenclaturas estabelecidas pelo IBGE, ao demonstrar as tabelas de informações coletadas no Censo Agropecuário 2017.

Para tabular os dados, adotou-se como ferramentas de tabulação de dados, o programa Excel de informática, da empresa Microsoft. Por meio desse processo, foram desenvolvidas tabelas com informações quantitativas, seguidas de descrições,

as quais permitiram retratar as características dos estabelecimentos e dos produtores de categoria econômica e familiar dentro do contexto agropecuário da região.

3.1 Características dos estabelecimentos agropecuários

O segundo objetivo específico desta pesquisa, busca caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares quanto aos aspectos demográficos, estruturais, produtivos e agroindustriais. Dessa forma, nessa seção determinou-se a apresentar as características gerais dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral. Estas são: a identificação do número de estabelecimentos; a representação dessa categoria dentro do contexto agropecuário da região; a área da agricultura familiar da região; e a área dos estabelecimentos agropecuários pertencentes à essa categoria social e econômica.

De acordo com o Censo Agropecuário 2017, o Rio Grande do Sul possui 365.064 estabelecimentos agropecuários. Desse número, 7.146 unidades de produção agropecuárias estão localizadas no COREDE Litoral RS, dados que permitem afirmar que a região em estudo ocupa uma fatia de 1,96% dos estabelecimentos agropecuários existentes no estado (IBGE, 2019).

No que se refere à agricultura familiar, as informações levantadas permitiram visualizar que tanto no estado quanto na região, esta é predominante dentre os estabelecimentos agropecuários. Ao nível estadual, essa tabela censitária demonstrou que a agricultura familiar predomina entre os estabelecimentos agropecuários. Esta categoria está presente em 80,50% das 365.064 unidades produtivas (IBGE, 2019). Segundo a tabela 6778 da série censitária de 2017, no COREDE Litoral, a agricultura familiar está presente em 5.661 dos 7.146 estabelecimentos existentes, o que, em números relativos representa 79,22% das unidades de produção. Para a agricultura não familiar, as informações evidenciaram que a região possui apenas 1.485 unidades de produção, registrando um percentual de 20,78% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2019).

Em relação às informações para os municípios do Litoral Norte, Caraá é aquele que aparece com o registro de 1.001 unidades produtivas da agricultura familiar, se sobressaindo em relação aos demais municípios da região. Em contraponto, Xangri-lá, com apenas 4 unidades de produção familiar, se apresentou como sendo o

município com o menor número de estabelecimentos agropecuários na região (IBGE,2019).

Todavia, quando se buscou identificar o percentual de representatividade da agricultura familiar dentro do contexto agropecuário de cada um dos 21 municípios do COREDE Litoral, observou-se que em Dom Pedro de Alcântara, essa categoria é hegemônica em 95,86% dos 266 estabelecimentos identificados. Em seguida, se pode observar os municípios de Mampituba com 95,51% e Morrinhos do Sul com 93,92% dos seus estabelecimentos pertencentes à categoria familiar (IBGE, 2019).

Nesse sentido, na tabela 1 é possível visualizar informações sobre a agricultura familiar nos municípios da região. Estas são apresentadas por ordem decrescente de participação percentual da agricultura familiar em relação ao número de estabelecimentos agropecuários.

Tabela 1 – Número total de estabelecimentos agropecuários e da agricultura familiar por municípios do COREDE Litoral do RS, em 2017

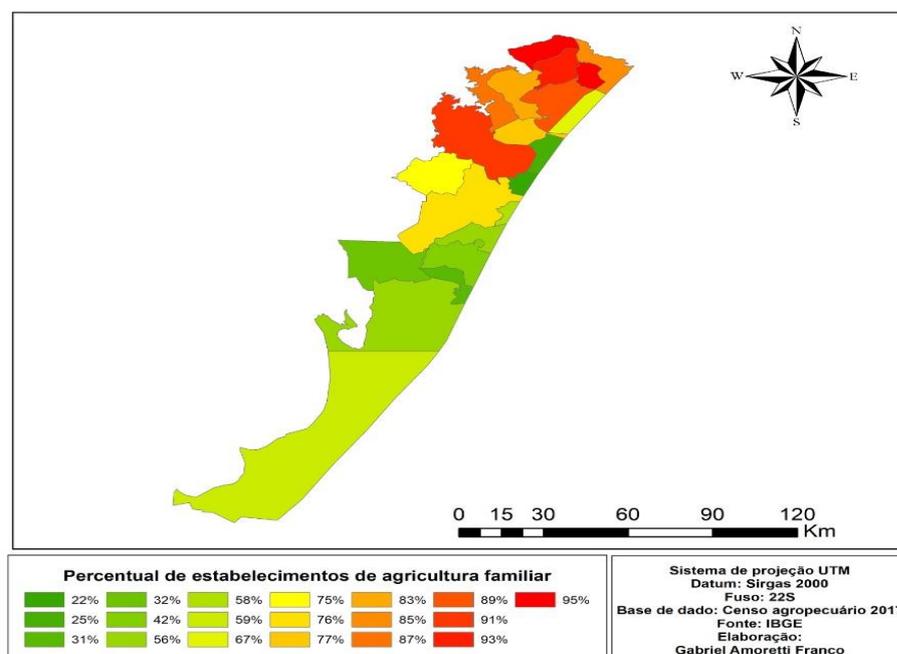
Municípios do Corede Litoral RS	agricultura familiar (%)	agricultura familiar (Nº Estabelecimentos)	Total de Estabelecimentos Agropecuários
Dom Pedro de Alcântara	95,86	255	266
Mampituba	95,51	425	445
Morrinhos do Sul	93,92	556	592
Maquiné	91,73	488	532
Três Cachoeiras	89,43	609	681
Itati	87,91	298	339
Torres	85,80	302	352
Três Forquilhas	83,37	341	409
Terra de Areia	77,41	233	301
Osório	76,37	404	529
Caraá	75,15	1001	1332
Arroio do Sal	67,16	45	67
Mostardas	59,02	435	737
Imbé	58,82	10	17
Palmares do Sul	56,76	147	259
Tramandaí	56,52	39	69
Cidreira	42,37	25	59
Capivari do Sul	32,63	31	95
Balneário Pinhal	31,58	6	19
Capão da Canoa	25,00	7	28
Xangri-lá	22,22	4	18
Total		5661	7146

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6778 (IBGE, 2019).

As informações obtidas permitiram observar que, geograficamente, a agricultura familiar da região está concentrada entre os municípios localizados junto à borda do planalto Meridional, tais como: Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras e Três Forquilhas.

Dessa forma, o mapa 1 demonstra essa localização, assim como, por meio da legenda podemos observar que, quanto maior o percentual, maior é a representatividade social e econômica da agricultura familiar dentro de cada um dos municípios da região.

Mapa 1 – Representatividade da agricultura familiar nos municípios que compõem o COREDE Litoral (RS)



Fonte: Organização própria (2022).

O mapa 1 evidencia a localização e a concentração dos municípios nos quais predomina a agricultura familiar na região. Coelho de Souza et al. (2015) fazem menção a estes municípios, denominando o recorte como encosta da serra. Os autores realizam seus estudos a partir das dinâmicas do Território Rural do Litoral RS, regionalização esta criada pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável de

Territórios Rurais (Pronat)¹⁹. Para esses autores, o território rural do Litoral está dividido em 3 microrregiões, destacando-se, dentre eles, a Encosta, que apresenta predominância da agricultura familiar. Essa microrregião, segundo Coelho de Souza et al. (2015), é compreendida e caracterizada por meio dos aspectos socioeconômicos e pelas dinâmicas locais, cuja base se fundamenta pelo Atlas Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí.

As informações coletadas pelo Censo Agropecuário 2017 demonstram que a agricultura familiar é predominante entre os estabelecimentos agropecuários existentes na região. Todavia, no que se refere à área dessas unidades de produção, as informações evidenciam a diversidade de dimensões e desigualdade de acesso às terras, quando comparadas à forma de produção não familiar. Indo no sentido do que Schneider (2010) define como diversidade, significando dizer que os indivíduos e grupos sociais heterogêneos se organizam e elaboram dispositivos de distribuição de recursos diversos.

De acordo com as tabelas 6753 e 6881, a agropecuária no COREDE Litoral ocupa uma área de 365.574 hectares. Em números relativos, ela representa 1,69% da área total do setor no Rio Grande do Sul (IBGE, 2019). Além disso, por meio dos dados da tabela 2, é possível observar que, dentro dessa dimensão da agropecuária, a agricultura familiar na região possui uma dimensão de 74.347²⁰ hectares, enquanto a agricultura não familiar detém o montante de 291.227 hectares (IBGE, 2019).

Tabela 2 – Área dos estabelecimentos agropecuários (total, familiar e não familiar) do COREDE Litoral do RS -por município²¹

Local	Total (Ha)	Área da Agricultura NÃO Familiar (Ha)	Área da agricultura familiar (Ha)	Área da Agricultur a NÃO Familiar (%)	Área da agricultura familiar (%)
Arroio do Sal	3.445	2.564	881	0,70	0,24

¹⁹ A política com perspectiva territorial surge no Brasil, no âmbito rural, dentro do MDA/SDT, com a criação do Pronat em 2003 e do Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008. Estas políticas criaram territórios rurais ou da cidadania. O objetivo do Pronat consistia em promover e apoiar iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivavam o incremento sustentável nos níveis de qualidade de vida da população rural. Já o PTC visava à superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O território rural Litoral RS foi instituído em 2013 (RAMBO, 2019).

²⁰ Total obtido pela tabela 6753 do Censo Agropecuário 2017.

²¹ Contudo, não é possível demonstrar essas informações para as localidades de Imbé (RS) e Xangri-lá (RS), por seus dados não estarem disponíveis na tabela 6881 (IBGE, 2019).

Balneário Pinhal	8.777	8.690	87	2,38	0,02
Capão da Canoa	3.615	3.461	154	0,95	0,04
Capivari do Sul	30.615	29.732	883	8,13	0,24
Caraá	14.941	3.621	11.320	0,99	3,10
Cidreira	17.843	16.832	1.011	4,60	0,28
Dom Pedro de Alcântara	2.141	473	1.668	0,13	0,46
Imbé	1.678	-	-	-	-
Itati	4.622	1.230	3.392	0,34	0,93
Mampituba	4.743	507	4.236	0,14	1,16
Maquiné	9.699	3.001	6.698	0,82	1,83
Morrinhos do Sul	7.536	1.904	5.631	0,52	1,54
Mostardas	129.519	118.554	10.965	32,43	3,00
Osório	35.906	30.364	5.542	8,31	1,52
Palmares do Sul	59.335	55.109	4.226	15,07	1,16
Terra de Areia	4.005	1.922	2.084	0,53	0,57
Torres	6.015	1.564	4.451	0,43	1,22
Tramandaí	5.321	4.578	743	1,25	0,20
Três Cachoeiras	8.416	2.177	6.238	0,60	1,71
Três Forquilhas	5.199	1.255	3.944	0,34	1,08
Xangri-lá	2.203	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	21.684.558	16.208.095	5.476.463	74,74	25,26
Total	365.574	0	0	78,65	20,28

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6753 (IBGE, 2019).

Embora uma das características da agricultura familiar do Brasil seja estrutura agrária composta por propriedades com dimensões pequenas, as informações da tabela 2 evidenciam dificuldades de democratização de acesso às terras por parte dos produtores de base familiar, inclusive da região.

Para Maia, Sant’Ana e Silva (2018), a terra não pode ser considerada apenas como um fator de produção, mas igualmente “como um local de vida e moradia” (p. 333). Desse modo, esses autores explicam que a sua distribuição proporciona o crescimento político e de participação social de uma parcela significativa de famílias, assim como o acesso à terra representa um recurso imprescindível dessa categoria social e econômica e da produção agropecuária.

Verificou-se por meio das tabelas 6778, 6753 e 6772 a existência de uma concentração de estabelecimentos familiares em áreas que possuem entre mais de 0 hectares a menos de 20 hectares (IBGE, 2019). O estudo identificou também que dentro deste estrato de até 20 hectares, uma parcela significativa da agricultura familiar apresenta estabelecimentos com área entre 0 e menos de 5 hectares.

Segundo os dados da tabela 6772²², no COREDE Litoral esse grupo possui 1.839 estabelecimentos, os quais somam conjuntamente 3.230 hectares das terras agropecuárias da região (IBGE, 2019). Na tabela 3 é possível verificar esses números, assim como visualizar a estrutura fundiária da agricultura familiar na região.

Tabela 3 – Estrutura fundiária da agricultura familiar no COREDE Litoral, em 2017

Classe de área total	Agricultura familiar (Nº Estabelecimentos)	Área total dos Estabelecimentos (ha)
Mais de 0 a menos de 5 há	1839	3230
De 5 a menos de 10 ha	1387	8692
De 10 a menos de 20 ha	1255	16122
De 20 a menos de 50 ha	902	22335
De 50 a menos de 100 ha	247	12995
De 100 a menos de 1.000 ha	4	530
Produtor sem área	27	0
Total	5661	63904²³

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6772 de (IBGE, 2019).

A tabela 3, além de evidenciar uma parcela significativa de estabelecimentos com áreas com mais de 0 e até 20 hectares, demonstra como se configura a estrutura fundiária das unidades de produção da agricultura familiar do COREDE. Neste sentido, destacamos que os grupos de áreas que demonstraram maior concentração dos dados estão predominantemente concentrados no estrato de 5 a menos de 10 hectares. Em números relativos, o grupo de mais de 0 a menos de 20 hectares representa 46,67% das unidades familiares. Além dessas informações, outro dado ao qual destacamos se refere aos produtores sem área de terras, que, segundo a tabela 3, pode ser compreendido como 0,47% (IBGE, 2019).

²² Para encontrar a área desses grupos de estabelecimentos agropecuários utilizou-se a tabela 6772, do Censo Agropecuário 2017, entretanto, é necessário aclarar que os valores apresentados neste estudo são recortes de áreas que apresentaram dados visíveis nessa tabela, portanto, como houve municípios que apresentaram valores não identificados (variáveis X), o somatório sofre interferências e apresenta valor menor que 74.347, da área total dos estabelecimentos familiares na região (IBGE, 2019).

²³ A soma refere-se aos Valores visíveis na tabela 6772 do Censo Agropecuário 2017.

Em relação ao número de pessoas ocupadas na agricultura familiar da região, utilizou-se como fonte de dados as informações disponíveis na tabela 6884, do Censo Agropecuário 2017. Segundo as informações coletadas, o setor agropecuário (com agricultura familiar e não familiar) na região mantém um total de 18.531 pessoas ocupadas. Desse número, 11.779 pessoas são da agricultura familiar e estão ocupadas com as atividades agropecuárias nos estabelecimentos. Em termos percentuais, o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar representa 63,56% do total da população de indivíduos envolvidos com as atividades do setor (IBGE, 2019).

Com base no número total de pessoas ocupadas com as atividades da agricultura familiar, verificou-se que 28,35% das 11.779 pessoas são do sexo feminino e 71,43% são do sexo masculino (IBGE, 2019). Aqui, portanto, tem-se uma evidência acerca da masculinização da população do campo no COREDE Litoral.

Quanto às variáveis masculino e feminino, observou-se, por meio das informações disponíveis por grupo de atividades econômicas, junto à tabela 6884 da série censitária de 2017, que esses percentuais sofrem pequenas alterações, porém, em nenhum dos quatro grupos de atividades econômicas analisados, a participação feminina supera a masculina (IBGE, 2019).

Para uma melhor visualização, elaborou-se a tabela 4, com o propósito de trazer essa ilustração de uma forma mais didática por grupo de atividade econômica.

Tabela 4 – Número de pessoas ocupadas na agricultura familiar do COREDE Litoral, em 2017, trazendo as variáveis por sexo

Grupos de atividade econômica	TOTAL	Homens	Mulheres	Masculino (%)	Feminino (%)
Produção de lavouras temporárias	2485	1714	771	68,97	31,03
Horticultura e floricultura	491	380	111	77,39	22,61
Produção de lavouras permanentes	2246	1583	663	70,48	29,52
Pecuária e criação de outros animais	1755	1156	599	65,87	34,13
TOTAL	6977	4833	2144	69,27	30,73

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6884 (IBGE, 2019).

Nota-se pela tabela 4 que os indicadores de participação feminina são maiores na pecuária e criação de outros animais e na produção de lavouras temporárias, sendo de 34,13% e 29,52%, respectivamente (IBGE, 2019).

Caracterizados os estabelecimentos familiares, quanto às perspectivas de número de unidades agropecuárias familiares existentes, respectivas áreas e pessoal ocupado, a seguir serão apresentadas as informações referentes aos produtores.

3.2 Características dos produtores familiares

Estudos sobre as estruturas etárias e por sexo de uma população são comumente utilizados para estudos sobre demografia. Conforme Costa et al. (2013), essas variáveis são importantes porque possibilitam a verificação, em grande parte, sobre a evolução de uma população quanto ao seu tamanho. Todavia, arcabouços “por sexo, atuam diretamente na formação de novos núcleos familiares” (COSTA et al., 2013, p. 467).

De acordo com Wolf (2011), por meio de Costa et al. (2013), a instituição família exerce importantes funções na vida do indivíduo e por sua vez na sociedade, destacando-se, entre elas, a provisão econômica, social, trocas e concessões de afeto (COSTA et al., 2013). Esta seção possui dois objetivos, o de demonstrar as informações quanto aos aspectos demográficos e sobre a condição dos produtores em relação às terras no COREDE Litoral.

Neste espaço, trazemos as informações quanto a: gênero; classe de idade; classe de escolaridade; condição do proprietário em relação às terras; associação dos agricultores a cooperativas ou a órgãos de classes; dados sobre a direção das unidades de produção; número de estabelecimentos agropecuários familiares dirigidos pelo casal; e, por fim, os dados da propriedade rural como finalidade econômica da família.

Entretanto, antes de adentrarmos na demonstração das informações que são pertinentes a esta seção da pesquisa, uma importante observação deve ser esclarecida sobre os dados. Segundo o IBGE (2019), os dados são referentes às características dos produtores agropecuários, e não da população rural, como às vezes, de forma despercebida, pode ser confundida.

O conceito de produtor para o IBGE pode ser tanto a pessoa física como a pessoa jurídica, desde que esse indivíduo seja o responsável pelas decisões na utilização dos recursos, assim como exerce o controle administrativo das operações de exploração do estabelecimento agropecuário. Contudo, para o IBGE, todo e qualquer estabelecimento agropecuário pode estar subordinado apenas a uma única

pessoa, seja ao produtor ou ao administrador (no caso do produtor ser pessoa Jurídica) (IBGE, 2019).

Logo, o administrador é “a pessoa física, independente do sexo, que assume a responsabilidade da gestão do estabelecimento agropecuário em nome do produtor” (IBGE, 2019, p 19). Diante dessas definições, compreende-se também que nem o produtor, nem o administrador são, necessariamente, o proprietário das terras (IBGE, 2019).

Além disso, o Censo Agropecuário 2017, por meio dos estabelecimentos agropecuários, demonstra as informações sobre o produtor agropecuário, florestal ou aquícola, por meio do que ele chama de “Condição legal do produtor”, organizados por meio das seguintes categorias:

Produtor individual – quando o produtor fosse uma pessoa física e o único responsável pelo estabelecimento; **Casal** (quando os dois fossem responsáveis pela direção), união de pessoas, condomínio ou consórcio – quando o produtor fosse uma união de pessoas, como: casal, pais e filhos, amigos, um condomínio ou um consórcio; **Cooperativa** – quando o produtor fosse uma cooperativa; **Sociedade anônima (S/A) ou por cotas de responsabilidade limitada (LTDA)** – quando o produtor fosse uma sociedade anônima, ou sociedade por cotas de responsabilidade limitada, ou entidade de economia mista; **Instituição de utilidade pública** – quando o produtor fosse uma instituição de utilidade pública, como: instituição religiosa, hospital beneficente, asilo, orfanato, organização não governamental (ONG), entre outras; **Governo** – quando o produtor fosse um órgão do governo federal, estadual ou municipal (IBGE, 2019, p.16).

Apresentados os esclarecimentos, passamos a retratar essas características dos produtores agropecuários familiares da região estudada.

As informações disponibilizadas pela tabela 6753 exprimem a predominância do sexo masculino entre os produtores agropecuários familiares no COREDE Litoral. Constatou-se que, dos 5.661 estabelecimentos agropecuários existentes na região, em 5.015 dessas unidades o produtor é do sexo masculino, e apenas em 646 do sexo feminino, conforme demonstrado na tabela 5 (IBGE, 2019).

Tabela 5 – Gênero do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral em 2017

Gênero	COREDE Litoral RS	Estado do RS
Homens	5.015	258.041
Mulheres	646	35.851
Total	5.661	293.892

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6753 (IBGE, 2019).

Muito embora a tabela 6753 do Censo Agropecuário 2017 não apresente dados separados, excepcionalmente entre pessoa física e jurídica, ressalta-se que os dados apresentados na tabela 5 são referentes ao produtor agropecuário, ou seja, trata sobre a pessoa que toma decisões e detém o controle das operações.

As informações levantadas sobre gênero do produtor agropecuário familiar para o COREDE Litoral se assemelham ao nível estadual. Tanto a nível regional como estadual, é possível evidenciar pelo recorte a existência de um predomínio de homens a frente da gestão da propriedade.

Quanto aos aspectos de idade do produtor agropecuário, assim como na série anterior, o Censo Agropecuário 2017 traz o registro de idade do produtor ou da pessoa que dirige a unidade de produção de forma agrupada em classes, cujos intervalos estão compreendidos entre: menor de 25 anos; de 25 a menos de 35 anos; de 35 a menos de 45 anos; de 45 a menos de 55 anos; de 55 a menos de 65 anos; de 65 a menos de 75 anos; e de 75 anos e mais (IBGE, 2019).

Desse modo, elaborou-se a tabela 6 com o propósito de demonstrar as configurações etárias dos produtores agropecuários familiares do COREDE Litoral.

Tabela 6 – Classe de idade do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral e do Rio Grande do Sul, em 2017.

Local	Classe de idade do produtor	n° de estabelecimentos	%	Total
COREDE do Litoral RS	Total	5661	100	
	Menor de 25 anos	47	0,83	47
	De 25 a menos de 35 anos	338	5,97	3.965
	De 35 a menos de 45 anos	617	10,90	
	De 45 a menos de 55 anos	1377	24,32	
	De 55 a menos de 65 anos	1633	28,85	
	De 65 a menos de 75 anos	1197	21,14	1.649
	De 75 anos e mais	452	7,98	
Rio Grande do Sul	Total	293892	100	3.634
	Menor de 25 anos	3634	1,24	211.358
	De 25 a menos de 35 anos	18891	6,43	
	De 35 a menos de 45 anos	38706	13,17	
	De 45 a menos de 55 anos	70150	23,87	
	De 55 a menos de 65 anos	83611	28,45	78.900
	De 65 a menos de 75 anos	56391	19,19	
	De 75 anos e mais	22509	7,66	

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 (IBGE, 2019).

De modo geral, verifica-se, por meio da tabela 6, que a distribuição etária dos produtores agropecuários familiares da região da pesquisa é semelhante àquela apresentada no Rio Grande do Sul. A maior diferença está no estrato da faixa etária “menor de 25 anos” (IBGE, 2019). Neste grupo é possível perceber que, nos estabelecimentos agropecuários vinculados à agricultura familiar no Litoral Norte, existem apenas 47 unidades de produção, cujo produtor pertence à faixa etária de até 25 anos. Em números relativos, pode-se dizer que em apenas 0,83% dos estabelecimentos agropecuários familiares existentes no COREDE Litoral RS, seus produtores são considerados jovens²⁴.

Diante dos dados apresentados para essa faixa etária, cabe refletir sobre a importância dos jovens para a agricultura familiar. De acordo com Ferreira e Alves (2009), aos jovens vinculados à agricultura familiar são atribuídos ou esperados papéis e funções, essencialmente diferentes dos que incidem sobre os jovens pertencentes a outros contextos socioeconômicos. Sobre eles recai a ideia da reprodução social do campo e da agricultura familiar. Considerando os números apresentados pelo Censo Agropecuário 2017 para essa faixa etária, é notável que o número deste grupo é extremamente baixo para uma região cujo espaço agropecuário tem em sua totalidade 7.146 estabelecimentos. Pesquisar e refletir sobre a sucessão da agricultura familiar no Litoral Norte parece ser uma questão urgente.

Por meio dos dados da tabela 6 também é possível observar que na fase adulta, no COREDE Litoral existem, em números absolutos, 3.965 produtores agropecuários familiares na faixa etária de 25 anos a menos de 65 anos de idade. Em números relativos, essa categoria com idade produtiva²⁵ está presente em 70,04% dos estabelecimentos agropecuários familiares.

Outra informação importante apresentada na tabela 6 diz respeito ao número de produtores familiares que se autodeclararam com idade superior a 65 anos. Muito embora o Art. 1º da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, considere a

²⁴ A base conceitual utilizada nesta pesquisa para a caracterização de juventude, baseou-se nos textos de Ferreira e Alves (2009) e Marin (2020). Considerando-se como jovem a faixa etária de acima de 14 anos a 25 anos (jovem na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade, conforme estabelecido no inciso XXXIII, do art. 7 da Constituição Federal) a 25 (conforme o SIDRA/IBGE, estabelece como idade limite para a variável – menor de 25 anos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, pela necessidade de se delimitar a fase juvenil para fins de enquadramento de políticas públicas ou para fins estatísticos, tem estabelecido a faixa etária de 15 a 29 anos (FERREIRA E ALVES, 2009).

²⁵ Nesta pesquisa adotou-se essa nomenclatura, para a categoria de pessoas consideradas pela Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios – PNAD/IBGE (2015), como referência a força de trabalho.

pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 anos, nesta pesquisa, adotou-se como parâmetro de análise a variável cuja categoria tem como ponto de partida a contagem dos 65 anos (IBGE,2019).

Dessa forma, observa-se que, dos 5.661 estabelecimentos agropecuários familiares na região, em 1.649 o produtor familiar possui idades acima de 65 anos. O descompasso entre o número de jovens e o número de idosos à frente dos estabelecimentos de agricultura familiar no Litoral Norte é uma questão que merece atenção dos gestores públicos, dos planejadores do desenvolvimento regional, sobretudo no que se refere à sucessão nas propriedades familiares.

Por conseguinte, busca-se, por meio da tabela 7, demonstrar, por sexo, a classe de idade do(a) produtor(a) agropecuário(a) familiar do COREDE Litoral.

Tabela 7 – Classe de idade do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral, em 2017.

Classe de idade do produtor	Sexo do produtor			
	Homens	Masculino (%)	Mulheres	Feminino (%)
Menor de 25 anos	45	0,79	2	0,04
De 25 a menos de 35 anos	310	5,48	28	0,49
De 35 a menos de 45 anos	555	9,80	62	1,10
De 45 a menos de 55 anos	1234	21,80	143	2,53
De 55 a menos de 65 anos	1429	25,24	204	3,60
De 65 a menos de 75 anos	1062	18,76	135	2,38
De 75 anos e mais	380	6,71	72	1,27
Total por categoria	5015	88,59	646	11,41
Total	5661			

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 (IBGE, 2019).

De acordo com a tabela 7, nota-se que além de um processo de masculinização vigente, a faixa etária feminina se apresenta com maior concentração de pessoas com idade superior a 45 anos, especificamente de 55 a mais de 75 anos de idade (IBGE, 2019), o que denota também um envelhecimento da população feminina na agricultura familiar da região.

Estudos como Christen e Netto (2016), Spanevello e Matte et al. (2017), Vogt e Fochezatto (2019) relacionam o envelhecimento da população rural às reflexões sobre a reprodução da agricultura familiar, de sucessão das atividades agropecuárias, assim como sendo essa condição um dos fatores que levam ao êxodo rural.

Camaro e Abramovay (1998) abordam que a maioria dos agricultores possuem mais de 55 anos e apresentam baixos níveis de escolaridades e dificuldades de produzir renda. Fatores estes que, segundo esses autores, contribuem para o surgimento das dificuldades de permanência dos filhos no ambiente rural e na recusa destes em exercer as atividades da agricultura.

Para Beltrão et al. (2004), o envelhecimento de uma população, se considerado sob o prisma demográfico, é o resultado da “manutenção de um período de tempo razoavelmente longos de taxas de crescimentos da população mais velha superior a população mais jovem” (apud CHRISTEN; NETTO, 2016, p 6).

As perspectivas quanto à raça e à cor dos produtores agropecuários familiares foram levantadas junto à tabela 6755. As informações que neste espaço da pesquisa são apresentadas trazem a leitura sobre o produtor na condição como dirigente do(s) estabelecimento(s) agropecuários.

De um modo geral, os dados do Censo Agropecuário 2017 demonstram que a agricultura familiar do COREDE Litoral apresenta um grau de heterogeneidade de raças e cores (IBGE, 2019).

A pesquisa identificou que a cor predominante entre os produtores familiares é a branca, seguida da cor/raça preta, parda, indígena e amarela (IBGE, 2019). A tabela 8 sistematiza o levantamento e apresenta os percentuais de cada uma das cores dos produtores familiares.

Tabela 8 – Características dos produtores agropecuários familiares do COREDE Litoral por cor, em 2017

Cor	Total	%
Branca	5370	94,86
Preta	142	2,51
Amarela	10	0,18
Parda	126	2,23
Indígena	13	0,23
Total	5661	100,00

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 (IBGE, 2019).

Muito embora a tabela 8 demonstre o predomínio da cor branca, é possível verificar que as características da agricultura familiar da região são compostas por uma heterogeneidade de raças e cores entre os produtores familiares (IBGE, 2019).

Além disso, buscou-se, por meio da tabela 6755, investigar a quantidade de grupos de raças e cores presentes em cada um dos 21 municípios da região. Para que isso fosse possível, adotou-se apenas como critério a averiguação da presença ou não de cada grupo de raça e cor para cada um dos municípios.

Como técnica de organização dessas informações, foram criados quatro grupos de raças e cores, sendo que, para cada um desses, estabeleceu-se uma cor e um critério. Conforme os municípios iam apresentando a existência da raça/cor, fazia-se o registro e o somatório de grupos que cada unidade apresentou. Dessa forma, foi possível desenvolver a tabela 9, na qual pode-se organizar os municípios da região conforme o número de registros de raças e cores existentes.

Os resultados demonstraram essa heterogeneidade social na região, assim como identificou que esse fenômeno é mais acentuado nos municípios como Osório e Três Cachoeiras, em que foram encontradas a presença das cinco cores/raças (branca, preta, parda, indígena e amarela) entre os produtores agropecuários da agricultura familiar.

A tabela 9 criada com essa metodologia demonstra esse retrato, indo ao encontro das afirmações apresentadas por Schneider e Cassol (2013) de que a estrutura social da agricultura familiar brasileira é heterogênea em termos da raça ou cor.

Tabela 9 – Demonstração da Heterogeneidade de cor e raças da agricultura familiar do COREDE Litoral do RS

Grupo	Município
Municípios com AF com uma cor ou raça	Balneário Pinhal; Capão da Canoa; Imbé; Xangri-lá
Municípios AF com duas cores ou raças	Arroio do Sal; Capivari do Sul; Cidreira; Dom Pedro de Alcântara; Morrinhos do Sul e Tramandaí.
Municípios com AF com três cores ou raças	Mampituba; Mostardas; Terra de Areia; Torres; Três Forquilhas.
Municípios com AF com quatro ou cinco cores ou raças	Caraá (4); Itati (4); Maquiné (4); Osório (5); Palmares do Sul (4); Três Cachoeiras (5);

Fonte: desenvolvido pela autora com base na tabela 6755 do Censo Agropecuário 2017.

Desse modo, e com base nos estudos de Kageyama (2008), Silva Neto e Oliveira (2008), Schneider e Cassol (2013), e com leituras complementares de Jaeger (1943), Pesavento (1984), Permagnani (1999) e Ely (1999), compreende-se que essa heterogeneidade no tecido social da agricultura familiar da região está vinculada ao

processo histórico de ocupação territorial brasileiro, em específico pelas políticas do Estado brasileiro para a formação e o povoamento do Rio Grande do Sul.

De acordo com Bernardes (1997), a colonização açoriana, iniciada pela coroa portuguesa ainda no período colonial do Brasil, não conseguiu constituir os tão almejados núcleos regionais de densidades demográficas, e a preocupação constante daquela Corte com os números populacionais do extremo Sul do país, os quais estavam cada vez mais rarefeitos, conduziram o poder público na introdução de novas correntes de povoamento, nas quais podem ser destacados os imigrantes alemães e italianos em primeiro momento.

Logo, esse comportamento condicionou a ação estatal em constituir um novo modelo de organização agrária que, no século XIX, teve a chegada dos imigrantes europeus seguida da asiática, especificamente pelos japoneses no século XX (PRADO JR, 1987).

Na sequência da pesquisa desta dissertação, buscou-se conhecer com mais detalhes esse tecido social, expandindo a pesquisa da cor do produtor agropecuário familiar para a perspectivas como gênero. A tabela 10 busca demonstrar os aspectos quanto a raça e cor por gênero. As informações obtidas revelam que tanto no sexo masculino quanto no feminino a cor branca é predominante em ambas as categorias.

Tabela 10 – Número de dirigentes dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, por raça e gênero, no ano de 2017

Grupo de raça	Homens	Mulheres	Masculino (%)	Feminino (%)
Branca	4776	594	95,23	91,95
Preta	107	35	2,13	5,42
Amarela	9	1	0,18	0,15
Parda	110	16	2,19	2,48
Indígena	13	0	0,26	0,00
Total	5015	646	95,40	12,29

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 (IBGE, 2019).

Outra informação a se destacar na tabela 10 é que nos estabelecimentos agropecuários em que há indígenas na direção, não há mulheres em sua direção.

Na sequência, passamos a levantar e a analisar as perspectivas de escolaridade do produtor agropecuário familiar, e sobre o acesso à educação.

Tabela 11 – Escolaridade do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral RS, em 2017

alfabetização dos agricultores familiares do COREDE Litoral	Número de Estabelecimentos	%
Sabe ler e escrever – sim	5267	93,04
Sabe ler e escrever – não	394	6,96
Total	5661	100,00

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 de (IBGE, 2019).

Do total dos produtores agropecuários familiares do COREDE Litoral, 93,04% informaram saber ler e escrever, enquanto em 6,96% dos estabelecimentos, o agricultor declarou não saber ler e escrever, conforme a tabela 11 (IBGE, 2019). Já a tabela 12 evidencia o nível de escolarização do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral RS.

Tabela 12 – Nível de escolaridade do Produtor Agropecuário familiar do COREDE Litoral, em 2017

Nível de escolaridade do Agricultor Familiar do COREDE Litoral	nº de Estabelecimentos	%	Total por nível escolar
Nunca frequentou escola	353	6,24	353
Classe de alfabetização – CA	232	4,10	2679
Alfabetização de jovens e adultos – AJA	12	0,21	
Antigo primário (elementar)	2435	43,01	
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	387	6,84	1946
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	1542	27,24	
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	17	0,30	
Antigo científico, clássico etc. (médio 2º ciclo)	16	0,28	
			567

Regular de ensino médio ou 2º grau	494	8,73	
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	47	0,83	
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	10	0,18	
Superior – graduação	114	2,01	116
Mestrado ou doutorado	2	0,04	
Total	5661	100,00	-

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 (IBGE, 2019).

Ao efetuarmos uma leitura sobre a coluna “total por nível escolar”, da tabela 12, constata-se que, dos 5.661 estabelecimentos agropecuários familiares da região, 5.192 dos produtores agropecuários possuem/tiveram acesso somente à educação básica²⁶ e 116 à educação superior. Desses 5.192 produtores, 4.625 possuem entre a alfabetização e o ensino fundamental, enquanto 567 desses trabalhadores tiveram acesso à escolarização como o antigo científico e/ou ao ensino médio completo (IBGE, 2019).

De forma paralela, buscou-se identificar por sexo o nível de escolaridade para cada uma dessas duas categorias. As informações podem ser visualizadas na tabela 13.

Tabela 13 – Nível de escolaridade do (a) produtor (a) agropecuário (a) familiar do COREDE Litoral por sexo, em 2017

Nível de escolaridade	Total	Masculino	Masculino (%) ²⁷	Feminino	Feminino (%) ²⁸
Sabe ler e escrever - sim	5267	4675	93,22	592	91,64
Sabe ler e escrever - não	394	340	6,78	54	8,36
Nunca frequentou escola	353	312	6,22	41	6,35
Classe de alfabetização - CA	232	203	4,05	29	4,49

²⁶ Conforme o art. 21 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), a educação no Brasil é composta pelos níveis escolares: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II – educação superior (BRASIL 1996).

²⁷ Os valores relativos para a categoria masculina, foram calculados levando em consideração a população desse mesmo sexo e não sobre o total de 5.661 estabelecimentos agropecuários familiares existentes na região.

²⁸ Os valores relativos para a categoria feminina foram calculados levando em consideração a população desse mesmo sexo e não sobre o total de 5.661 estabelecimentos agropecuários familiares existentes na região.

Alfabetização de jovens e adultos – AJA	12	11	1,70	1	0,02
Antigo primário (elementar)	2435	2199	38,84	236	36,53
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	387	336	6,70	51	0,90
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	1542	1361	27,14	181	28,02
EJA - educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	17	15	0,30	2	0,31
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	16	13	0,26	3	0,46
Regular de ensino médio ou 2º grau	494	422	8,41	72	11,15
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	47	44	0,88	3	0,46
EJA - Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	10	9	0,18	1	0,02
Superior – graduação	114	89	28,53	25	7,35
Mestrado ou doutorado	2	1	0,49	1	0,32
		4703		605	
Total geral			5661		

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6755 (IBGE, 2019).

Em números relativos, as mulheres apresentam melhores indicadores que os homens quanto ao acesso à educação básica, de nível fundamental e regular de ensino médio, os quais se mostram com 28,02% e 11,15% respectivamente (IBGE,2019).

As mulheres também apresentam indicadores mais elevados que os homens quanto às variáveis “saber ler e escrever” e em “não terem acesso à escola”. Segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, dentre a população feminina de produtoras agropecuárias familiares do COREDE Litoral, 8,36% das 646 mulheres declaram que não sabem ler e escrever e 6,35% delas não tiveram acesso à escola.

Já para o sexo masculino, podemos verificar que eles apresentam registros para essas duas variáveis (não sabem ler e escrever e não tiveram acesso à escola), entretanto, em números relativos, se apresentam em escala menor que o feminino, com 6,78% e 6,22%, respectivamente, para essas variáveis (IBGE,2019).

Quanto ao acesso à educação de nível superior, verifica-se que o número de produtores com esse grau de formação é muito baixo para ambos os sexos. Esse acesso é ainda mais baixo pelo sexo feminino, que, na comparação com o masculino, apenas 7,35% das mulheres autodeclararam que possuem formação superior, enquanto os homens, 28,53% deles possuem essa formação grau educacional.

Muito embora a população masculina represente 88,59% dos estabelecimentos agropecuários familiares na região, os percentuais foram calculados sobre o número absoluto de cada sexo. Ou seja, foram considerados como população masculina o total de 5.015 indivíduos autodeclarados nesse gênero, e como população feminina o número de 646 pessoas que se autodeclararam com esse sexo, entre as variáveis definidas como o produtor familiar (IBGE, 2019).

A adoção dessa metodologia permitiu com que as informações pudessem ser avaliadas para cada um dos gêneros e de forma isolada para cada uma das variáveis, sem as influências da proporcionalidade masculina, uma vez que essa categoria demonstrou ser predominante entre os produtores familiares na dimensão do COREDE.

Refletir sobre o acesso à educação pelos agricultores familiares e a desigualdade de gênero nesse acesso é fundamental para que se oriente as políticas públicas com vistas a melhorar tais indicadores e gerar desenvolvimento. Como aponta Sen (2010), melhorar nutrição e saúde está relacionado ao acesso a emprego, educação e renda. Da mesma forma, melhores níveis de educação e de saúde podem propiciar melhores níveis de rendas e empregos.

Para o Censo Agropecuário 2017, na condição do produtor em relação às terras, foram consideradas as respostas apresentadas pelos agricultores quanto às indagações referentes à área e à composição das terras das unidades de produção na data de referência (IBGE, 2019).

Deste modo, a tabela 14 revela que, do total de estabelecimentos agropecuários conhecidos como sendo da agricultura familiar, em 5.029, o produtor é constituído como o proprietário²⁹ e, 283 apresentam o produtor como arrendatário das terras. Em seguida, 175 produtores da agricultura familiar da região se autodeclararam como comodatários; 103 identificaram ser produtores parceiros; e 21 declararam estar na condição de concessionário ou como assentado, aguardando titulação definitiva (IBGE,2019).

²⁹ Para o IBGE, na série censitária 2017, a condição proprietária foi acatada independentemente da dimensão ou da proporção das terras do estabelecimento que se enquadrasse na situação terras próprias (IBGE, 2019).

Tabela 14 – Condição do produtor agropecuário familiar em relação às terras dentro do COREDE Litoral, em 2017

Unidade	Condição do produtor em relação às terras	Nº estabelecimentos	%
COREDE Litoral RS	Proprietário(a)	5029	88,84
	Concessionário(a) ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	21	0,37
	Arrendatário(a)	283	5,00
	Parceiro(a)	103	1,82
	Comodatário(a)	175	3,09
	Ocupante	23	0,41
	Produtor sem área	27	0,48
Total		5661	100

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6753 (IBGE, 2019).

A tabela 14 mostra ainda, que do total de estabelecimentos agropecuários familiares existentes no COREDE Litoral RS, 27 de seus produtores se autodeclararam como “produtores sem área de terras” (IBGE, 2019). Sobre este tipo de produtor, Valadares e Alves (2020) afirmam que esse indivíduo estava presente desde a série de 2006, “quando se identificava um empregado com produção própria na área do proprietário/empregador, e a este empregado era imputado um estabelecimento agropecuário independente” (p. 8).

Os dados extraídos da plataforma Sidra/IBGE não permitem colher informações sobre esses trabalhadores sem áreas de terras (familiares e não familiares). O próprio IBGE (2019) explica essa alteração, conforme podemos observar:

No Censo Agropecuário 2006, identificada a existência de atividade de criação/produção agropecuária de pessoal empregado no mesmo estabelecimento, em área sujeita à administração do produtor/proprietário, toda aquela produção foi considerada como parte do estabelecimento, e todos os dados colhidos integraram o único questionário aplicado ao estabelecimento. Caso tenha sido informado que a administração da referida criação/ produção não esteve sob responsabilidade do produtor, um novo questionário foi aberto para o empregado, como se fosse um novo estabelecimento agropecuário, sendo nele registradas *todas as características referentes e seus respectivos quantitativos, aplicando-se todos os parâmetros da pesquisa, e este produtor empregado foi considerado como um “produtor sem área”*. Tal procedimento trouxe como consequência o incremento no número de estabelecimentos de produtores sem área em relação aos censos anteriores (grifo nosso) (IBGE, 2019, p. 10).

Contudo, cabe destacar que na série agropecuária 2017, o IBGE não abriu o questionário para esse produtor, portanto, todas as informações referentes à produção/criação, e inclusive sobre as características desse indivíduo, integraram o questionário do estabelecimento agropecuário (IBGE, 2019).

Para auxiliar na explicação sobre essas mudanças e técnicas utilizadas pelo IBGE na série censitária 2017 e seus impactos sobre as informações agropecuárias que passam a ser obtidas, Valadares e Alves (2020) esclarecem que esse procedimento junto à série de 2006 acabou inflando o quantitativo de estabelecimentos agropecuários existentes naquele período.

Em contraponto, Valadares e Alves (2020) explicam que a retificação da metodologia, no ano de 2017, modificou de forma negativa a demonstração da representatividade desse grupo sobre o número total de estabelecimentos agropecuários familiares, porém, não gerou impactos sobre a área das unidades de produção. O que, em parte, contribui para explicar a razão pela qual a área dos estabelecimentos agropecuários quase não apresentou alterações em 2017, e sobre a queda do número de estabelecimentos quando comparados com a série anterior.

Na tabela 15 se busca apresentar a condição do produtor em relação às terras, complementando as informações anteriores. Contudo, cabe ressaltar que para essa tabela foram consideradas apenas as categorias áreas próprias, arrendadas, em regime de comodato e ocupadas, por apresentarem maior frequência das variáveis, junto à tabela 6753, do Censo Agropecuário 2017.

Tabela 15 – Área dos estabelecimentos agropecuários quanto a condição do produtor em relação às terras

Unidade da Federação e Município	Área dos estabelecimentos			
	Próprias	Arrendadas	Em regime de comodato	Ocupadas
Arroio do Sal (RS)	663	.. ³⁰	-	-
Balneário Pinhal (RS)	-	-	0	0
Capão da Canoa (RS)	-	-	0	0
Capivari do Sul (RS)	620	209	-	0
Caraá (RS)	9418	-	474	-

³⁰ Conforme as notas explicativas do IBGE (2019), os campos nos quais aparecem a constante “X” são referentes a valores inibidos, cujo objetivo consiste em não identificar o informante. Portanto, ao transcrever as informações da tabela 6753, foram considerados os valores visíveis, o que justifica a diferença na apuração da soma da área total.

Cidreira (RS)	-	-	0	0
Dom Pedro de Alcântara (RS)	1339	229	-	0
Imbé (RS)	-	-	0	0
Itati (RS)	-	-	218	-
Mampituba (RS)	3745	435	-	-
Maquiné (RS)	5768	376	-	0
Morrinhos do Sul (RS)	4646	694	-	-
Mostardas (RS)	8785	1914	-	-
Osório (RS)	4421	424	-	-
Palmares do Sul (RS)	2486	-	0	-
Terra de Areia (RS)	-	185	-	0
Torres (RS)	3000	1184	-	0
Tramandaí (RS)	703	-	-	0
Três Cachoeiras (RS)	5515	268	204	-
Três Forquilhas (RS)	3392	299	140	-
Xangri-lá (RS)	-	0	0	0
Rio Grande do Sul	4387373	613955	148860	36337
Total	54501	6217	1036	0

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6753³¹ (IBGE, 2019).

As informações disponíveis na tabela 15 nos permitem identificar que dos 74.347 hectares correspondentes à área da agricultura familiar da região, 73,31% desse total são próprias do produtor rural (IBGE, 2019). Observa-se ainda que, em 8,36% do total dessa área, as terras são arrendadas pelo agricultor familiar, e 1,39% da área da agricultura familiar no COREDE Litoral é utilizada pelo produtor na condição de regime de Comodato (IBGE, 2019).

Na sequência, demonstra-se como é exercida a direção dos trabalhos dentro dos estabelecimentos agropecuários familiares. Para essa etapa, foi utilizada como base de estudos a tabela 6756 do Censo Agropecuário 2017.

De acordo com os Decretos de N. 10.688, de 2021, e o de N. 9.064, de 31 de maio de 2017, esse último que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, e regulamenta a Lei n^o 11.326, de 24 de julho de 2006, é possível observar que, dentre as características gerais necessárias para o reconhecimento como agricultor familiar, o trabalho de direção do estabelecimento ou empreendimento deve ser realizado pelo proprietário com o auxílio de sua família.

³¹ Quanto às áreas dos estabelecimentos agropecuários na condição de ocupadas, buscou-se levantar a dimensão das mesmas, entretanto, não foi possível efetuar esse processo, tendo em vista que os valores se encontraram inibidos, junto à tabela 6753 do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019).

Com essas definições, foi possível construir a tabela 16, para demonstrar como é efetuada a direção das atividades dos estabelecimentos agropecuários familiares, no COREDE Litoral.

Tabela 16 – Condição do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral em relação aos trabalhos no estabelecimento, em 2017

Direção dos trabalhos do estabelecimento Agropecuário	Total
Produtor(a) titular diretamente	4447
Casal (codireção)	1037
Produtor(a) titular por meio de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco com o mesmo	158
Produtores (explorações comunitárias)	15
Outra pessoa	4
Total	5661

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6756 (IBGE, 2019).

Nesse sentido, observou-se que em 78,56% das 5.661 unidades de produção agropecuárias familiares da região, a direção dos trabalhos é efetuada diretamente pelo produtor(a) titular. Já a direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários por casais, é encontrada em 18,32% dos estabelecimentos agropecuários familiares. Assim sendo, produtor(a) titular e casais perfazem um percentual total de 96,88% dos estabelecimentos (IBGE, 2019).

Sobre as informações acerca da direção dos trabalhos dos estabelecimentos agropecuários ser efetuada pelo casal (codireção), buscou-se aprofundar a pesquisa de caracterização demográfica, investigando o *sexo do cônjuge do produtor*.

Desse modo, foi identificado que, dos 1037 estabelecimentos agropecuários que são dirigidos por casais, 898 têm como codireção a mulher, e 139 desse total trazem o homem como codiretor das tarefas (IBGE, 2019).

Nesse caso, podemos observar que em 18,32% dos estabelecimentos da região, a dinâmica de direção das atividades agropecuárias executada dentro das unidades de produção é compartilhada com o cônjuge. Além disso, essas variáveis nos permitem ter uma noção, mesmo que periférica, sobre as uniões afetivas estabelecidas na agricultura familiar, ao menos no que diz respeito em estar à frente da gestão da propriedade.

Se considerarmos o percentual de 18,32% dos estabelecimentos da região como amostra sobre essas uniões afetivas estabelecidas entre os agricultores,

especificamente sobre casamentos, pode-se estar colocando em relevo as representações e ou expectativas de projetos de vida, delineados por filhos e filhas de agricultores familiares na região.

Autores como Rauber (2010) e Puntel, Paiva e Ramos (2011) não trazem especificamente a temática dos casamentos e celibatos na agricultura familiar, todavia, suas contribuições nos fazem refletir e perceber que essa dinâmica populacional está entrelaçada a fatores como a masculinização e o envelhecimento dos indivíduos da agricultura familiar. Todavia, suscita estudos mais aprofundados.

Além disso, Stropasolas (2004), ao se referir sobre o significado e importância das uniões afetivas, no caso do casamento na agricultura familiar, verifica que se trata de um modo particular de dialogar sobre o papel de homens e mulheres por meio do matrimônio.

Segundo Wanderley (2004), Teixeira (2005), Spanevello (2008), Schneider (2009), Rauber (2010), Spanevello e Matte (2013) e Stoffel (2013), esses fatores estão interligados com o êxodo rural, que foram motivados pelos processos de industrialização/urbanização iniciado nos anos 1930, mas especialmente a partir da modernização agrícola promovida a partir dos anos 1970.

Segundo Rauber (2010), o processo industrializante de 1930, de um modo universal, contribuiu para modificar a configuração populacional dos países, aumentando os níveis populacionais urbanos e reduzindo drasticamente a população rural.

Desse modo, entende-se que esses fatores cooperaram para o início do processo de redução das taxas de natalidade no campo, contribuindo, ainda, de forma paulatina para que, anos mais tarde, o êxodo rural adquirisse o caráter seletivo, em que a população que agora migrava para os centros urbanos, eram principalmente jovens e mulheres (Rauber, 2010).

Tal situação, somada ao descontentamento das moças, filhas de agricultores familiares - tendo em vista a constância das relações sociais desiguais e excludentes que ocorrem mais recentemente no contexto da agricultura familiar -, se configura, para Stropasolas (2004), como um dos principais fatores contribuintes para a migração da mulher do campo.

Portanto, como as informações identificaram que o sexo feminino, na condição de produtora familiar, está presente em apenas 11,41% dos estabelecimentos da

região, e que em 18,31% das unidades de produção se tem a mulher na direção ou como codireção das atividades agrícolas, vislumbra-se que o COREDE pode estar diante de fatores, no qual Stropasolas (2004) nos permitiu refletir.

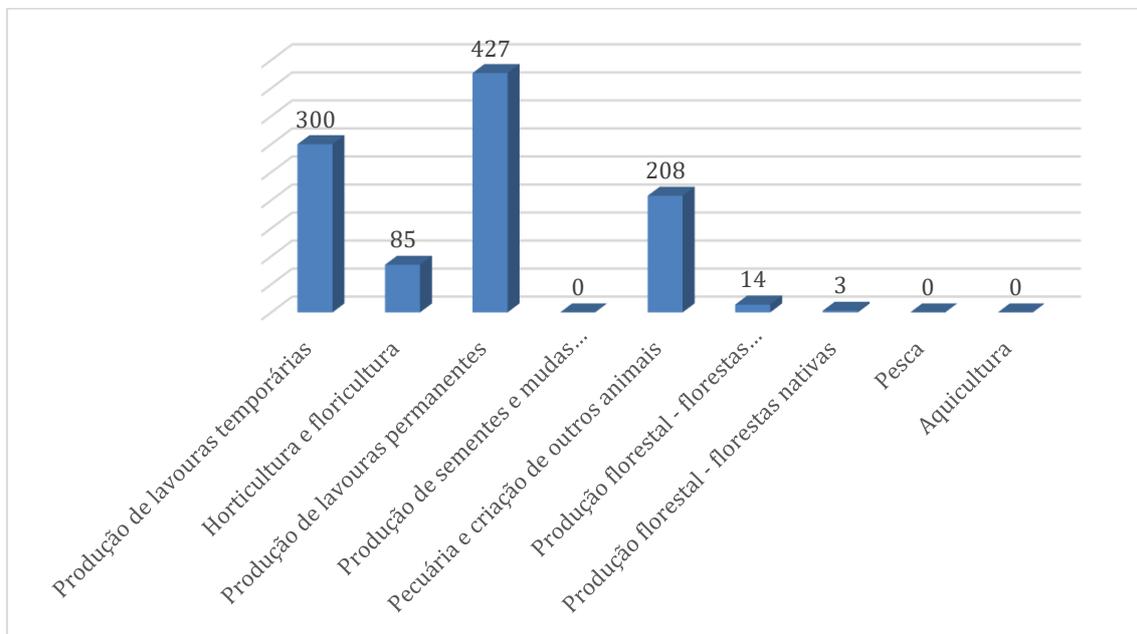
Nesse sentido, a pesquisa desta dissertação identificou também a faixa de idade do cônjuge. Segundo a tabela 6757 do Censo Agropecuário, observou-se que em 55,74% dos estabelecimentos agropecuários familiares o cônjuge possui idade de 45 anos a menos de 65 anos de idade (IBGE, 2019).

Dessa forma, o tema carece da elaboração de estudos específicos e aprofundados sobre masculinização e desigualdade de gênero, frente às atividades de gestão dos estabelecimentos agropecuários familiares no Litoral Norte. Além disso, necessita de maiores engajamentos do poder público e demais atores, que permitam à mulher agricultora familiar as faculdades e liberdades de suas escolhas ao projetar sua vida, seja no ambiente que estiver.

Quanto às terras ocupadas e tipos de atividades econômicas, às quais tem o casal como gestor, foi identificado que no COREDE são predominantes as produções de lavouras permanentes, temporárias e pela pecuária e criação de outros animais (IBGE, 2019). Entretanto, estabelecimentos com produção de horticultura e floricultura, e com produções florestais, também estão presentes entre os 1037 estabelecimentos, que trazem a direção compartilhada entre os casais.

Nesse sentido, o gráfico 1 objetiva demonstrar essas informações, assim como busca evidenciar qual dos grupos de atividades econômicas é predominante entre os estabelecimentos agropecuários familiares com codireção.

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares, por grupo de atividades econômicas, em que a direção é efetuada pelo casal, dentro da dimensão do COREDE Litoral em 2017.



Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6760 (IBGE, 2019).

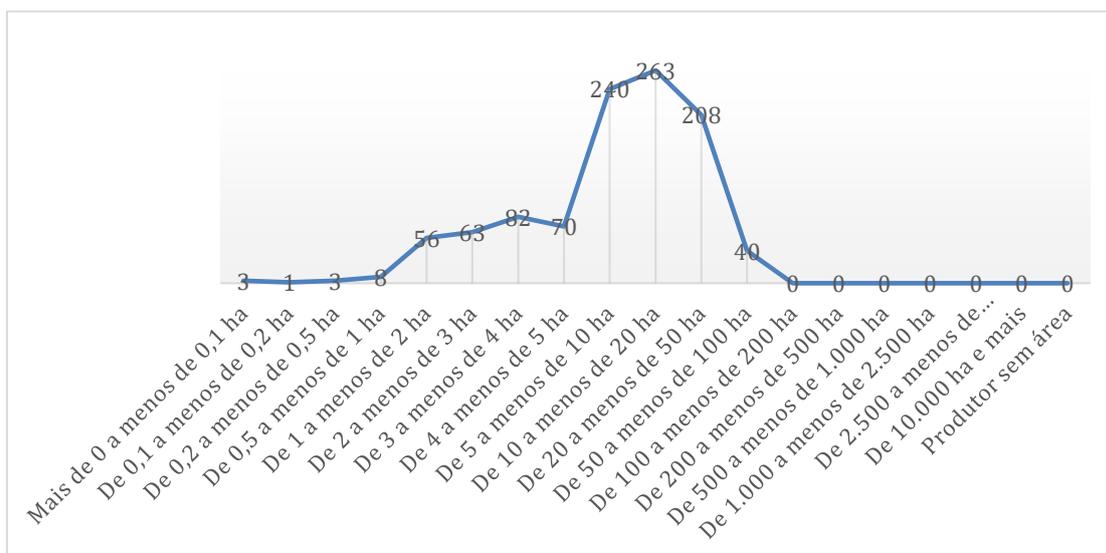
A partir dos dados apresentados no gráfico 1, com base na tabela 6760, nos deparamos com a necessidade de verificar se a área dos estabelecimentos geridos por casais é maior do que as áreas daqueles geridos por produtor individual. As informações coletadas permitiram constatar que quanto maior for a área do estabelecimento, maior é a participação do casal na direção das atividades dos estabelecimentos familiares.

As informações demonstraram que 13,25% dos 5.661 estabelecimentos agropecuários familiares têm a direção compartilhada, cujas áreas de seus estabelecimentos tem dimensão de 5 a 100 hectares. Essa realidade não destoa das características gerais dos estabelecimentos rurais brasileiros, cuja área média tem apresentado até 20 hectares, conforme os dados do Censo Agropecuário 2017 (SANTANA; SANTOS, 2020).

Nesse sentido, observa-se que os estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral possuem uma estrutura fundiária com dimensão entre zero e até 10 hectares, conforme demonstramos na tabela 3, sobre a estrutura fundiária da agricultura familiar na região. Além disso, notou-se que esse fenômeno está fortemente presente entre os estabelecimentos com dimensões de 0,2 hectares a

menos de 50 hectares, conforme o gráfico 2 intenciona ilustrar (IBGE, 2019). Outro fator de relevância pode estar sendo resultante da finalidade principal da produção agropecuária dos estabelecimentos.

Gráfico 2 – Curvatura do número de estabelecimentos agropecuários familiares dirigidos por casais no COREDE Litoral em relação ao grupo de área dos estabelecimentos, em 2017



Fonte: Produzido pela autora com base nos dados da tabela 6760 (IBGE, 2019).

Segundo a tabela 6762 do Censo, notou-se que em 5.148 estabelecimentos agropecuários, a finalidade principal da produção se destina à comercialização da produção (inclusive troca e escambo), enquanto em 513 unidades familiares a produção objetiva o consumo próprio e de pessoas com laços de parentescos com o produtor (IBGE, 2019).

A origem da renda do produtor familiar na região também foi observada na presente pesquisa. Nesse sentido, utilizou-se como objeto de coleta e avaliação a tabela 6762 do Sidra/IBGE. Segundo essa fonte de dados, observou-se que a renda obtida com as atividades desenvolvidas no estabelecimento agropecuário é maior que as outras rendas obtidas pelos produtores familiares na região.

Em números absolutos, foi identificado que em 3.156 estabelecimentos a renda dos produtores tem como origem as atividades agropecuárias do estabelecimento, enquanto em 2.505 das unidades de produção familiares a maior parte da renda é obtida por atividades externas da agricultura familiar (IBGE, 2019). Estes dados permitem afirmar que em 55,75% dos estabelecimentos agropecuários familiares a renda obtida com as atividades desenvolvidas nas unidades de produção é maior que

outras rendas obtidas pelo produtor, e em 44,5% das 5.661 propriedades agropecuárias a maior parte da renda obtida tem origem externa da agricultura/pecuária.

Quando às informações da tabela 6762 foram pesquisadas selecionando a variável sexo do produtor (pessoa que dirige ou administra os estabelecimentos), constatou-se que em 385 estabelecimentos onde a mulher está à frente das atividades de produção, a maior parte da renda obtida por elas não pertence às atividades elaboradas no estabelecimento agropecuário (IBGE, 2019).

Ao avaliarmos essa perspectiva pelo sexo masculino, constata-se que em 5.015 estabelecimentos agropecuários, a direção das tarefas tem o homem à frente, sendo que em 2.895 dessas unidades produtivas a renda obtida com as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos é maior que outras rendas (IBGE, 2019). Estes dados nos permitem evidenciar que o fator renda aumenta a lista de desigualdades sociais e econômicas que estamos identificando, e que impõem muitas dificuldades às mulheres do campo, no exercício de suas atividades agropecuárias.

Indicadores como acesso à escola, verificados na tabela 12 de nossa pesquisa, evidenciam que existe uma margem significativa de mulheres na agricultura de base familiar que não possuem acesso à educação. O baixo número de indivíduos do sexo feminino à frente da direção dos estabelecimentos agropecuários são algumas das desigualdades de direito e de cidadania identificadas e enfrentadas pela mulher no seio da agricultura familiar do COREDE.

As informações sobre a renda em estabelecimentos dirigidos por mulheres revelam fenômenos instigantes, de cunho estrutural, relacionados aos fatores de produção, como terra, trabalho e capital. Segundo a tabela 6762 do Censo, dos 646 estabelecimentos agropecuários nos quais a mulher possui a direção das atividades, em 59,60% dessas unidades, a maior parte da renda obtida por essas mulheres, tem origem em atividades diferentes da agricultura (IBGE, 2019). Isso, segundo Stropasolas (2004), Christen e Netto (2013), repercute nos projetos de vida das mulheres, as motiva em deixar o ambiente rural, e, sistematicamente, pode colocar em risco a (re)produção da agricultura familiar.

Na sequência, a tabela 17 oferece um panorama no que diz respeito à associação do produtor familiar a cooperativas e/ou entidades de classes. Foram identificadas as variáveis para o COREDE Litoral RS e para o estado do Rio Grande

do Sul. Para o desenvolvimento dessa seção, foram usados os dados da tabela 6773 do Censo Agropecuário 2017.

Tabela 17 – Associação do produtor agropecuário familiar do COREDE Litoral e estado do Rio Grande do Sul à cooperativa ou à entidade de classe, em 2017

Unidade espacial	Associação do produtor à cooperativa e/ou à entidade de classe	Nº Estabelecimentos
Rio Grande do Sul	É associado	180530
	Cooperativa	118422
	Entidade de classe/sindicato	116212
	Associação/movimento de produtores	9022
	Associação de moradores	8858
	Não é associado	113362
	Associado (%)	61,43
	Não é associado (%)	38,57
	Total	293892
	COREDE	É associado
Cooperativa		540
Entidade de classe/sindicato		2311
Associação/movimento de produtores		117
Associação de moradores		12
Não é associado		2890
Associado (%)		48,95
Não é associado (%)		51,05
Total		5661

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6773 de (IBGE, 2019).

No COREDE Litoral apenas 48,95% dos produtores agropecuários familiares são associados a cooperativas ou a entidades de classes, enquanto no estado esse percentual representa 61,43% da população agropecuária familiar.

O COREDE apresenta 540 produtores associados a cooperativas. Mas, é no sindicalismo que os números se mostram com maior concentração, somando 2.311 produtores que se autodeclararam estar associados. Como associado a movimento de produtores, o COREDE possui apenas 117 produtores vinculados a essa forma de associação (IBGE,2019). Dadas as evidências, na próxima subseção trataremos sobre os aspectos relativos à terra e seu uso nos estabelecimentos familiares.

3.3 Uso da terra nos estabelecimentos da agricultura familiar no COREDE Litoral Norte

A agricultura familiar no COREDE Litoral também se caracteriza por expressar uma dinâmica socioeconômica diversificada quanto à forma de utilizar a terra. De acordo com Fernández (2006), esta utilização é uma categoria censitária utilizada pelo IBGE que permite identificar padrões de ocupação da terra no Brasil.

O Censo Agropecuário trouxe essas formas de uso da terra agrupados pelas seguintes atividades econômicas: produção de lavouras temporárias, floricultura e horticultura, produção de lavouras permanentes, pecuária e criação de outros animais, produção florestal – florestas plantadas, produção florestal -florestas nativas, pesca, aquicultura e produção de sementes e mudas certificadas (IBGE, 2019). No grupo de atividade econômica determinado como produção de sementes e mudas certificadas, não foram identificados registros de estabelecimentos familiares na região (IBGE, 2019).

Nesse sentido, observou-se que a ocupação das terras dentro da região por parte da agricultura familiar se revela diversificada, transitando na atividade de produção de lavouras permanentes à pesca e aquicultura, conforme informações apresentadas na tabela 18.

Tabela 18 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar do COREDE Litoral do RS – por grupo de atividades econômicas, em 2017

Grupo de atividades econômicas	Nº de estabelecimentos
Produção de lavouras temporárias	1728
Horticultura e floricultura	348
Produção de lavouras permanentes	2055
Pecuária e criação de outros animais	1394
Produção florestal - florestas plantadas	91
Produção florestal - florestas nativas	36
Pesca	5
Aquicultura	4
Total de estabelecimentos da região	5661

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6778 (IBGE, 2019).

Ao agruparmos os dados dos municípios para a formação de uma base regional sobre os aspectos de atividades econômicas, foi possível identificar, por meio da confecção da tabela 19, que a maioria das unidades de produção agrícola familiares do COREDE Litoral são compostas por unidades de lavouras permanentes³²,

³² “Lavoura permanente e área em descanso destinada a este tipo de cultivo – corresponde à área plantada (ou em preparo para o plantio) com culturas de longa duração, as quais, após a colheita, não

seguidas da produção em lavoura temporária, pecuária e criação de outros animais e horticultura e floricultura.

Fernández (2007; 2014) explicou que as atividades econômicas não compõem apenas um mosaico único que padroniza a ocupação da terra. Isso significa dizer que as atividades econômicas trazem informações multidimensionais e exprimem a diversidade cultural, étnica, econômica e ambiental de uma região.

Sendo assim, pode-se considerar que as formas pelas quais o agricultor familiar utiliza a terra, não estão limitadas apenas em descrever a presença de determinados produtos e atividades, como também podem expressar contextos de formações sociais específicas dos processos de territorialização (FERNÁNDEZ, 2014). As contribuições do autor também auxiliam na compreensão e na análise da conexão entre essas atividades econômicas com a dinâmica histórico e social do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Observando ainda as formas de utilização da terra, destacando-se as quatro atividades econômicas que na tabela 18 mostraram-se predominantes, busca-se, agora, na tabela 19, demonstrá-las por município.

Tabela 19 – Número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no COREDE Litoral em relação à produção por lavouras permanentes, produção por lavouras temporárias, pecuária e criação de outros animais - por município, em 2017

Município	Lavoura permanente	Lavoura temporária	Pecuária e criação de outros animais	Horticultura e floricultura
Arroio do Sal	0	20	19	4
Balneário Pinhal	0	1	5	0
Capão da Canoa	0	0	6	0
Capivari do Sul	0	18	13	0
Caraá	14	481	392	54
Cidreira	0	4	18	2
Dom Pedro de Alcantara	214	14	9	16
Imbé	0	0	10	0
Itati	85	131	38	34
Mampituba	337	74	11	2
Maquiné	125	147	120	91
Morrinhos do Sul	499	44	6	6
Mostarda	0	140	273	2
Osório	24	155	176	33
Palmares do Sul	0	67	73	2
Terra de Areia	74	117	37	4

necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos. Não foram categorizadas como lavouras permanentes: cana-de-açúcar, mandioca, abacaxi e mamona, as quais, apesar de serem de longa duração, foram consideradas, para a pesquisa, como temporárias” (IBGE, 2019, p.18).

Torres	74	154	55	16
Tramandaí	0	8	20	10
Três Cachoeiras	472	50	73	11
Três Forquilhas	137	103	37	60
Xangri-lá	0	0	3	1
Total de Estabelecimentos	2055	1728	1394	348

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6778 de (IBGE, 2019).

Observando os dados da tabela 19, é possível constatar que as localidades de Morrinhos do Sul (499), Três Cachoeiras (472) e Mampituba (337) são os municípios com maior número de estabelecimentos agropecuários de identidade familiar com produção de lavouras permanentes. Com lavouras temporárias, destaca-se o município do Caraá, com 481 unidades de produção agrícola familiar.

A pecuária e criação de animais são predominantes nas localidades do Caraá com 392 estabelecimentos e em Mostardas com 273 propriedades da agricultura familiar.

Outro dado importante de destacar por meio da tabela 19 compreende às características econômicas dos estabelecimentos agrícolas familiares do município de Xangri-lá. Segundo o Censo Agropecuário 2017, três dos estabelecimentos agropecuários das quatro propriedades existentes nessa localidade se dedicam à pecuária e à criação de animais, e uma unidade de produção é ocupada pela horticultura e floricultura.

Quanto a área ocupada pelas atividades econômicas indicadas na tabela 19, constata-se que o uso da terra predomina nos estabelecimentos da agricultura familiar que têm entre mais de 0 e menos de 10 hectares.

Contudo, sobre esse grupo de área, notou-se que as lavouras permanentes ocupam a maior parte das terras, uma característica distinta das demais regiões do estado, onde predominam lavouras temporárias. A tabela 20 ilustra essa afirmação, permitindo uma comparação entre as respectivas atividades.

Tabela 20 – Área dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, em 2017, ocupadas por lavouras permanentes, temporárias, horticultura e floricultura e por pecuária e criação de outros animais

Lavouras Permanentes	GRUPO DE ÁREA TOTAL (HA)		Nº de estabelecimentos da agricultura familiar
	Mais de 0 a menos 5 ha		732
	De 5 há a menos 10 ha		601
	De 10 a menos 100		722

	De 100 a menos 1000	0
	De 1000 a menos de 2500	0
	De 2500 e mais	0
	Produtor sem terra	0
	TOTAL	2055
Lavouras Temporárias	GRUPO DE ÁREA TOTAL (HA)	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar
	Mais de 0 e menos de 5 ha	550
	De 5 a menos de 10 ha	399
	De 10 a menos 100	775
	De 100 a menos 1000	3
	De 1000 a menos de 2500	0
	De 2500 e mais	0
	Produtor sem terra	1
TOTAL	1728	
Pecuária e criação de outros animais	GRUPO DE ÁREA TOTAL (HA)	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar
	Mais de 0 a menos de 5 ha	385
	De 5 a menos de 10 ha	273
	De 10 a menos 100	718
	De 100 a menos 1000	0
	De 1000 a menos de 2500	0
	De 2500 e mais	0
	Produtor sem terra	18
TOTAL	1394	
Horticultura e Floricultura	GRUPO DE ÁREA TOTAL (HA)	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar
	Mais de 0 a menos de 5 ha	138
	De 5 a menos de 10 ha	86
	De 10 a menos 100	124
	De 100 a menos 1000	0
	De 1000 a menos de 2500	0
	De 2500 e mais	0
	Produtor sem terra	0
TOTAL	348	

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6778 (IBGE, 2019).

Para ampliar a compreensão sobre a estrutura dos estabelecimentos agropecuários com até 10 hectares, buscou-se saber, com base na tabela 6772 do IBGE, a dimensão de terras ocupadas por essas atividades econômicas dentro no COREDE. Notou-se que as lavouras permanentes ocupam 3.112 hectares, em seguida vêm as lavouras temporárias, ocupando uma extensão de terras de 2.027 hectares.

Já a pecuária e criação de outros animais estão em terceiro lugar, pois possuem uma extensão de 1.716 hectares e, a horticultura e floricultura ocupam 186 hectares da terra (IBGE, 2019).

Na sequência, são apresentadas informações sobre as práticas agrícolas adotadas pelos estabelecimentos agropecuários familiares da região. Para isso, foram

investigadas por meio da tabela 6845 do Censo Agropecuário quais as opções de cultivos existentes e qual o número de estabelecimentos que adotam essas práticas.

Para tanto, foram utilizadas como base de pesquisas as opções estabelecidas pelo Censo Agropecuário, como: plantio em curva de nível, rotação de culturas, pousio/descanso de solos, proteção/conservação de encostas, recuperação da mata ciliar, reflorestamento para proteção de nascentes, estabilização de voçorocas, manejo florestal, outras práticas agrícolas e por fim nenhuma prática adotada (IBGE, 2019).

Com a sistematização das informações junto à tabela 21, evidencia-se que a heterogeneidade nos processos produtivos dos agricultores familiares é marcante na região. As informações demonstram que 37,84% dos estabelecimentos não adotam nenhuma prática agrícola e 28,85% fazem rotação de culturas, enquanto 18,99% das unidades fazem uso de outras práticas de cultivos (IBGE, 2019).

Tabela 21 – Formas de plantios adotadas pelos produtores familiares do COREDE Litoral, em 2017

Práticas de plantio	Nº de estabelecimentos da agricultura familiar³³
Plantio em nível	350
Rotação de culturas	1633
Pousio ou descanso de solos	896
Proteção e/ou conservação de encostas	285
Recuperação de mata ciliar	233
Reflorestamento para proteção de nascentes	84
Estabilização de voçorocas	9
Manejo florestal	210
Outras práticas agrícolas	1075
Nenhuma prática adotada	2142
Total	6917

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6845 (IBGE, 2019).

Em relação ao uso de fertilizantes e adubação, buscou-se conhecer sobre os procedimentos dos agricultores familiares quanto ao uso ou não nas práticas de cultivos. Os resultados demonstraram que, dos 5.661 estabelecimentos da agricultura

³³ Acredita-se que esse total é diferente de 5.661 estabelecimentos familiares existentes, uma vez que é possível que em alguns estabelecimentos o produtor adote duas ou mais das práticas de plantio (IBGE, 2019).

familiar do COREDE Litoral, 4.591 fazem uso de adubação, enquanto 1052 não fazem uso dessa técnica, o que é desfavorável pois esgota a fertilidade do solo (IBGE, 2019).

Nesse sentido, a tabela 22 demonstra esses números, assim como traz essas informações para cada um dos municípios.

Tabela 22 – Nº de estabelecimentos Agropecuários familiares do COREDE Litoral, com uso ou sem uso de adubação, em 2017

Município	Uso de adubação	
	Fez adubação	Não fez adubação
Arroio do Sal	35	10
Balneário Pinhal	2	3
Capão da Canoa	2	3
Capivari do Sul	21	10
Caraá	870	122
Cidreira	13	12
Dom Pedro de Alcântara	231	24
Imbé	0	10
Itati	181	117
Mampituba	397	28
Maquiné	414	74
Morrinhos do Sul	508	48
Mostardas	228	204
Osório	320	84
Palmares do Sul	79	67
Terra de Areia	187	46
Torres	280	22
Tramandaí	29	10
Três Cachoeiras	491	118
Três Forquilhas	303	38
Xangri-lá	0	2
Total	4591	1052

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6847 (IBGE, 2019).

Além disso, a pesquisa buscou identificar o número de estabelecimentos agropecuários familiares que utilizam produtos químicos ou orgânicos, inclusive os dois procedimentos de forma concomitante, junto às práticas de produção.

As informações demonstraram que 54,61% das unidades de produção familiar (UPF) fazem uso de adubação química, 13,46% fazem uso de adubação orgânica e 31,93% dos estabelecimentos utilizam as duas formas de adubação (IBGE, 2019).

Destes números podemos depreender que mais de 45% dos estabelecimentos utilizam adubação orgânica, mesmo que não exclusivamente.

Importante destacar que o Litoral Norte possui uma importante trajetória de implementação de iniciativas agroecológicas. Esta se inicia nos anos 1990, quando foi criada a Associação dos Colonos Ecologistas da Região de Torres (Acert), no município de Torres (HAAS; RAMBO; BOLTER, 2019).

A Acert é constituída a partir de um movimento que inicia na Serra Gaúcha e que dá origem ao Centro Ecológico ainda em 1985. O Centro é uma ONG que estimula a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela preservação ambiental e pela justiça social. Se estrutura nos núcleos Ipê-Serra e Litoral Norte (HAAS; RAMBO; BOLTER, 2019).

A partir da Acert outras famílias se engajaram em práticas de produção agroecológica e fundaram novos grupos, associações e cooperativas. Destaca-se a Associação dos Produtores Ecologistas da Luz do Canto dos Magnus (Apelcam), a Associação dos Produtores Ecologistas de Morrinhos do Sul (Apemsul), a Cooperativa de Consumidores de Produtos Ecológicos de Três Cachoeiras (Coopet), os Consumidores de Produtos Ecológicos de Torres (Ecotorres), os Produtores Ecologistas do Litoral Norte do RS e Sul de SC (Econativa), e a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT, 2018), tal como concluem Haas, Rambo e Bolter (2019).

Dessa maneira, e em números absolutos, a tabela 23 apresenta as formas de adubação utilizadas pelos agricultores familiares nos municípios do COREDE Litoral RS.

Tabela 23 – Formas de adubação utilizadas pelo Agricultor Familiar do COREDE Litoral, em 2017

Município	Uso de adubação		
	Fez adubação química	Fez adubação orgânica	Fez adubação química e orgânica
Arroio do Sal	2	21	12
Balneário Pinhal	0	2	0
Capão da Canoa	1	1	0
Capivari do Sul	20	1	0
Caraá	530	42	298
Cidreira	6	4	3

Dom Pedro de Alcântara	67	42	122
Imbé	0	0	0
Itati	120	39	22
Mampituba	212	51	134
Maquiné	286	42	86
Morrinhos do Sul	261	64	183
Mostardas	203	15	10
Osório	60	100	160
Palmares do Sul	63	12	4
Terra de Areia	133	18	36
Torres	141	43	96
Tramandaí	8	13	8
Três Cachoeiras	272	80	139
Três Forquilhas	122	28	153
Xangri-lá	0	0	0
	2507	618	1466

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6847 (IBGE, 2019).

No contexto sobre o uso de adubação por parte da agricultura familiar do COREDE, a pesquisa buscou identificar se esses estabelecimentos estão ou não associados a alguma entidade de classe e/ou cooperativas. Além disso, se estendeu a investigação para descobrir se a unidade de produção na condição de associada e de não associada à(s) entidade(s) recebe ou não orientação técnica e, se recebe, quais são as respectivas origens. Num segundo momento, foi realizada a análise para os estabelecimentos não associados à(s) entidade(s), associações e/ou cooperativas.

As informações obtidas demonstraram que dos 4.591 estabelecimentos da agricultura familiar da região que fazem uso de adubação, 46,96% não estão associados a nenhuma entidade de classe e ou cooperativa (IBGE, 2019). Já, 53,04% desses estabelecimentos que fazem uso do procedimento de adubação e fertilização de solos estão associados às entidades mencionadas (IBGE, 2019).

Na sequência, contabilizou-se que, do número de estabelecimentos associados à alguma entidade de classe, associação ou cooperativa, 61,48% não recebem quaisquer orientações técnicas sobre o uso de adubação e fertilização de solo (IBGE, 2019).

Outrossim, pelo grupo de estabelecimentos agropecuários familiares condicionados como associados à(s) entidade(s) e que recebem orientações técnicas acerca das práticas de adubação, constatou-se que o Estado, junto aos governos federais, estaduais ou municipais, foram as instituições que mais se mostraram

presentes entre as demais organizações de orientação, conforme é possível visualizar na tabela 24.

Tabela 24 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral associados à(s) entidade(s) de classe, associações e/ou cooperativas, e origem da orientação técnica recebida, em 2017

Origem da orientação técnica recebida	Nº estabelecimentos Agropecuários Familiares (AF)	%
Recebe	938	38,52
Governo (federal, estadual ou municipal)	641	61,48
Própria ou do próprio produtor	63	
Cooperativas	230	
Empresas integradoras	6	
Empresas privadas de planejamento	4	
Organização não-governamental (ONG)	63	
Sistema S	2	
Outra	42	
Não recebe	1497	
Total	2435	

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6848 (IBGE, 2019).

Na condição de estabelecimentos agropecuários familiares não associados à(s) entidade(s), associações e/ou cooperativas, constatou-se também um elevado número de unidades de produção sem o recebimento de orientação técnica para o uso de adubos e fertilizantes. Segundo o Censo Agropecuário 2017, dos 2.156 estabelecimentos agropecuários não associados, 1.682 autodeclararam não receber orientações técnicas sobre a temática de adubação e fertilização de solo por parte de entidades (IBGE, 2019).

Todavia, para esse grupo de produtores não associados, contabilizou-se que 474 recebem orientações de instituições sobre o uso de adubos e fertilizantes. Sob este aspecto, o governo federal, estadual ou municipal apresentou maior participação em assistir essa parcela da população da agricultura familiar no COREDE, conforme pode ser visualizado na tabela 25 (IBGE, 2019).

Tabela 25 – Demonstração do número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, NÃO associados à(s) entidade(s) de classe, associações e/ou cooperativas, quanto à origem da orientação técnica recebida, em 2017

Origem da orientação técnica recebida	Nº estabelecimentos	%
---------------------------------------	---------------------	---

	Agropecuários Familiares (AF)	
Recebe	474	21,99
Governo (federal, estadual ou municipal)	311	
Própria ou do próprio produtor	88	
Cooperativas	58	
Empresas integradoras	4	
Empresas privadas de planejamento	8	
Organização não-governamental (ONG)	12	
Sistema S	0	
Outra	34	
Não recebe	1682	78,01
Total	2156	

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6848 (IBGE, 2019).

Importante ressaltar que há um percentual maior de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral não associados à(s) entidade(s) de classe, associações e/ou cooperativas que não recebem assistência técnica em relação às que estão associadas a estas entidades. Os que não recebem orientação técnica representam 78,01% e 61,48% respectivamente.

Sob o aspecto dos agrotóxicos, o IBGE buscou investigar sobre a utilização destes para o controle de pragas e doenças, sendo considerado o uso em lavouras, pastagens, florestas, produtos de viveiros, produtos armazenados ou estocados (IBGE, 2019). De acordo com a tabela 26, verificou-se que, dos 5.661 estabelecimentos agropecuários familiares da região, 3.012 utilizam agrotóxicos (IBGE, 2019), o que representa 53,21% do total em questão. Por conseguinte, os estabelecimentos que não utilizaram representam 46,79%.

Tabela 26 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral que utilizaram e não utilizavam agrotóxicos, em 2017

Município	Utilizou	Não utilizou	Total	Estabelecimentos que utilizam agrotóxicos (%)
Arroio do Sal	4	41	45	8,89
Balneário Pinhal	0	5	5	0,00
Capão da Canoa	0	5	5	0,00
Capivari do Sul	10	21	31	32,26
Caraá	492	500	992	49,60
Cidreira	3	22	25	12,00
Dom Pedro de Alcântara	158	97	255	61,96
Imbé	0	10	10	0,00

Itati	126	172	298	42,28
Mampituba	349	76	425	82,12
Maquiné	332	156	488	68,03
Morrinhos do Sul	375	181	556	67,45
Mostardas	138	294	432	31,94
Osório	73	331	404	18,07
Palmares do Sul	57	89	146	39,04
Terra de Areia	139	94	233	59,66
Torres	192	110	302	63,58
Tramandaí	6	33	39	15,38
Três Cachoeiras	303	306	609	49,75
Três Forquilhas	255	86	341	74,78
Xangri-lá	0	2	2	0,00

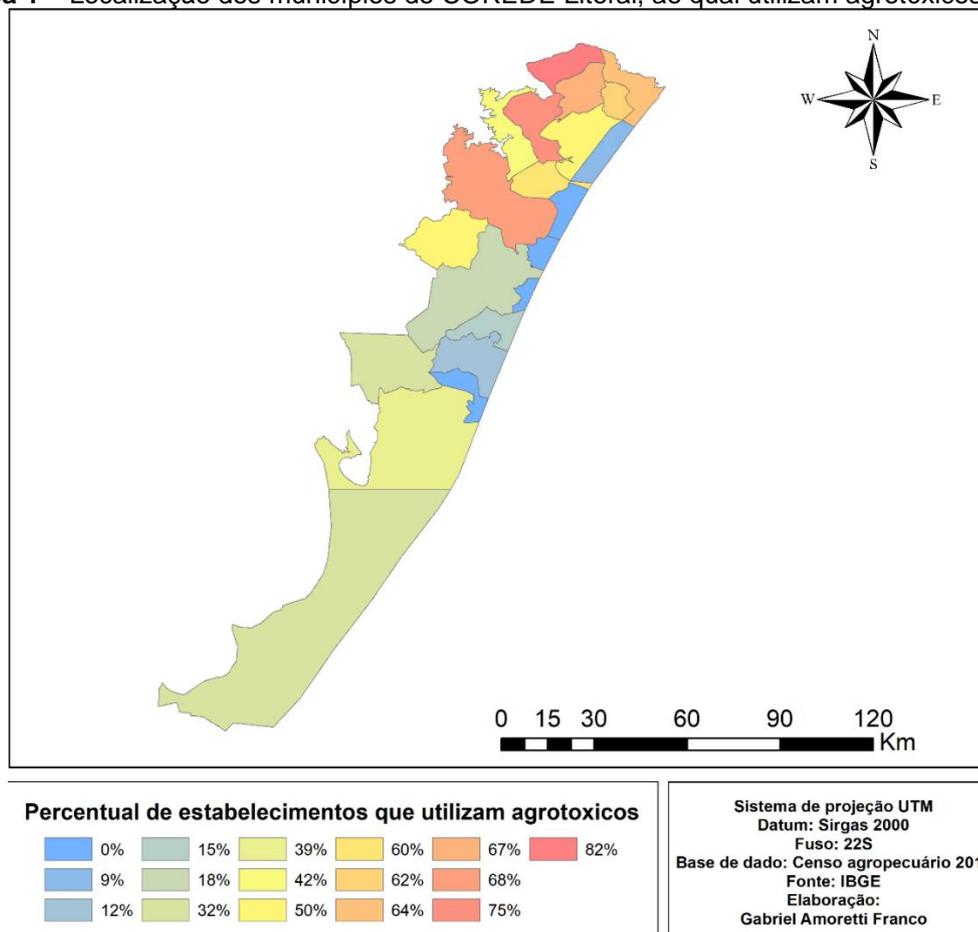
Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6851 (IBGE, 2019).

As informações chamaram a atenção ao apontar que os municípios que apresentaram maior participação de estabelecimentos agropecuários familiares em que se faz uso de agrotóxicos são aqueles localizados junto à borda do planalto Meridional, conforme mapa 2.

Esta região é justamente onde iniciou o movimento agroecológico nos anos 1990, o que evidencia que este é um movimento de resistência em meio à utilização significativa de agrotóxicos decorrentes do pacote tecnológico provindo da modernização da agricultura.

Os dados de alguns municípios merecem ser destacados. Em Arroio do Sal, por exemplo, 91,11% dos estabelecimentos não utilizaram agrotóxicos. Municípios reconhecidos pelo turismo de veraneio, como Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Imbé e Xangri-lá têm um grande percentual de propriedades que não utilizam agrotóxicos, mas estes não possuem mais de 10 estabelecimentos familiares.

Mapa 1 – Localização dos municípios do COREDE Litoral, ao qual utilizam agrotóxicos, 2017



Fonte: organização própria para esta pesquisa.

As informações coletadas demonstraram que, dos 3.012 estabelecimentos agropecuários familiares na região que fazem uso de agrotóxicos, 1.640 deles estão associados a entidades de classes e ou cooperativas, enquanto 1.372 encontram-se como não associados. Em linguagem estatística, verificou-se que 54,45% das unidades de produção familiares que utilizam agrotóxicos são associadas, e 45,55% não estão associados ou vinculadas a organizações de classe e ou cooperativas (IBGE, 2019).

Na condição de associado a entidades de classe e/ou sindicato, os produtores que fazem aplicação de agrotóxicos representam 1355 estabelecimentos (IBGE, 2019). O que significa dizer que 82,62% dos 1640 estabelecimentos associados e que fazem uso de agrotóxicos também recebem orientação técnica por parte de entidade de classe e/ou sindicato. Ou seja, percebe-se um paradoxo entre a disseminação do pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, por diferentes atores, e a resistência de outros por meio da produção orgânica/agroecológica.

Outra característica da agricultura familiar do COREDE Litoral observada diz respeito à associação do agricultor à cooperativa, conforme pode ser visualizado na tabela 27.

Os dados apontam que 22,25% dos 1640 estabelecimentos agropecuários associados recebem orientação técnica sobre o uso de agrotóxicos por meio das cooperativas. Todavia, não se consegue saber se esses números são exclusivos, ou se os produtores também estão associados de forma paralela com outras instituições.

Tabela 27 –Tipos de associação do produtor(a) familiar do COREDE Litoral, que recebem orientação sobre o uso de agrotóxicos, em 2017

Tipo de associação do produtor que faz uso de agrotóxicos	nº de estabelecimentos
É associado	1640
Cooperativa	365
Entidade de classe/sindicato	1355
Associação/movimento de produtores	40
Associação de moradores	2

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6851 (IBGE, 2019).

Quanto ao recebimento ou não da orientação técnica, observou-se que 67,83% dos estabelecimentos que fazem uso de agrotóxicos informaram não receber orientação técnica (IBGE,2019). Já em 969 estabelecimentos familiares, os produtores autodeclararam receber a orientação técnica (IBGE, 2019).

Sobre esse último, a pesquisa objetivou investigar a origem da orientação técnica recebida pelo agricultor familiar que faz uso de agrotóxicos. Segundo os dados, instituições dos governos federal, estadual ou municipal são os agentes que apresentaram maiores indicadores nesse sentido. Em seguida, aparecem as cooperativas como fornecedoras de orientações técnicas (IBGE, 2019).

Nesse sentido, a tabela 28 foi elaborada para ilustrar com maior exatidão os dados, inclusive, para que se possa observar as informações por cada um dos 21 municípios da região.

A tabela 28 chama a atenção por demonstrar que 64,71% dos estabelecimentos que fazem uso de agrotóxico indicam que buscam orientações junto ao poder público. Isso demonstra que a participação do Estado como fornecedor de orientação técnica é mais representativa na região.

Por outro lado, constata-se uma tímida participação e/ou envolvimento de outros atores do desenvolvimento sobre o uso de agrotóxicos pelos agricultores familiares, como é o caso das empresas integradoras, empresas privadas de planejamento e ONGs.

Além disso, os valores zerados quanto ao Sistema S, junto à tabela 28, podem estar evidenciando que se trata de um agente técnico desconhecido dos produtores, ou, até mesmo, a inexistência quanto a projetos e ações voltados à capacitação dos produtores familiares.

Segundo Niquito, Ely e Ribeiro (2018), o Sistema S incorpora um conjunto de nove organizações que buscam o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica tanto para empresas quanto para empregados.

Muito embora esse sistema S possa ter em sua maioria objetivos voltados para empresas e funcionários, trata-se de entidades não ligadas ao poder público, que prestam serviços de interesse público, como educação profissional, serviços ligados ao bem-estar social, serviços de aprendizagem rural e do cooperativismo, entre outras (BRASIL, 2020). Portanto, o Sistema S trata-se de um instrumento de política pública.

Tabela 28 – Origem da orientação técnica recebida pelo Agricultor familiar do COREDE Litoral RS que fez uso de agrotóxicos e ou pesticidas, em 2017

Municípios	Recebe	Governo (federal, estadual ou municipal)	Própria ou do próprio produtor	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresas privadas de planejamento	Organização não-governamental (ONG)	Outra
Arroio do Sal	4	4	0	0	0	0	0	0
Balneário Pinhal	0	0	0	0	0	0	0	0
Capão da Canoa	0	0	0	0	0	0	0	0
Capivari do Sul	9	4	5	0	0	1	0	0
Caraá	189	183	3	2	0	1	0	1
Cidreira	2	2	0	0	0	0	0	0
Dom Pedro de Alcântara	61	58	2	2	0	1	0	0
Imbé	0	0	0	0	0	0	0	0
Itati	32	24	2	11	1	0	0	0
Mampituba	116	15	13	72	0	3	4	27
Maquiné	58	47	13	0	0	0	0	3
Morrinhos do Sul	97	46	5	45	2	1	1	12
Mostardas	38	6	31	1	0	1	0	1
Osório	26	20	5	1	0	0	0	0
Palmares do Sul	42	19	12	9	4	0	0	1
Terra de Areia	34	29	2	3	1	0	7	0
Torres	126	56	5	65	0	1	0	18
Tramandaí	2	2	0	0	0	0	0	0
Três Cachoeiras	74	60	4	13	1	1	3	3
Três Forquilhas	59	52	3	11	0	1	0	0
Xangri-lá	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	969	627	105	235	9	11	15	66

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6852 (IBGE, 2019).

A tabela 28 nos permite destacar os municípios como Caraá, com 379 estabelecimentos que fazem uso de agrotóxico, e que mais recebem orientação técnica. Após, vêm os municípios: Torres com 271 estabelecimentos; Mampituba com 250 estabelecimentos; e, por fim, Morrinhos do Sul, com 209 estabelecimentos agropecuários, como sendo os quatro municípios que mais recebem orientação técnica e utilizam de agrotóxico (IBGE, 2019).

Segundo o Censo Agropecuário 2017, a maior concentração de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral em que se faz uso de agrotóxicos ou pesticidas pertence àqueles cuja área possui entre 0 e a menos de 5 hectares. Em números estatísticos, as informações indicaram que em 59,40% dos 3.042 estabelecimentos nos quais o produtor utilizou agrotóxico a área ocupada³⁴ é de até 5 hectares (IBGE, 2019).

Assim, e por meio da tabela 29, busca-se demonstrar esse levantamento e seu refinamento por grupo de áreas de lavoura dos estabelecimentos.

Tabela 29 – Área dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral em que o produtor fez uso de agrotóxico, em 2017

Área dos estabelecimentos	Nº de estabelecimentos que usam agrotóxicos	Total de estabelecimentos do estrato	% do estrado que usa agrotóxicos
Maior de 0 a menos de 5 ha	1789	1889	59,40
De 5 ha a menos de 10 ha	693	1387	23,01
De 10 há a menos de 20 ha	290	1255	9,63
De 20 ha a menos de 50 ha	141	902	4,68
De 50 ha a menos de 100 ha	48	247	1,59
De 100 ha a menos de 200 ha	1	4	0,03
Produtor sem área de lavoura	50	0	1,66
Total	3012	5.661	-

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6852 (IBGE, 2019).

Ao analisar os números elevados de unidades produtivas com uso de agrotóxicos, cujas áreas estão compreendidas com baixas dimensões e de disponibilidades para produção, entende-se que esse fenômeno pode estar atrelado a aspectos como dificuldades de acesso às terras e às tecnologias, por exemplo.

³⁴ Neste caso, estamos considerando a variável “Grupo área de lavoura”, na tabela 6852 do Censo Agropecuário 2017.

Outrossim, esses dados se confirmam quando relacionarmos os 1.789 estabelecimentos nessa situação com as informações contidas no mapa 2 desta pesquisa, onde estão identificados os municípios que apresentaram maior número de unidades produtivas com o uso de agrotóxico.

Assim, elaborou-se a tabela 30, a qual permitiu identificar que, em média³⁵, 61,30% dos 1789 estabelecimentos pertencem aos municípios de Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul, Maquiné, Torres, Tramandaí e Três Forquilhas (IBGE, 2019).

Tabela 30 – Área dos municípios que apresentaram maior número de unidades produtivas com o uso de agrotóxico no COREDE Litoral, em 2017

Município	área maior de 0 a menos de 5 ha	Utilizou agrotóxicos	Utilizou agrotóxicos (%)
Morrinhos do Sul	192	375	51,2
Mampituba	178	349	51,00
Maquiné	215	332	64,76
Três Forquilhas	161	255	63,14
Torres	80	192	41,67
Dom Pedro de Alcântara	101	158	63,92
Terra de Areia	91	139	65,47
Caraá	393	492	79,88
Itati	89	126	70,63

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados das tabelas 6851 e 6852 (IBGE, 2019).

Para que pudéssemos nos certificar, testamos as mesmas variáveis selecionadas na tabela 6852 do Censo Agropecuário 2017 para as unidades territoriais como Brasil e para o estado Rio Grande do Sul.

As informações se confirmaram para o nível nacional, no qual 58,39% dos estabelecimentos agropecuários que utilizam ou utilizaram agrotóxicos, até a data de referência do IBGE, têm uma área de maior de 0 a menos de 5 hectares. O Rio Grande do Sul, para esse grupo de área, apresentou 42,24% dos estabelecimentos (IBGE, 2019).

³⁵ Para se chegar nesse valor, usou-se a fórmula “MÉDIA” simples, do Excel, sobre os valores de percentuais, apresentados na quarta coluna da tabela 26.

De acordo com o IBGE (2019), sobre a produção orgânica, a série agropecuária 2017 buscou identificar se o produtor fazia agricultura ou pecuária orgânica certificada.

As informações levantadas demonstram que 4,70% dos estabelecimentos da agricultura familiar do COREDE Litoral declararam desenvolver no estabelecimento a agricultura ou pecuária orgânica certificada (IBGE, 2019).

Entretanto, esta produção não está presente em todos os municípios da região, sendo encontrada em 13 dos 21 municípios, conforme registra-se na tabela 31 desta pesquisa (IBGE, 2019).

Tabela 31 – Municípios e número de estabelecimentos da Agricultura familiar com produção orgânica no COREDE Litoral RS, em 2017

Município	Total de estabelecimentos Agropecuários familiares	Nº de estabelecimentos que faz uso de Produção Orgânica	Estabelecimentos que faz uso de Produção Orgânica (%)
Três Cachoeiras	609	58	9,52
Morrinhos do Sul	556	53	9,53
Mampituba	425	31	7,29
Dom Pedro de Alcântara	255	24	9,41
Maquiné	488	21	4,30
Itati	298	20	6,71
Torres	302	13	4,30
Terra de Areia	233	11	4,72
Osório	404	10	2,48
Três Forquilhas	341	10	2,93
Caraá	1001	9	0,90
Mostardas	435	3	0,69
Palmares do Sul	147	3	2,04
Total		266	

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6853 (IBGE, 2019).

Outra informação importante sobre a perspectiva da produção orgânica agropecuária da região e que auxilia a tecer o retrato da agricultura familiar da com mais detalhes, consiste na idade do produtor que realiza esse tipo produtivo. Muito embora, na região existam poucos jovens dirigindo os estabelecimentos agropecuários, as informações chamam a nossa atenção, quando verificamos o estilo de produção orgânica, a idade do produtor é de 45 anos ou mais. De

acordo com a tabela 32, apuramos que em 81,96% das 266 unidades de produção, o produtor está neste estrato de idade.

Tabela 32 – Classe de idade do produtor da agricultura e ou pecuária orgânica familiar do COREDE Litoral, em 2017

Classe de idade do produtor da agricultura e ou pecuária orgânica	Total
Menor de 25 anos	3
De 25 a menos de 35 anos	13
De 35 a menos de 45 anos	32
De 45 a menos de 55 anos	75
De 55 a menos de 65 anos	81
De 65 a menos de 75 anos	51
De 75 anos e mais	11
Não se aplica	0
Total	266

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6853 (IBGE, 2019).

O baixo número de jovens à frente dos estabelecimentos com produção orgânica certificada é preocupante. Porém, embora pudesse se esperar mais jovens à frente dos mesmos, esta não é uma problemática exclusiva deste tipo de produção, sendo uma questão geral da agricultura familiar, relacionada com a questão do envelhecimento da população rural. Pode-se observar pela tabela 32 que os estratos com maior número de pessoas à frente do estabelecimento está entre 45 e menos de 65 anos. Ou seja, a reprodução social e econômica dos agricultores familiares orgânicos também merece ser estudada.

Na próxima subseção, buscamos demonstrar as informações sobre os aspectos de irrigação e recursos hídricos existentes nos estabelecimentos agropecuários.

3.4 Irrigação e recursos hídricos nos estabelecimentos familiares da região

Além do fator de produção terra, a agropecuária necessita de outros fatores, principalmente de água. Para Ferrarini e Filho (2020), o setor agropecuário é dependente de dois fatores de produção, os quais “são complementares entre si, sendo eles: terra e água, independentemente da tecnologia disponível e da região” (FERRARINI; FILHO, 2020, p. 69). Neste sentido, os autores explicam que, como cada região do país possui

características biofísicas específicas sobre seus recursos hídricos, isso suscitou iniciativas diferenciadas por parte de seus agricultores e gestores para que pudessem ter acesso a esses recursos.

Desse modo, a irrigação tem surgido como uma alternativa tecnológica adotada pelos produtores rurais em virtude da crescente busca por ferramentas adequadas em promover o aumento da produtividade e a viabilidade econômica das lavouras (SILVA, et al., 2021). No caso do Rio Grande do Sul, podemos citar os frequentes períodos de seca, além do fato da região possuir um ecossistema frágil, com muitas lagoas, rios, vertentes e nascentes, cujo lençol freático se caracteriza como superficial.

Nesse sentido, buscou-se caracterizar os aspectos hídricos e de irrigação da agricultura familiar do COREDE Litoral. Para isso, foram utilizadas as tabelas 6778, 6857 a 6961 do Censo Agropecuário 2017.

Antes de adentrarmos nas informações coletadas, o IBGE (2019) define como irrigação o que segue:

Considera-se irrigação a prática de aplicar água, que não a da chuva, diretamente à superfície do solo cultivado com pastos ou culturas, em quantidades e intervalos determinados, com a finalidade de fornecer água às plantas em condições apropriadas ao seu crescimento e produção (p.23).

As notas técnicas do Censo Agropecuário 2017 consideraram também como métodos de irrigação: Irrigação por superfície – Inundação; Irrigação localizada – gotejamento; Irrigação por aspersão – aspersão convencional; outros métodos de irrigação – molhação; Irrigação por aspersão – autopropelido/carretel; outros métodos de irrigação – subsuperficial; Irrigação por aspersão – pivô central; irrigação localizada – outros métodos; irrigação por superfície – sulcos (IBGE, 2019).

Desse modo, constatou-se por meio das tabelas 6778 e 6857 que 12,93% dos estabelecimentos agropecuários familiares, distribuídos em 11 municípios (tabela 33) da região, possuem alguma das tecnologias de irrigação consideradas nas notas técnicas do IBGE.

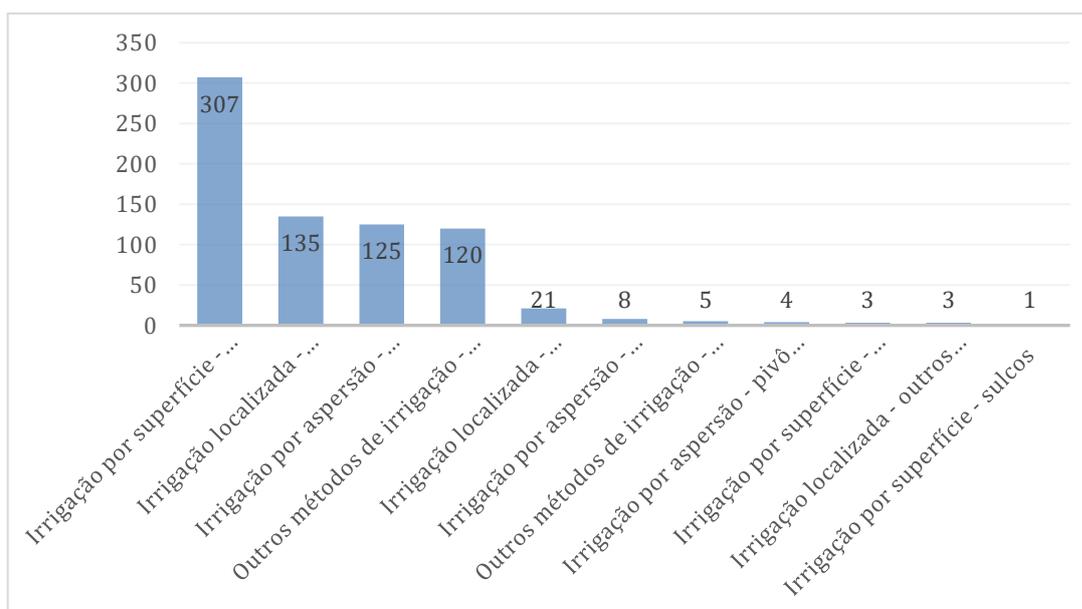
Tabela 33 – Área dos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral com irrigação, em 2017

Municípios do COREDE Litoral RS com Irrigação	Área (ha)	Tipo/Método utilizado para irrigar
Capivari do Sul	281	Irrigação por superfície – inundação
Caraá	2	Outros métodos de irrigação – molhação
Dom Pedro de Alcântara	44	Irrigação por superfície – inundação
Itati	35	Irrigação por aspersão - aspersão convencional
Maquiné	116	Irrigação por aspersão - aspersão convencional
Morrinhos do Sul	14	Irrigação localizada – gotejamento
Mostardas	2624	Irrigação por superfície – inundação
Osório	172	Irrigação por superfície – inundação
Torres	2163	Irrigação por superfície – inundação
Três Cachoeiras	7	Irrigação por aspersão - aspersão convencional
Três Forquilhas	47	Irrigação por aspersão - aspersão convencional
Total	5505	

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6857 (IBGE, 2019).

Quanto à área irrigada, constatou-se por meio dos dados disponíveis que o COREDE possui uma dimensão de 5.505 hectares, as quais estão distribuídas conforme a tabela 33. Muito embora o indicador tenha se mostrado baixo, os dados permitiram observar que a agricultura familiar da região também adota uma diversidade de métodos, destacando-se: a irrigação por superfície; irrigação localizada – gotejamento; irrigação por aspersão; e outros métodos de irrigação conforme podemos observar no gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral com irrigação, em 2017 – Por tipo de método adotado



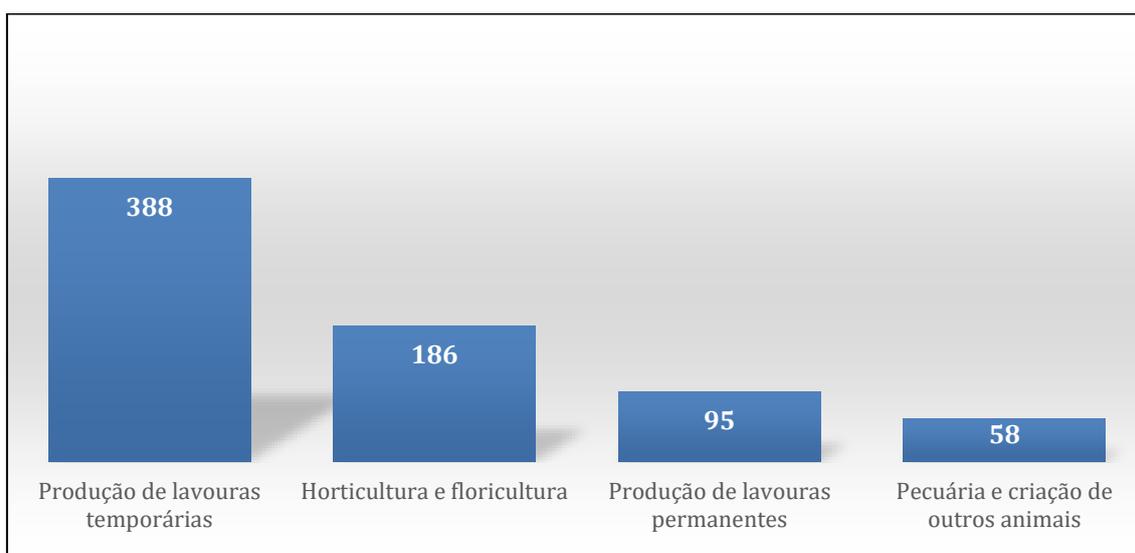
Fonte: Produzida pela autora com base nos dados das tabelas 6778 e 6857 (IBGE, 2019).

Quanto ao número de estabelecimentos com uso de irrigação, foi identificado, por meio das informações disponíveis na tabela 6857 do Censo, que a região possui 732 unidades de produção com esse tipo de tecnologia (IBGE, 2019).

Dentro desse universo, identificou-se que o município de Torres apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários na região com uso de irrigação. Conforme a tabela 6857 do Censo, Torres possui 133 estabelecimentos, o que representa 18,17% das 732 unidades de produção com irrigação na região. Na segunda posição vem o município do Caraá, com 95 estabelecimentos, representando 12,98 % das 732 propriedades familiares com irrigação na região. Observou-se também que o município de Imbé, no período de referência do Censo Agropecuário 2017, não apresentou propriedades rurais com o uso do recurso hídrico (IBGE, 2019).

Além disso, as informações disponíveis na tabela 6858 permitiram conhecer sobre essa variável dentro da ótica dos grupos de atividades econômicas. Nesse sentido, notou-se que dos 732 estabelecimentos familiares com irrigação, 53% deles utilizam as técnicas junto às lavouras temporárias; 25,41% na horticultura e floriculturas; 12,98% em lavouras permanentes, e/ou 7,92% pela pecuária, conforme podemos observar pelo gráfico 4 (IBGE, 2019).

Gráfico 4 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral RS com irrigação - Por Grupo de atividade econômica, em 2017



Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6858 (IBGE, 2019).

As informações permitiram constatar que o sistema de irrigação por inundação é o método mais utilizado entre os produtores agropecuários familiares da região, presente em 307 estabelecimentos (IBGE, 2019). Em seguida, tem-se a irrigação localizada por gotejamento, em 135 estabelecimentos, e pode ser encontrada nesses quatro grupos de atividades econômicas (IBGE, 2019).

Na sequência, aparece a irrigação por aspersão – aspersão convencional e a existência de outros métodos de irrigação – por molhação, como alternativas adotadas pelos agricultores familiares com maior frequência. Pelo método de aspersão convencional, visualizou-se 125 estabelecimentos com esse tipo de irrigação, enquanto pelo método de molhação, encontrou-se o total de 115 unidade de produção familiar (IBGE, 2019).

Constatou-se também, por meio da tabela 6859, que estabelecimentos familiares com área de até 10 hectares, os métodos como irrigação localizada – gotejamento, irrigação – molhação e irrigação por aspersão – convencional, são os sistemas mais utilizados por produtores em estabelecimentos com baixa dimensão de terras (IBGE, 2019).

Os dados sobre irrigação vão ao encontro das constatações de Ferrarini e Filho (2020). Os sistemas agropecuários necessitam e demandam a cada dia mais tecnologias e práticas que permitam ao agricultor familiar viabilizar o seu trabalho, qualitativa e quantitativamente, de modo a contribuir com a preservação dos recursos e melhoria da renda.

Além da irrigação, buscou-se junto ao Censo Agropecuário 2017 saber sobre os recursos hídricos presentes nos estabelecimentos agropecuários familiares. Nesse sentido, foi possível conhecer informações acerca de nascentes, rios, riachos, lagos naturais, poços, cisternas e açudes presentes nas unidades de produção familiares (UPFs).

Para os recursos hídricos como poços e cisternas, o IBGE (2019) trouxe as seguintes definições:

Poço tubular profundo jorrante (poço artesiano) – poço tubular profundo, cuja pressão da água é suficiente para fazê-la subir à superfície, não sendo necessário o uso de bombas para extraí-la. Também denominado poço surgente;

Poço tubular profundo não jorrante (poço semiartesiano) – poço tubular profundo, cuja pressão da água não é suficiente para fazê-la

subir à superfície, sendo necessário o uso de bombas para extraí-la;
Poço comum (convencional, caipira ou cacimba) – poço cavado manualmente e quase sempre revestido por pedras sobrepostas, manilhas, anéis de cimento etc. Não é um poço tubular profundo e é construído para captar e armazenar água do lençol d'água subterrâneo (camada permeável mais superficial do solo, por onde penetra a água da chuva). O nível de água desse tipo de poço varia conforme o volume de chuvas;

Cisterna – compartimento no qual a água é armazenada, visando sua utilização imediata ou futura. Por meio de calhas, dispostas nos telhados, a água da chuva é recolhida à cisterna, que pode estar sobre a terra ou enterrada (IBGE, 2019, p. 23).

De acordo com a tabela 6860 do Censo, visualizou-se que em um total de 6.615 estabelecimentos agrícolas e ou de pecuária familiares da região há um ou mais recursos hídricos, conforme podemos visualizar na tabela 34. Esse número nos permite perceber que existem estabelecimentos agropecuários com mais de um recurso hídrico sendo utilizado (IBGE, 2019).

Tabela 34 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral por tipo de recursos hídricos disponíveis, em 2017

Tipos de recurso hídrico	N. de Estabelecimentos
Nascentes - protegidas por matas	1831
Nascentes - não protegidas por matas	205
Rios ou riachos - protegidos por matas	1774
Rios ou riachos - não protegidos por matas	401
Poços e/ou cisternas - poços convencionais	775
Poços e/ou cisternas - poços tubulares profundos jorrantes	36
Poços e/ou cisternas - poços tubulares profundos não jorrantes	1557
Poços e/ou cisternas – cisternas	36
Total dos recursos hídricos	6615

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6860 (IBGE, 2019).

Sobre o recurso hídrico como nascentes protegidas por matas, observou-se, por meio das informações, que 1.700 estabelecimentos possuem esse tipo de recurso e estão localizados junto à borda do planalto Meridional, compreendidos entre os municípios como: Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Três Cachoeiras e Três Forquilhas (IBGE, 2019).

Observou-se que o mesmo acontece para os recursos hídricos rios ou riachos protegidos por matas. Porém as informações permitiram visualizar que a

maior concentração de estabelecimentos com este recurso hídrico está nos municípios de Caraá, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos, Osório, Terra de Areia, Três Cachoeiras e Três Forquilhas (IBGE, 2019).

Cabe destacar aqui que nos municípios de Morrinhos do Sul, Mampituba, Maquiné, Três Forquilhas, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Terra de Areia, Caraá e Itati foram mapeados nesta pesquisa (tabela 26 e mapa 2) como localizações onde a agricultura familiar se destaca pelo elevado uso de agrotóxicos.

Ainda nessa perspectiva, sobre as características da agricultura familiar com recursos hídricos, buscou-se cruzar essas informações com os grupos de atividades econômicas.

Desse modo, as informações disponíveis na tabela 6861 do Censo Agropecuário 2017 nos possibilitaram visualizar que os estabelecimentos agropecuários com recursos hídricos são ocupados, em sua maioria, por lavouras temporárias e/ou com a pecuária e criação de outros (IBGE, 2019).

Dessa forma, a tabela 35 desta pesquisa traz essas informações, nos permitindo observar que nos estabelecimentos agropecuários familiares há recursos hídricos, porém, não é possível saber se utilizam alguns deles, ou mais de um tipo de recursos.

Outrossim, as informações contidas na tabela 35 permitem compreender que os recursos hídricos como poços tubulares profundos e não jorrantes, rios e riachos protegidos por matas, assim como nascentes protegidas por matas, são os sistemas hídricos que estão presentes em maior número de estabelecimentos agropecuários.

Na sequência foram levantadas as características dos estabelecimentos agropecuários familiares da região quanto aos aspectos de armazenagem, capacidades de armazenamento, mecanização e tecnologia.

Tabela 35 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares, do COREDE Litoral por grupo de atividade econômica em 2017.

Grupos de atividade econômica	Poços e/ou cisternas - poços tubulares profundos não jorrantes	Rios ou riachos - protegidos por matas	Nascentes - protegidas por matas	Poços e/ou cisternas - poços convencionais	Rios ou riachos - não protegidos por matas	Nascentes - não protegidas por matas	Poços e/ou cisternas - cisternas	Poços e/ou cisternas - poços tubulares profundos jorrantes	Total
Produção de lavouras temporárias	874	760	706	406	145	76	10	15	2992
Horticultura e floricultura	105	168	106	69	27	8	5	2	490
Produção de lavouras permanentes	170	638	699	225	190	84	6	8	2020
Pecuária e criação de outros animais	1107	538	583	231	153	108	26	18	2764
Total	2256	2104	2094	931	515	276	47	43	8266

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6861 (IBGE, 2019).

3.5 Infraestruturas de armazenamento dos estabelecimentos da agricultura familiar

Segundo o IBGE (2019), foram considerados como unidades armazenadoras os seguintes modelos: armazéns convencionais e estruturais, armazéns infláveis (exceto os silos-bolsa ou silo bag), armazéns graneleiros ou generalizados e silos.

Dessa maneira, a pesquisa aqui apresentada buscou identificar e quantificar o número e a capacidade total das unidades de armazenamento existentes nas unidades de produção familiares, na data de referência do Censo Agropecuário 2017. Para que isso fosse possível foram utilizadas como base as tabelas 6866 e 6867, as quais trazem dados e informações sobre a perspectiva de armazenagem.

De acordo com a tabela 6866, o COREDE Litoral possui 509 estabelecimentos agropecuários com algum tipo dos modelos de armazenagem. Desse número, observou-se que a agricultura familiar da região, em 47,15% unidades de produção, dispõe de algum dos modelos armazenadores (IBGE, 2019).

Notou-se também que esses 240 estabelecimentos agropecuários familiares estão concentrados em 9 dos 21 municípios do COREDE Litoral. Esses municípios são: Capivari do Sul, Caraá, Mampituba, Maquiné, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Torres e Três Forquilhas (IBGE, 2019).

Todavia, em municípios como Capivari do Sul e Caraá, os dados foram omitidos pelo IBGE, segundo as notas da tabela 6866 do Censo. Isso aconteceu em outros municípios que constam em nossa tabela 36. Mesmo que as informações tenham sido omitidas, consideramos nesta pesquisa que os nove municípios elencados na tabela 36 possuem algum tipo de local de armazenamentos, porém, não conseguimos identificar o número encontrado pelo IBGE junto ao Censo Agropecuário 2017.

Mostardas demonstrou ser o município da região com maior número de estabelecimentos agropecuários familiares com unidades de armazenamentos. Em números absolutos, observou-se que nesse município existem 179 unidades de produção com armazenamento, seguido de Palmares do Sul, com 20 estabelecimentos agropecuários com estrutura de armazenagem (IBGE, 2019).

Ao relacionarmos essas informações com os grupos de atividades econômicas, constata-se que dois grupos possuem algum tipo de unidades armazenadoras: a pecuária e criação de outros animais e a produção de lavouras temporárias.

De acordo com a tabela 6867 do Censo, a pecuária e criação de outros animais possui: 100 estabelecimentos com armazéns convencionais; 2 estabelecimentos com armazéns graneleiros e granelizados; e 5 estabelecimentos com silos (IBGE, 2019).

Já na produção de lavouras temporárias, constata-se a existência das estruturas: 55 estabelecimentos com armazéns convencionais; 9 estabelecimentos com armazéns graneleiros e granelizados; e 24 estabelecimentos com silos (IBGE, 2019).

Nesse sentido, e com base nas informações disponíveis na tabela 6866 do IBGE, constatou-se que a agricultura familiar na região possui 299 unidades de armazenamentos distribuídos em 240 estabelecimentos. Além disso, notou-se que os armazéns convencionais e estruturais e os silos são os modelos de guardas mais utilizados pelos produtores, conforme podemos verificar na tabela 36.

Tabela 36 – Número de unidades armazenadoras, da agropecuária familiar do COREDE Litoral RS, em 2017 - Por modelo de armazenagem

Municípios do COREDE Litoral RS	Armazéns convencionais e estruturais	Armazéns graneleiros e granelizados	Silos
Capivari do Sul	0	0	-
Caraá	0	0	-
Mampituba	-	0	0
Maquiné	-	0	-
Mostardas	183	24	51
Osório	-	-	0
Palmares do Sul	0	0	24
Torres	0	0	11
Três Forquilhas	6	0	0
Total	189	24	86

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6866 de (IBGE, 2019).

Quanto aos grupos de atividades econômicas, as informações demonstraram que os armazéns convencionais e estruturais são encontrados com maior frequência entre os estabelecimentos ocupados pela pecuária e criação de outros animais e os ocupados por lavouras temporárias.

Em números, identificou-se que, do total dos 165 estabelecimentos com armazéns do tipo convencionais e estruturais, 103 são estabelecimentos ocupados de forma predominante pela pecuária e criação de animais e 59 estabelecimentos com lavouras temporárias (IBGE, 2019). Nesse tipo de armazém também foram

encontradas informações em 2 estabelecimentos ocupados predominantemente por lavouras permanentes e 1 estabelecimento no qual a aquicultura se apresenta preeminente (IBGE, 2019).

Os silos foram a segunda modalidade de acondicionamento mais utilizada pelos produtores familiares, dentro da perspectiva que trata sobre os grupos de atividades econômicas. De acordo com as informações da tabela 6867, do total de 63 estabelecimentos agropecuários familiares que declararam possuir silos, 53 estão ocupados por lavouras temporárias e 8 têm a origem na pecuária e criação de outros animais. Para os estabelecimentos com produção permanente e para os que estão ocupados por florestas plantadas, foi encontrado apenas 1 registro para cada um desses dois grupos (IBGE, 2019).

Os armazéns graneleiros e granelizados apresentaram um total de 12 estabelecimentos agropecuários com essa estrutura, sendo que 9 desse total são encontrados em lavouras temporárias e 3 são utilizados pela pecuária e criação de outros animais.

Quanto ao número de unidades de armazenagem por grupos de atividades econômicas, em razão da pouca disponibilidade de informações sobre essas variáveis junto à tabela 6867 do Censo Agropecuário 2017, obteve-se apenas a informação sobre os armazéns convencionais e estruturais.

Dessa forma, identificou-se que a agricultura familiar do COREDE Litoral RS possui 117 unidades de armazéns convencionais e estruturais, ambos utilizados pela atividade econômica da pecuária e criação de outros animais (IBGE, 2019). Como capacidade de armazenamento, observou-se que essas 117 unidades podem acomodar 1549 toneladas de produtos da pecuária e de criação de outros animais (IBGE, 2019).

No capítulo 2, a revisão bibliográfica nos permitiu verificar que a busca do Estado brasileiro em promover o desenvolvimento por meio do crescimento econômico provocou grandes mudanças no espaço agrário do país. O modelo artesanal e rudimentar até então vigente foi substituído por maquinários, tratores e insumos modernos, que permitiriam o aumento da produção e maiores ganhos no processo produtivo, sendo que, esse último não ocorreu para o agricultor familiar (TEIXEIRA, 2005). De acordo com esta mesma fonte, essa transformação na

agricultura do país não só promoveu modificações nas bases técnicas e nos processos de produção, como trouxe mudanças nas relações sociais de trabalho.

De acordo com Santos (2008), quando estudou o processo de modernização da agricultura familiar no Sudoeste do Paraná, essa nova ordem não altera apenas as formas de se apropriar da terra, mas a própria forma de realizar o trabalho, o que, por sua vez, modifica a identidade de seus atores e provoca mudanças territoriais. A partir desse momento, as estruturas de produção agropecuária passam a fazer uso de máquinas, implementos mecanizados, adubos e defensivos, por força do processo de modernização da agricultura do país (OLIVEIRA, et al., 2015).

A modernização, segundo Santos (2008), é um processo heterogêneo, que se caracteriza conforme as particularidades territoriais, ou seja, ela se configura de acordo com as condições políticas, econômicas, culturais ou ambientais em que se encontra, e também se transmuda à medida que as variáveis se modificam. Nesse sentido, tanto Santos (2008) quanto Teixeira (2005) afirmam que a modernização agropecuária está revestida na atualidade por formas de poder local.

Falar de modernização da forma teórica abordada até aqui não quer dizer que está se negando a modernidade e os seus benefícios, pelo contrário, o que se busca aqui é trazer uma breve reflexão no sentido de demonstrar o seu papel na formação do território da agricultura familiar, primordialmente dentro de um contexto de desenvolvimento regional.

De acordo com o manual do IBGE (2019), foram considerados os dados referentes à existência de tratores, máquinas e implementos no estabelecimento agropecuário, na data de referência. Para contabilizar essas informações, verificou-se que o IBGE (2019) definiu como modelos o seguinte:

Tratores – número de tratores existentes no estabelecimento, na data de referência, inclusive tratores de esteira e microtratores, identificando-se, desse total, aqueles com potência de 100 cv ou mais;

Semeadeiras ou plantadeiras – número de semeadeiras ou plantadeiras existentes no estabelecimento, na data de referência, considerando-se, também, as semeadeiras adubadeiras. Enxadas, cavadeiras, matracas etc. não foram consideradas como tal;

Colheitadeiras – número de colheitadeiras existentes no estabelecimento, na data de referência, excluindo-se desse total as máquinas fixas utilizadas para o beneficiamento de produto já colhido (desfibradoras, trilhadeiras etc.), bem como as foices, os facões etc., utilizados na colheita;

Adubadeiras ou distribuidoras de calcário – número de adubadeiras e distribuidoras de calcário existentes no estabelecimento, na data de referência [...] (p. 25).

Entretanto, é necessário esclarecer que as informações disponíveis nas tabelas do Sidra/IBGE que tratam sobre essas variáveis estão organizadas por grupos de instrumentos agrários, não sendo possível saber se a informação fala da adubadeiras ou da distribuidora de calcário.

Assim, para essa etapa da pesquisa foram utilizadas como fontes de coleta de dados as tabelas 6869, 6870, 6872 e 6873 do Censo Agropecuário 2017. Inicialmente, apresentamos as informações sobre tratores, após, constam as informações acerca das semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras, adubadeiras e/ou distribuidoras de calcários.

Na demonstração das informações estabeleceu-se que, inicialmente, serão apresentados os números de estabelecimentos agropecuários familiares que possuem tratores, máquinas e outros implementos agrário, assim como, número desses elementos existentes e potência, e em quais tipos de produção estão sendo utilizados.

Dadas as informações iniciais, para os tratores, buscou-se identificar a quantidade existente e sua potência. Assim sendo, por meio da tabela 6869, constatou-se que o setor agropecuário do COREDE Litoral conta com 2.634 estabelecimentos que possuem algum tipo de trator.

Notou-se que o sistema de produção familiar detém a maioria desses estabelecimentos agropecuários com posse de trator. Em outras palavras, as informações identificaram que das 2.634 unidades de produção agropecuárias existentes na região com trator, 73,24% são da agricultura familiar e 26,76% pertencem à agricultura não familiar.

Observou-se que os municípios que apresentaram maior número de estabelecimentos agropecuários com tratores são: Caraá, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Três Cachoeiras e Três Forquilhas (IBGE, 2019).

Todavia, entende-se que esse número ainda é pequeno, excepcionalmente quando comparado com os 5.661 estabelecimentos agropecuários do sistema de produção familiar existentes dentro do COREDE. Nesse sentido, constatou-se que em

34,01% dos estabelecimentos familiares existentes na região, seus declarantes informaram possuir tratores. Quanto ao número desses equipamentos nos estabelecimentos agropecuários familiares, identificou-se que há um total de 2.264 tratores (IBGE, 2019). Esse número não necessariamente significa uma limitação, uma vez que nem sempre é viável a manutenção individual dos tratores. Por sua vez, agricultores familiares podem compartilhar os equipamentos, configurando associações ou cooperativas, ou mesmo sendo atendidos por patrulhas agrícolas, sendo estas políticas públicas municipais. Mas outra análise pode ser feita sobre este dado: a de que são necessários equipamentos mais adequados ao porte da agricultura familiar e a sua diversidade de produção.

Quanto à potência desses equipamentos, identificou-se por meio das informações disponíveis que, dentro dos estabelecimentos agropecuários familiares, 1.675 dos tratores possuem até 100 cv e outros 204 tratores têm de 100 cv ou mais de potência, conforme pode ser observado na tabela 37.

Tabela 37 – Potência dos tratores utilizados nas atividades agropecuárias familiares, do COREDE Litoral, em 2017

Município	Potência dos tratores	
	Menos de 100 cv	De 100 cv e mais
Arroio do Sal	16	0
Balneário Pinhal	-	0
Capão da Canoa	0	-
Capivari do Sul	9	13
Caraá	68	14
Cidreira	16	0
Dom Pedro de Alcântara	189	3
Imbé	-	-
Itati	75	0
Mampituba	-	-
Maquiné	225	5
Morrinhos do Sul	314	3
Mostardas	98	93
Osório	89	22
Palmares do Sul	64	37
Terra de Areia	100	3
Torres	265	8
Tramandaí	10	3
Três Cachoeira	-	-
Três Forquilhas	137	0

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6869 (IBGE, 2019).

Observou-se por meio da tabela 37, que nos municípios de Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Cidreira, Itati, Três Forquilhas e Xangri-lá os estabelecimentos agropecuários familiares não possuem tratores com potência superior a 100 cv (IBGE, 2019).

Ao relacionarmos as variáveis número de tratores existentes e suas respectivas potências com as variáveis grupos de atividades econômicas, foi possível identificar que esse instrumento é utilizado predominantemente para a produção em lavouras permanentes e pela pecuária, (IBGE, 2019).

Observou-se, por meio das informações disponíveis na tabela 6870 do Sidra IBGE (2019), que a característica dos tratores utilizados na produção de lavouras permanentes, pecuária, horticultura e lavouras temporárias é de até 100 cv, conforme estruturado na tabela 38 (IBGE, 2019).

Tabela 38 – Número de Tratores por potência utilizados pelos grupos de atividades econômicas da agricultura familiar do COREDE Litoral em 2017

Grupo de atividade econômica	Agricultura familiar	
	Menos de 100 cv	De 100 cv e mais
Produção de lavouras temporárias	56	10
Horticultura e floricultura	77	0
Produção de lavouras permanentes	410	0
Pecuária e criação de outros animais	92	10

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6870 (IBGE, 2019).

As informações disponíveis na tabela 38 permitem constatar que os tratores com maior capacidade de força ainda são de pouco acesso e/ou de pouco uso pelos agricultores familiares (IBGE, 2019).

Dando seguimento ao proposto para esta etapa da pesquisa, identificou-se por meio da tabela 6872 do IBGE que a agricultura familiar do COREDE Litoral possui 154 estabelecimentos com semeadeira/plantadeiras, 123 com colheitadeiras e 103 com adubadeiras e/ou distribuidoras de calcários (IBGE, 2019). Em números, a região possui um total de 298 equipamentos agrícolas, sendo que 141 são semeadeira/plantadeiras, 95 são colheitadeiras e 62 unidades são de adubadeiras e/ou distribuidora de calcários (IBGE, 2019).

Pelos grupos de atividades econômicas, notou-se que há disponibilidade de poucas informações sobre a quantidade desses instrumentos agrários em uso durante a produção, conforme pode ser verificado na tabela 6873 do Censo Agropecuário

2017 (IBGE, 2019). Contudo, pode ser constatado que 58,16% das semeadeiras/plantadeiras existentes no COREDE Litoral são utilizadas na produção de lavouras temporárias, e 14,89% são utilizadas pela pecuária e criação de animais (IBGE, 2019).

Ao darmos prosseguimento à pesquisa, foram levantados também, dentro dos aspectos sobre máquinas e equipamentos disponíveis na agricultura familiar na região, as informações acerca da frota de veículos e aviões. Tal frota é definida pelo IBGE da seguinte forma:

Caminhões, utilitários, automóveis, motocicletas, aviões e aeronaves para uso agrícola – número de caminhões, utilitários, automóveis, motocicletas, aviões e aeronaves para uso agrícola existentes no estabelecimento, na data de referência, excluindo-se deste total os veículos utilizados somente para passeio ou lazer, bem como os caminhões, utilitários, automóveis, motos e aeronaves que eram somente de uso particular do 26 Censo Agropecuário 2017 • Resultados Definitivos produtor ou que não estiveram a serviço do estabelecimento na data de referência. Os ônibus para transporte de trabalhadores foram considerados como utilitários (IBGE, 2019, p. 25).

Segundo a tabela 6873 do Censo Agropecuário, o COREDE Litoral possui 2.264 estabelecimentos agropecuários com um ou mais de um veículo e/ou utilitários, e conta ainda com 2 estabelecimentos que possuem aeronaves, como pode ser visto na tabela 39 (IBGE, 2019).

Tabela 39 – Número de estabelecimentos agropecuários familiares no COREDE Litoral com veículos e/ou aeronaves em 2017

Município	Caminhões	Utilitários	Automóveis	Motos	Aviões
Arroio do Sal	0	9	0	3	0
Balneário Pinhal	0	0	0	0	0
Capão da Canoa	0	0	0	0	0
Capivari do Sul	2	6	4	3	0
Caraá	32	24	74	94	0
Cidreira	2	2	0	0	0
Dom Pedro de Alcântara	25	11	50	99	0
Itati	13	23	6	14	0
Mampituba	9	118	2	130	0
Maquiné	50	43	36	45	0
Morrinhos do Sul	12	9	44	187	1
Mostardas	18	29	47	40	1

Osório	41	59	34	11	0
Palmares do Sul	8	9	17	25	0
Terra de Areia	10	9	7	10	0
Torres	19	46	22	73	0
Tramandaí	5	4	7	6	0
Três Cachoeiras	24	58	71	87	0
Três Forquilhas	36	94	75	82	0
Xangri-lá	0	0	0	0	0
Total	306	553	496	909	2

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6873 (IBGE, 2019).

As informações constantes na tabela 39 permitem visualizar que em 40% dos estabelecimentos agropecuários a moto é o veículo mais utilizado. Após, verificou-se que com 24% estão os utilitários, e com 22% os automóveis indicados para o uso agrícola (IBGE, 2019).

Em relação à quantidade de veículos e aeronaves existentes na agricultura familiar da região, notou-se que muitas informações apresentaram a variável “X”, o que significa dizer que foram omitidas. Apesar disso, identificou-se que a frota pertencente à essa categoria social e econômica é constituída por 2.185 veículos (IBGE, 2019). Desse total, 839 são motos, 636 são utilitários, 467 são veículos e 243 são caminhões.

Já a tabela 40 nos permite visualizar a estrutura da frota de caminhões, utilitários, automóveis e motos que são destinados ou utilizados pelo produtor familiar nas atividades agropecuárias de seu estabelecimento. Entretanto, quando buscamos identificar as informações sobre aeronaves, de modo especial para uso nas atividades agropecuárias dos estabelecimentos, verifica-se que os dados não estão detalhados junto à tabela 6873 do Censo Agropecuário (IBGE, 2019).

Tabela 40 – Quantidade de veículos utilizados na agricultura familiar do COREDE Litoral RS, em 2017

Município	Caminhões	Utilitários	Automóveis	Motos	Total
Capivari do Sul	-	6	4	-	10
Caraá	34	24	89	99	246
Cidreira	-	-	0	0	0
Dom Pedro de Alcântara	25	11	52	104	192
Itati	-	26	-	-	26

Mampituba	-	130	-	141	271
Maquiné	62	58	45	46	211
Morrinhos do Sul	13	11	-	194	218
Mostardas	-	31	52	43	126
Osório	43	61	36	11	151
Palmares do Sul	9	9	20	27	65
Terra de Areia	10	9	-	-	19
Torres	-	52	-	81	133
Tramandaí	7	4	9	6	26
Três Cachoeiras	-	60	80	-	140
Três Forquilhas	40	144	80	87	351
Total	243	636	467	839	2185

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6875 (IBGE, 2019).

Observou-se que os municípios de Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Imbé e Xangri-lá, apresentaram valores zerados para caminhões, utilitários, automóveis, motos e aviões (IBGE, 2019), o que é compreensível quando consideramos a pequena representatividade da agricultura familiar nos respectivos municípios.

De acordo com a tabela 6876 do Sidra/IBGE, pode-se identificar o número de veículos que cada grupo de atividades utiliza na região. Para isso foi elaborada a tabela 41, que exibe para cada um dos grupos de atividades econômicas o número de veículos existentes nos estabelecimentos agropecuários familiares da região.

Tabela 41 – Número de veículos existentes nos estabelecimentos agropecuários familiares no COREDE Litoral, expressos por grupos de atividades, em 2017

Grupos de atividade econômica	Caminhões	Utilitários	Automóveis	Motos
Produção de lavouras temporárias	36	37	65	130
Horticultura e floricultura	0	47	9	7
Produção de lavouras permanentes	44	129	127	161
Pecuária e criação de outros animais	7	52	53	35

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6876 (IBGE, 2019).

Muito embora em alguns municípios as informações da tabela 6876 apresentem dados omitidos - como produção de “florestas – plantadas”, produção de “florestas – nativas”, pesca e aquicultura existentes na região - evidencia-se que em grupos de atividades econômicas, mesmo que em pequenas parcelas, existem

propriedades que não possuem veículos destinados aos trabalhos agrícolas (IBGE, 2019).

Não podemos deixar de destacar também os grupos de atividades econômicas evidenciados pela tabela 41, em que o número de veículos em uso agrícola representa um percentual significativamente baixo, pois corresponde a 16,59% das 5.661 unidades de produção familiar existentes na dimensão do COREDE.

Se a mecanização e a tecnologia podem expressar formas de poder, como é bem abordado por Santos (2008) e Teixeira (2005), ressaltamos que a sua limitação e ou inexistência podem provocar alterações nas relações de produção, sociais, econômicas, culturais e ambientais de uma região. A seguir, são demonstrados os dados sobre as agroindústrias rurais familiares na região, bem como será tratado sobre a agroindustrialização como alternativa de mercado.

3.6 A agroindustrialização como alternativa de mercado para os agricultores familiares

Não se pode ignorar que nos anos de 1980, diante do rápido processo de transformação tecnológica da agricultura do país, juntou-se ao conceito de pequena produção as noções de integração e de exclusão (Porto e Siqueira, 1994), o que, segundo Schneider (2003), contribuiu para a pluriatividade da agricultura familiar.

Para Schneider (2003), integração seriam os elos que os produtores pertencentes à categoria familiar buscaram desenvolver para submergir ao processo modernizante, destacando as agroindústrias e os mercados consumidores como referências dessas conexões. Contudo, esse mesmo autor explica que essa formação de categoria de produtores, seguida dessa dinâmica, reforçou dentro do campo acadêmico os debates de que o capitalismo se expandia para o campo de modo indireto, subordinando os pequenos produtores às lógicas econômicas e provocando um intenso processo de diferenciação social.

Spanevello et al. (2019) compartilham desse mesmo entendimento teórico quanto aos impactos da lógica capitalista sobre o pequeno produtor agropecuário. Explicam que as formas de produção familiares demonstraram resistências, excepcionalmente no período do pós-guerra (1945-1973) pela produção de alimentos. Nesse sentido, as autoras abordam que o desenvolvimento histórico da agricultura

familiar tem demonstrado que, mesmo em situações de intensa instabilidade, como os da modernização e da mercantilização dos espaços agrários do país, essa categoria tem se mostrado resistente.

Igualmente, as autoras destacam que essa resistência dos agricultores frente aos diferentes contextos de incertezas contribuiu de forma paralela para que esses atores buscassem desenvolver diferentes estratégias de reprodução social e econômica da agricultura familiar. Segundo Ploeg (1992), o processo de trabalho agrícola, por meio da crescente mercantilização, tornou a reprodução que era autônoma em um modelo cada vez mais externalizado e dependente do mercado.

Além disso, Ploeg (2006) acrescenta que o que diferencia um modo de produção agropecuário de outro reside nas diferentes inter-relações estabelecidas entre a agricultura e o mercado, assim como no ordenamento estabelecido ao processo de produção agrícola. Essa integração tem criado um processo multifacetado, que tem levado a agricultura familiar a desenvolver diferentes contornos, independente dos contextos em que opera.

Assim, estudos recentes, como os de Deggerone e Schneider (2022), evidenciam que a mercantilização, na condição de um amplo processo social, tem provocado em diferentes atores a necessidade de acessar um conjunto heterogêneo de espaços de comercialização.

Dentre esse conjunto, tanto as obras de Schneider (2003), Spanevello et al. (2019) como a de Deggerone e Schneider (2022), identificam as agroindústrias rurais familiares (ARFs) como algumas das táticas adotadas pelos agricultores familiares por espaços de comercialização de seus produtos.

Como vantagens das agroindústrias rurais, Spanevello et al. (2019) citam que elas, além de contribuírem para a geração de emprego e renda, têm desenvolvido estímulos para a permanência da população no campo, auxiliando na redução do êxodo rural de jovens e mulheres, assim como atribuindo aos integrantes das famílias maior qualidade de vida.

Ademais, os novos contornos sociais e da agricultura familiar, que vêm assumindo cada vez mais os padrões dos mercados de *commodities* agrícolas, têm, segundo Spanevello et al. (2019), trazido uma sequência de desafios, especialmente sobre os sistemas agroalimentares existentes. Aspectos como a produção de

alimentos mais saudáveis e sustentáveis, agroecológicos, entre outros, têm sido algumas das preocupações trazidas para garantir a segurança alimentar.

Além disso, segundo Spanevello et al. (2019), as agroindústrias rurais familiares, além de disponibilizarem produtos processados de forma local e pelo grupo familiar, agregam todo um sistema de disposição socialmente constituídos, como os atributos culturais, hábitos, costumes familiares e artesanais entre outros, o que retrata as particularidades – os *habitus* de cada unidade familiar de produção local (SPANEVERELLO et al., 2019).

Diante disso, nos permitimos afirmar que as agroindústrias rurais familiares desempenham importante papel no processo de mercantilização e de desencadeamento do desenvolvimento regional, na medida em que processam os produtos dentro do próprio estabelecimento familiar, promovendo dinâmicas regionais a montante e jusante das propriedades, integrando-se a espaços urbanos e rurais.

Nesse sentido, Spanevello et al. (2019) trazem as contribuições de Mior (2011), o qual aborda que o desenvolvimento da agroindústria rural familiar exerce importante desdobramento dentro do contexto regional. Para essas autoras isso significa dizer que as ARFs, ao mesmo tempo em que promovem a diversidade produtiva da agricultura familiar, ampliam as capacidades econômicas da região e fortalecem diferentes sistemas, excepcionalmente o agroecológico na produção de insumos e matérias-primas locais e regionais (SPANEVERELLO et al., 2019).

Conceitualmente, o IBGE (2019), na série censitária 2017, contabilizou a agroindústria rural familiar pela variável produção da agroindústria rural, conforme segue:

Conceitualmente, foram considerados como produção da agroindústria rural os produtos do estabelecimento agropecuário que foram beneficiados ou transformados, no período de referência, em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima que tenha sido produzida no próprio estabelecimento ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor (IBGE, 2019, p.35).

Logo, compreende-se que as ARFs podem ser constituídas por um estabelecimento agropecuário ou por um conjunto de famílias agropecuárias do mesmo local. Todavia, quando a estrutura da agroindústria rural apresentou mais de

uma família, o IBGE (2019) contabilizou as informações com referência na localização da sede, dentro de um estabelecimento agropecuário.

Contudo, é preciso observar que, o IBGE contabiliza a agroindústria, a partir da consideração de que existe o processamento, não necessariamente informa que existe uma produção agroindustrial. Portanto, pode ocorrer que, o estabelecimento efetue o processamento, e que esse processamento pode ser apenas para o autoconsumo familiar.

Diante disso, essa etapa da pesquisa buscou identificar por meio da tabela 6960 os produtos agroindustriais rurais que são processados pela agricultura familiar no COREDE Litoral, assim como, identificou o número de estabelecimentos agropecuários familiares que efetuam qualquer tipo de processamento de alimentos.

As informações apuradas permitiram verificar que em 17 dos 21 municípios que compõem a região há presença de estabelecimentos agropecuários que efetuam o processamento de produtos agropecuários. Os municípios foram: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras e Três Forquilhas (IBGE, 2019). A região possui um total de 325 estabelecimentos agropecuários familiares com agroindústria rurais familiares (IBGE, 2019).

Na agricultura familiar da região é possível encontrar 3 classificações de produtos elaborados: agroalimentares; móveis e/ou beneficiamento de madeiras; e classificações gerais. Como produtos agroalimentares, foram identificados dezesseis tipos, tais como: aguardente, doces e geleias, legumes, verduras, entre outros.

Nesse sentido, por meio da tabela 42 objetivou-se demonstrar os tipos das categorias de produtos processados por estabelecimentos rurais familiares existentes no COREDE Litoral, seguido do número total de estabelecimentos agropecuários existentes para cada tipo de produto processado na região.

Tabela 42 – Tipos de Produtos agroindustriais rurais processados nos estabelecimentos agropecuários familiares do COREDE Litoral, em 2017

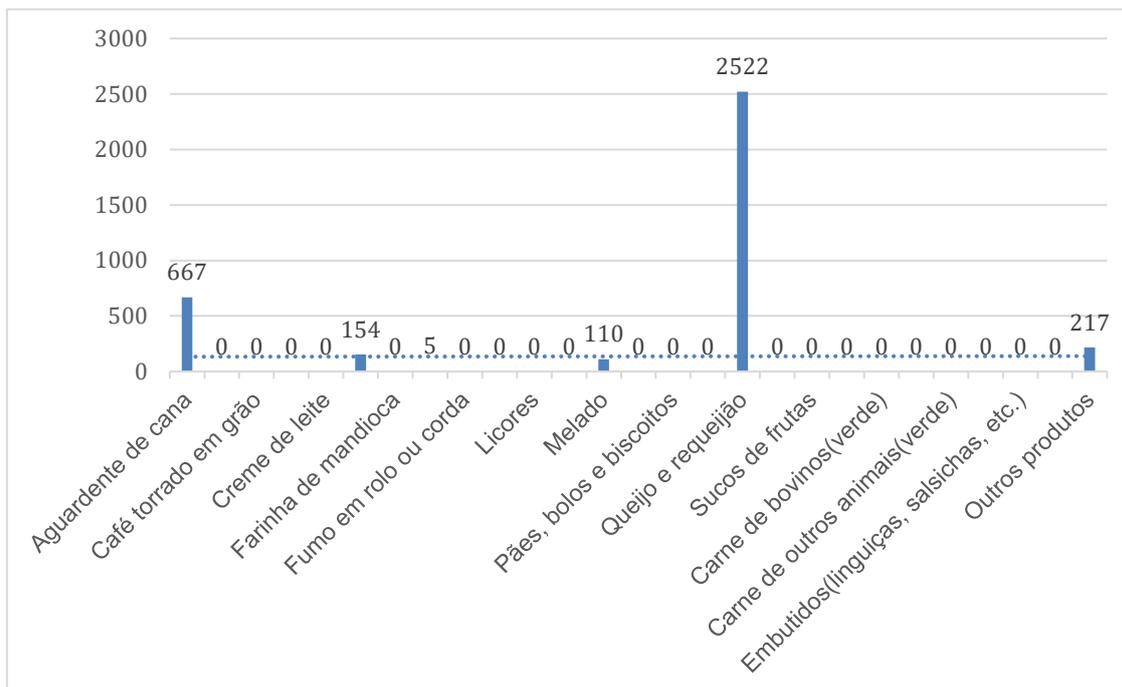
Produtos da Agroindústria rural	
Tipo	Total de estabelecimentos agropecuários
Aguardente	32
Doces e geleias	22

Fubá de milho	9
Fumo em rolo ou corda	1
Legumes e verduras (processadas)	4
Manteiga	2
Melado	12
Pães, bolos e biscoitos	11
Polpa de frutas	5
Queijo e requeijão	150
Rapadura	1
Sucos de frutas	12
Vinho de uva	11
Carne de bovinos(verde)	9
Carne de outros animais(verde)	2
Embutidos (linguiças, salsichas etc.)	2
Produtos de madeira	3
Outros produtos	37
Total	325

Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6960 (IBGE, 2019).

Como valores de produção, pode-se extrair poucas informações, tendo em vista que estas se encontraram omitidas pelo IBGE. Todavia, com base nas informações disponíveis, observou-se que o processamento de queijos e requeijões apresentou o maior valor monetário entre os produtos processados, em seguida, aparecem a aguardente, outros produtos e os doces e geleias, conforme podemos verificar no gráfico 05 (IBGE, 2019).

Gráfico 5 – Valor da produção agroindustrial rural (Mil Reais) da agricultura familiar no COREDE Litoral, em 2017



Fonte: Produzida pela autora com base nos dados da tabela 6960 (IBGE, 2019).

Quanto à quantidade total dos produtos produzidos e vendidos pelos estabelecimentos agropecuários rurais familiares do COREDE Litoral, observou-se, nas tabelas 6960 e 6961, por meio das notas explicativas do IBGE em cada uma das tabelas, que as totalizações dessas categorias não estão disponíveis. Porém, com os dados disponíveis, notou-se que os produtos derivados da cana de açúcar, como aguardente de cana e melado, foram os produtos mais processados pelas agroindústrias existentes na região (IBGE, 2019).

Segundo os números da tabela 6961, no período de referência foram produzidos 142 mil litros da aguardente de cana e 32 mil litros de melados. Após, identificou-se 45 toneladas de outros produtos processados, doces e geleias, com 16 toneladas, 7 toneladas de queijo e requeijão, e, por fim, o fubá de milho com 1 tonelada (IBGE, 2019).

Com isso, por meio das tabelas disponíveis no SIDRA IBGE, além de conhecer os números de estabelecimentos agropecuários existentes na região, foi possível conhecer um pouco sobre as características dos produtores e os aspectos de uso da terra e tecnologias disponibilizadas para esses agentes.

Antes mesmo de adentrarmos às considerações finais, já é possível considerar que a pesquisa, junto ao Censo Agropecuário 2017, mesmo que de forma quantitativa, permite desenvolver uma visão mais sistemática sobre as características da

agricultura familiar na região, bem como perceber a relação desses agentes com o desenvolvimento regional. Além disso, os processos de formação territoriais e políticas de desenvolvimento atribuídas pelo Estado revelam-se como relevantes na tessitura da agricultura familiar do Litoral Norte, como veremos, mais detalhadamente, nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da já explicitada intenção de caracterizar, com base no Censo Agropecuário 2017, a agricultura familiar no COREDE Litoral do RS por meio da perspectiva do desenvolvimento regional, juntamente a outros objetivos como: 1) descrever a dinâmica histórica, social e econômica da agricultura familiar no COREDE Litoral; 2) Caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares quanto aos aspectos estruturais, produtivos e agroindustriais; e 3) caracterizar os produtores agropecuários familiares no que se refere aos aspectos demográficos e ocupações de postos de trabalhos dentro das estruturas e arranjos produtivos existentes; foi possível traçar caminhos para chegarmos a alguns resultados.

Antes, é preciso retomarmos a problemática da pesquisa, que se propunha a conhecer as características dos estabelecimentos agropecuários e dos produtores familiares do COREDE Litoral do Rio Grande do Sul. Para que isso fosse possível, efetuou-se um trabalho árduo de levantamento de dados junto às tabelas do Censo Agropecuário 2017, disponíveis pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE). Tendo em vista o pequeno espaço de tempo disponível da pesquisadora para realizar a pesquisa e o significativo número de dados disponíveis junto à série censitária, o presente estudo de forma robusta investigou a agricultura familiar no que se refere às características dos estabelecimentos agropecuários e de seus produtores para o grupo de 21 municípios.

Com tais informações, foram desenvolvidos tabelas, gráficos e mapas que permitiram observar que a agricultura familiar é expressiva na região, uma vez que 79,22% dos estabelecimentos pertencem a essa categoria social e econômica. Ademais, a esse dado quantitativo, o levantamento histórico conjunto que propomos – e que faz menção ao primeiro objetivo específico - permitiu um desenvolvimento mais aprofundado, auxiliando na interpretação dos dados. Essa combinação metodológica configurou-se como uma pesquisa de caráter misto, nos termos de Santos (2009).

Por meio da contextualização da agricultura familiar no Brasil, foi possível visualizar como a formação do território, em especial a da Região Sul, teceram muitas

das características que o produtor agropecuário possui atualmente. Como essa pesquisa debruçou-se sobre os municípios pertencentes ao COREDE Litoral, os dados quantitativos atestam as influências das imigrações açoriana, alemã, italiana e oriental, sobre a identidade dos agricultores atuais e as formas de fazer agricultura. Isso nos leva a observar que a agricultura familiar é heterogênea e diversificada nos contextos sociais e econômicos.

É o caso dos pequenos proprietários, cujas origens trazem a perspectiva do novo colono, combinada às características do pequeno proprietário que cultivasse as terras da mata, oriundos das políticas de Estado do século XIX. Ou seja, a estrutura fundiária dos estabelecimentos agropecuários familiares existentes na região, é predominantemente formada por área com mais de 0 e de até 5 hectares.

Os dados que tratam sobre a raça e a cor dos produtores, nos permitiram verificar que realmente, junto às encostas a população predominante é a de cor branca, o que nos permite pressupor que esses colonos, hoje agricultores familiares possuem relações com os imigrantes europeus, que a partir de se instalaram na região. Todavia, os dados do Censo Agropecuário 2017, disponibilizados não permitem identificar de forma precisa essa relação, o que por sua vez suscita de estudos que visem descrever a face desses agricultores familiares com os povos imigrantes, de modo que se evidencie a identidade do nosso agricultor familiar.

Quanto à heterogeneidade e à diversidade trazidas anteriormente, podem ser observadas por meio dos aspectos produtivos, estruturais e agroindustriais dos estabelecimentos agropecuários. Sobre os aspectos produtivos, as informações apontaram uma diversificação, em número de estabelecimentos: lavouras temporárias (1.728), horticultura e floricultura (348), produção de lavouras permanentes (2.055), e pecuária e criação de outros animais (1.394), todos evidenciados por meio da tabela 19.

Quanto a questões estruturais, viu-se que esses estabelecimentos possuem área ocupada com essas atividades, sendo que o grupo de atividade econômica “lavoura permanente” ocupa a maior extensão de terra, com 3.112 hectares dentro da região. Já o grupo de lavoura temporárias, algo característico da região, ocupa 2.027 hectares de terra.

De acordo com a tabela 21, é possível observar que a agricultura familiar utiliza a propriedade por meio de várias práticas de plantio. Dentre elas, a que apresenta o

maior número é “não apresenta nenhuma prática adotada”, seguida da rotação de culturas e por outras práticas agrícolas.

Outro importante dado que nos faz refletir, diz respeito sobre a adequação do porte das máquinas e equipamentos à diversidade produtiva e ao porte dos estabelecimentos familiares. Máquinas e equipamentos que se adaptam à dinâmica produtiva da agricultura familiar, ao facilitar o trabalho do dia a dia, podem, por exemplo, contribuir com a redução da masculinização e envelhecimento da população rural.

Ainda é possível relacionar a modernização ao uso excessivo de agrotóxicos. Os dados demonstram que os municípios que mais fazem uso de defensivos agrícolas são aqueles localizados em área de encosta, ou seja, com áreas de mais de 0 até 5 hectares. Se considerarmos o fato de que esse grupo de municípios é o que menos possui tratores, podemos sugerir que o uso de defensivos atua como uma espécie de compensador quanto ao aspecto estrutural.

As informações demonstraram, ainda, que 81,09% dos produtores fazem uso de adubação. Percebe-se que o percentual é contraditório quando em comparação ao recebimento de orientações técnicas, considerando que 61,48% dos estabelecimentos dizem não receber orientação (tabela 24).

Quanto aos armazéns, de uma forma geral, existe desde silos a armazéns convencionais e estruturais e graneleiros e granelizados. Todavia, isso não sucede em todos os 21 municípios do COREDE. É exemplo o que ocorre em Itati, Terra de Areia, Arroio do Sal, Morrinhos, Mostardas, entre outros, em que não há registros de armazéns e silos, de acordo com o Censo Agropecuário 2017.

Nos aspectos agroindustriais, o que merece destaque é o fato de existirem 325 estabelecimentos agropecuários familiares que aderiram à agroindústria rural. São 17 tipos de produtos desenvolvidos por agroindústrias rurais, em que se destaca o queijo requeijão, a aguardente e outros produtos, conforme pode ser visto na tabela 42. Todavia, a informações suscitam dúvidas, especialmente quando relacionadas as questões como formalização, produção, mercados e suas inserções, e financeiras.

Quanto as questões do tipo se o produtor ou se o seu estabelecimento trabalha de forma formal ou se estão à beira da informalidade, nas atividades de processamento de alimentos ou de outros produtos, isto nos ocasionou duvidas, pois, os dados disponíveis pelo Censo Agropecuário 2017, não nos permitiram identificar,

o que, carece de estudos específicos que busquem levantar essas informações e suas implicações em impulsionar o desenvolvimento regional da agricultura familiar no Corede.

Sobre o prisma produção e seus processos produtivos, verifica-se a necessidade de elaboração de estudos profundos, que primeiramente evidencie com mais clareza o(s) tipo (s) de produção agroindústria existentes na agricultura familiar da região, de modo especial sobre a pecuária. Ou seja, o processamento de alimentos efetuados pelos estabelecimentos agropecuários familiares do Corede Litoral em relação a pecuária, confere ou é predominante extraído da produção de gado, ovinos, suínos, avícola.

Além disso, sugere-se aprofundar as indagações para quantidade produzida por mês e ano, seguidos de indagações relacionadas a comercializações, como são estabelecidas as relações de mercados por esses produtores, suas redes, laços e imbricações.

Em relação aos aspectos financeiros, sugere-se estudos que visem identificar desde como os produtores efetuam os seus processos de gestão financeira, de custos e de endividamentos. Além disso, sugere-se que estudos robustos sejam efetuados no sentido de levantar financeiramente como essa produção e seus retornos estão sendo contabilizadas pelos poderes públicos locais e estaduais, bem como seja elaborados pesquisas que busquem identificar como estão sendo elaboradas e executadas as políticas públicas de concessões financeiras para o fomento e o desenvolvimento de capital de giro das agroindústrias na região.

Tais considerações, que acabam por se imbricar, respondem ao objetivo 2, que se propunha a caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares quanto aos aspectos estruturais, produtivos e agroindustriais.

Já o objetivo específico 3, entende-se que foi alcançado por meio das informações quanto às características dos produtores familiares, a partir do qual buscou-se demonstrar informações relativas a gênero, faixa etária, nível de escolaridade e condição do proprietário em relação às terras.

Sobre a faixa etária, a maior concentração se manteve entre 45 e menos de 75 anos, o que permite dizer que a região apresenta uma tendência ao envelhecimento da população. Sobre o nível de escolaridade, verificou-se que 43,01% dos agricultores de ambos os sexos possuem apenas o primário, e 27,24% o ensino fundamental

(tabela 12). Sobre a condição do proprietário em relação às terras, em sua maioria são proprietários da terra (88,84%), o que indica uma autonomia do produtor agropecuário. Por fim, quando avaliamos pela perspectiva de gênero, as informações retrataram que em 5.015 estabelecimentos agropecuários a direção das tarefas tem o homem a frente das atividades, o que corresponde a 88,58%.

Dessa forma, como já evidenciado no capítulo 3, a masculinização na agricultura familiar carece de estudos mais específicos e aprofundados, que promovam maior visibilidade do papel da mulher no campo, o que pode vir a criar condições para que a mulher agricultora familiar exerça suas faculdades e liberdades de escolha ao projetar sua vida, seja no ambiente em que estiver.

Essa necessidade de outros estudos faz menção, ainda, à limitação desta própria pesquisa, que, por conta de uma demanda do formato dissertação, prescinde de recortes. Aqui, tendo em vista o pequeno espaço de tempo disponível da pesquisadora para realizar a pesquisa e o significativo número de dados disponíveis junto ao Censo Agropecuário 2017, o estudo limitou-se em desenvolver um panorama da agricultura familiar por meio dos temas selecionados acerca das características dos estabelecimentos e dos produtores familiares.

Quanto a isso, conseguimos demonstrar a relevância dessa categoria social e econômica no Litoral, bem como ficou perceptível sua importância para o desenvolvimento regional. Desse modo, temas do Censo Agropecuário 2017, como informações sobre extração vegetal; floricultura; movimentações financeiras; silvicultura; confederação da agricultura e pecuária do Brasil (CNA); entre outras que pelo IBGE foram levantadas, carecem de novos e exaustivos estudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ANTANA, Adrielli Santos de; SANTOS, Gesmar Rosa dos. OS AGRICULTORES E SEUS ESTABELECIMENTOS: DADOS E ÍNDICES SELECIONADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Ipea: 2020, p. 195-209.

ARAGÃO, José Wellington Marinho de. **Metodologia Científica**. [recurso eletrônico] / José Wellington Marinho de Aragão, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. - Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância, 2017.

BADALOTTI, R. M. **A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no Oeste catarinense**: o papel da Apaco (Associação dos pequenos agricultores do Oeste catarinense) e demais agentes sociais. Tese (Doutorado). Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina 2003.

BERNARDES, Nilo. **Redes Geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (2017). Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, BRASILIA, DF: Dou, 31 maio 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. Constituição. Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, DF, 14 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

BRASIL. Ministério Do Desenvolvimento Agrário – MDA. Perfil territorial: Litoral RS CGMA. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_229_Litoral%20-%20RS.pdf. Acesso em agosto de 2020.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil** — panorama dos últimos 50 anos. IPEA: Texto para Discussão, v. 621, p. 1-28, 1998.

CHRISTEN, Rafaela Souza; NETTO, Fernando Franco. **SUCESSÃO, MASCULINIZAÇÃO, ENVELHECIMENTO E EDUCAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**: qual a influência desses fatores no êxodo rural?. Universidade Estadual do Centro Oeste, Santa Cruz, 2016.

COELHO DE SOUZA, G.; TEIXEIRA, A.R.; RAMOS, J.; SCHREIBER, N.; WIVES, D.G.; CRUZ, F.T, MELLO, R.S.P., BEROLDT, L. Novos Territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral e suas microrregiões. In: **Anais do V Seminário observatórios, metodologias e impactos: dados e participação**. São Leopoldo: UNISINOS, 2015.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: Uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15624/000661531.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 28 out. 2020.

CORDEIRO NETO, José Raimundo; ALVE, Christiane Luci Bezerra; SOUSA, Eliane Pinheiro de. MECANISMOS DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: uma leitura a partir da teoria do desenvolvimento desequilibrado. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Londrina, p. 1-20, jul. 2007

CORDEIRO NETO, Jose Raimundo; ALVES, Christiane Luci Bezerra; SOUZA, Eliane Pinheiro de. Mecanismos de modernização da Agricultura Brasileira: Uma leitura a partir da teoria do desenvolvimento desequilibrado. **Sober**: XLV CONGRESSO DA SOBER, Londrina, p. 1-21, jul. 2007.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no rio grande do sul. **Revista Brasileira de Estudos Ppopulares**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, dez. 2013.

DAMASCENO, M. N; BESERRA, B. **Estudos sobre educação rural no Brasil**: estado da arte e perspectivas. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 1, n. 30, p.73-89, jan/abr. 2004.

DEGGERONE, Zenicléia Angelita; SCHNEIDER, Sergio. O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ALTO URUGUAI-RS. **Revista Grifos**, [S.L.], v. 31, n. 56, p. 07-34, 17 dez. 20

DELGROSSI, Mauro Eduardo. **NOVO CENSO AGROPECUÁRIO BRASILEIRO**: AGENDAS DE PESQUISAS. Brasília: 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Estado). Decreto nº 54.572, de 14 de abril de 2019. Dispõe e regulamenta a Lei 10.283. Porto Alegre, RS: Doe, 14 abr. 2019.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994. Dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento e dá outras providências. Porto Alegre, RS: Doe, 17 out. 1994. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9064-31-maio-2017-785001-publicacaooriginal-152929-pe.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

FAO/INCRA. **Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Novo retrato da agricultura familiar.** O Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

FEIX, R. D.; LEUSIN JÚNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019.** Porto Alegre: SEPLAG, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 2019.

FERRARINI, Angel dos Santos Fachinelli; FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. DEMANDA POR USO DE ÁGUA (CONSUMO) NA AGRICULTURA IRRIGADA NOS ESTADOS DO NORDESTE PARA 2025. **Rev. Econ. Ne**, Fortaleza, v. 51, n. 4, p. 67-84, dez. 2020.

FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidade Estrutural no setor agropecuário brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2006. In: **CODE**, São Paulo: Ipea, 2011. v. 1, p. 1-19. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo37.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009.

FYJIMOTO, Nina Simone; et al. ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. **USO E OCUPAÇÃO DO USO NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2205.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GAZOLLA, Marcio et al. (Org.). Rede escola de governo: Especialização em desenvolvimento rural e agricultura familiar. In: Gelson Pelegrini (Org), Jaqueline Patricia Silveira (Org), Luis Pedro Hillesheim (Org). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar: evolução temática e conceitual.** Frederico Westphalen: Uri – Frederico Westphalen, 2014. 315 p.

GAZOLLA, Marcio; TOMPOROSKI, Alexandre Assis; CONTERATO, Marcelo Antônio; SABOURIN, Eric Pierre; RAMBO, Anelise Graciele; BERNARTT, Maria de Lourdes; PEDRASSANI, Daniela. Agricultura familiar. **Drd - Desenvolvimento Regional em Debate**, [S.L.], v. 12, n. , p. 1-6, 11 fev. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA, Denise Tolfo Silveira. Métodos de pesquisa. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – **Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRISA; Cátia; CHECHI, Leticia. Narrativas sobre sustentabilidade, produção orgânica e Agroecologia nas políticas públicas de Desenvolvimento Rural do Brasil. Retrato de Assentamentos, [s. l], v. 19, n. 2, p. 125-164, jun. 2016.

GUILHOTO, Joaquim J.M.; SILVEIRA, Fernando G.; AZZONI, Carlos R.; ICHIHARA, Silvio M. **Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Estudos Nead, 9), 2005.

GUILHOTO, Joaquim J.M.; SILVEIRA, Fernando G.; ICHIHARA, Silvio M.; AZZONI, Carlos R. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Rer**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 355-382, set. 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo#/S/Q> > Acesso em: 04 de Out de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2017: Dados preliminares**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo#/S/Q> > Acesso em: 04 de Out de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Cidades e estados 2020**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/> > Acesso em: 05 out de 2020.

KAGEYAMA, A. [et al.]. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In.: DELGADO, G. C. [et al.] (Orgs.) **Agricultura e políticas públicas**. 2ed. Brasília: IPEA, 1996.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

MAIA, ANA HELOISA; SANT'ANA, ANTONIO LÁZARO E SILVA, FLAVIANA CAVALCANTI. **Políticas Públicas de Acesso à Terra: uma análise do Programa Nacional de Crédito Fundiário, em Nova Xavantina (MT)**. Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2018, v. 56, n. 2, p. 311-328. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560208>>. ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560208>. Acesso em 17 jun. de 2022.

MDA. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Perfil Territorial Litoral Norte**. CGMA, sem data.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina elaboração de trabalhos monográficos.** – 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos avançados. **Estudos avançados.** vol.15 n. 43, São Paulo, 2001.

NETO, CALIXTO ROSA; SILVA, FRANCISCO DE ASSIS CORREA; ARAÚJO, LEONARDO VENTURA. Qual a participação da agricultura familiar na produção de alimentos do Brasil e em Rondônia: Embrapa. Notícias em set/2020. Artigo disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/55609579/artigo---qual-e-a-participacao-da-agricultura-familiar-na-producao-de-alimentos-no-brasil-e-em-rondonia>. Acesso em 27 mai. De 2022.

OLIVEIRA, Daniela; MELLO, Marcio Antonio. Novas formas de inserção da agricultura familiar no mercado como estratégia de desenvolvimento rural. **Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.1-19, jul. 2006. Apresentação no XLIV CONGRESSO DA SOBER: Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento.

OLIVEIRA, KAIZA CORREIA DA SILVA; PINHEIRO, LESSI INÊS FARIAS; FERRAZ, MARCELO INÁCIO (2015): **O desenvolvimento rural e a agricultura familiar no Brasil**, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 27 (enero-marzo 2015). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/01/agricultura-familiar.html>

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: Um manual para a realização de pesquisa em administração.** Catalão: UFG, 2011.

PANDOLFO, Graziela Castro. Escola e família: **A socialização dos jovens agricultores familiares.** 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ufrgs, Porto Alegre, 2012.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984

PINTO, E. C. et.al. **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** – Brasília: Ipea, 2010.

PLOEG, J. D. V. El proceso de trabajo agrícola y lamerchantilización. In: GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. (Org.). **Ecologia, campesinato e história.** Madrid: La Piqueta, 1992.

PLOEG, J.D.van der. 2006. O modo de produção camponês revisitado. In, SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A Diversidade da Agricultura Familiar.** Porto Alegre, UFRGS.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Jan Douwe van der Ploeg: Tradução Rita Pereira. Série estudos rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan Douwe van der. **O modo de produção camponês revisitado.**In: SCHNEIDER, S. (Org). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 15-58, 2009.

POLANYI, K. A. **Grande Transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** (1. Ed. 1945). 35 ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do Primeiro Circuito de Debates Acadêmica**, [s. l], p. 1-20, jan. 2011.

RAUBER, Cassiane da Costa. **MASCULINIZAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL – ANÁLISE A PARTIR DOS SISTEMAS AGRÁRIOS.** 2010. 114 f. Tese (Doutorado) - Curso de Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

Rio Grande do Sul. Departamento de Planejamento Governamental. Atlas Sócioeconômico do Rio Grande do Sul/ Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. – 5ª ed. – Porto Alegre:

Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Atlas Sócioeconômico do Rio Grande do Sul/ Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. – 4ª ed. – Porto Alegre: Secretaria de planejamento, Governança e Gestão. Departamento Governamental. 2019.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de Administração:** Guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Roseli Alves do. **O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO SUDOESTE DO PARANÁ.** Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Tania Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para uma pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 22, p. 120-156, dez. De 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200007&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 14 de jan. de 2020.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. V.30, n. 3 (119), p. 511-531, jul./ set. 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-192, fev. 2003.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, ago. 2014.

Secretaria de planejamento, Governança e Gestão. Departamento Governamental. 2020.

SILVA, Cesar de Oliveira Ferreira; PUTTI, Fernando Ferrari; MANZIONE, Rodrigo Lilla. PANORAMA DA EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO SUDESTE DO BRASIL ENTRE 2006 E 2017. **Irriga**, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 446-457, 21 dez. 2021.

SILVA, Tiago Moraes; NETTO, Carlos Guilherme Adalberto Mielitz; SILVA, Leonardo Xavier da. Processo de reprodução social da agricultura familiar em Praia Grande (SC): dinâmicas demográficas e ocupacionais. **Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 21, p.58-83, abr. 2013. Semestral.

SILVA, Vera Terezinha Carvalho da. **Jovens rurais que permanecem no campo: A sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos**. 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Por Alegre, 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In. **Métodos de pesquisa.Série educação a distância**. SEAD/UFRGS [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A REPRODUÇÃO SOCIAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: A SAÍDA DOS FILHOS E O ENCAMINHAMENTO DO PATRIMÔNIO ENTRE AGRICULTORES SEM SUCESSORES**. 48 Congresso Sober, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, mar. 2009

SPANEVELLO, Rosani Marisa; DUARTE, Luana Cristina; SCHNEIDER, Catia Letícia Corrêa; MARTINS, Sinara Pizzi. Agroindústrias rurais familiares (ARFs) como estratégia de reprodução socioeconômica da agricultura familiar nos municípios de Santo Augusto e Campo Novo - RS. **Redes**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 198-216, 3 set. 2019.

STOFFEL, Janete. **A influência da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural na região Sul do Brasil.** 2013. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2013.

STROHAECKER, Tania Marques. **A urbanização no Litoral Norte do Estado do Rio Grande do Sul: Contribuições para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa.** 2007. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ufrgs, Porto Alegre, 2007.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O VALOR (DO) CASAMENTO NA AGRICULTURA FAMILIAR. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 253-267, set. 2004.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. **Modernização da agricultura no Brasil: Impactos econômicos, sociais e ambientais.** Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros – seção Três lagoas. Três Lagoas: v.2, n.2, set. de 2005.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, [s. l], v. 43, n. 15, p. 101-119, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIANA, Gabriel; RAMBO, Anelise Graciele. **Reflexões sobre o Desenvolvimento Regional no Litoral Norte Gaúcho: o que a Praia Esconde?** Anais do I Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional, de 31 de março a 1º de abril de 2016, Taquara, RS: FACCAT, 2016.

VOGT, C. M.; FOCHEZZATO, A., **FATORES ASSOCIADOS AO ENVELHECIMENTO RURAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE USANDO REGRESSÕES QUANTÍLICAS**, Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, Trabalho Completo. 2019

WANDERLEY, N. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade.** CPDA/UFRRJ, 2004. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: 08 ago. de 2020.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas: Passo Fundo**, 2004.

XERXENEVSKY, L.L.; FOCHEZZATO, A. **Índice relativo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma aplicação da análise fatorial.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 25, p. 31-55, ago. 2015.